



Assembleia Legislativa da Região Autónoma dos Açores

Diário da Sessão

XI Legislatura

Número: 106

IV Sessão Legislativa

Horta, quinta-feira, 12 de setembro de 2019

Presidente: *Deputada Ana Luís*

Secretários: *Deputado Manuel Pereira e Deputado Jorge Jorge*

SUMÁRIO

Os trabalhos tiveram início às 10 horas e 11 minutos.

Após a chamada dos Srs. Deputados, a sessão teve início com o [Debate de urgência sobre "Estado da Saúde na Região"](#), apresentado pelo Grupo Parlamentar do CDS-PP.

Feita a apresentação pelo Sr. Deputado Artur Lima (*CDS-PP*), participaram no debate os Srs. Deputados Paulo Mendes (*BE*), João Paulo Corvelo (*PCP*), a Sra. Deputada Mónica Seidi (*PSD*), os Srs. Deputados Dionísio Faria Maia (*PS*), Paulo Estêvão (*PPM*), Domingos Cunha (*PS*), a Sra. Deputada Catarina Cabeceiras (*CDS-PP*), os Srs. Deputados José San-Bento (*PS*) e Luís Maurício (*PSD*). Participou também no debate a Secretária Regional da Saúde (*Teresa Machado Luciano*).

Iniciou-se a Agenda da Reunião com o [Projeto de Resolução n.º 127/XI – “Os Açores e o novo Quadro Comunitário de Apoio”](#), apresentado pelo Grupo Parlamentar do CDS-PP.

Após a apresentação pelo Sr. Deputado Artur Lima (*CDS-PP*), intervieram no debate os Srs. Deputados José San-Bento (*PS*), António Almeida (*PSD*),

António Lima (*BE*) e Paulo Estêvão (*PPM*). Interveio também no debate o Sr. Secretário Regional Adjunto da Presidência para as Relações Externas (*Rui Bettencourt*).

Submetido à votação, o diploma foi aprovado por unanimidade.

De seguida, procedeu-se à votação da [Proposta de Resolução n.º 17/XI – “Orçamento da Assembleia Legislativa da Região Autónoma dos Açores para o ano de 2020”](#), apresentado pela Mesa da Assembleia, tendo sido aprovada por maioria.

Proferiu uma declaração de voto o Sr. Deputado Artur Lima (*CDS-PP*).

Prosseguiu-se os trabalhos com a [Proposta de Decreto Legislativo Regional n.º 25/XI – “Programa Regional para as Alterações Climáticas \(PRAC\)”](#).

Depois de feita a apresentação pela Sra. Secretária Regional da Energia, Ambiente e Turismo (*Marta Guerreiro*), participaram no debate o Sr. Deputado Alonso Miguel (*CDS-PP*), a Sra. Deputada Catarina Chamacame Furtado (*PSD*), os Srs. Deputados José Contente (*PS*), Paulo Mendes (*BE*) e Paulo Estêvão (*PPM*).

Em votação final global, a mesma foi aprovada por unanimidade.

De seguida, foi submetido à votação o [Relatório sobre o pedido de autorização e levantamento de impedimento legal para que o deputado Bruno Filipe de Freitas Belo possa prestar depoimento, na qualidade de testemunha, no âmbito do Processo n.º 191/12.8BEPDL](#), o qual foi aprovado por unanimidade.

Posteriormente, procedeu-se à **Eleição dos Representantes da Assembleia Legislativa da Região Autónoma dos Açores no Conselho da Diáspora Açoriana**, tendo sido eleitos o Sr. Deputado José San-Bento (*PS*), a Sra. Deputada Elisa Sousa (*PSD*) e o Sr. Deputado Artur Lima (*CDS-PP*).

Por fim, foi aprovada por unanimidade a **Proposta de Deliberação da Mesa que declara findo o período legislativo de setembro**.

Os trabalhos terminaram às 18 horas e 45 minutos.

Presidente: Bom dia, Sras. e Srs. Deputados, Sra. e Srs. Membros do Governo.

O Sr. Secretário da Mesa vai fazer a chamada.

Secretário: Bom dia.

Procedeu-se à chamada à qual responderam os/as seguintes Deputados/as:

Partido Socialista (PS)

Ana Luísa Pereira Luís

André Cláudio Gambão Rodrigues

António Gonçalves Toste Parreira

Bárbara Pereira Torres de Medeiros Chaves

Carlos Emanuel Rego Silva

Dionísio Medeiros Faria e Maia

Domingos Manuel Cristiano Oliveira da Cunha

Francisco Miguel Vital Gomes do Vale César

Iasalde Fraga Nunes

João Paulo Ávila

João Vasco Pereira da Costa

José António Vieira da Silva Contente

José Carlos Gomes San-Bento de Sousa

José Manuel Gregório de Ávila

Manuel Alberto da Silva Pereira

Manuel José da Silva Ramos

Maria da Graça Oliveira Silva

Maria de Fátima Soares Fernandes Rocha Ferreira

Maria Eduarda Silva Moniz **Pimenta**

Mário José Diniz **Tomé**

Marta Ávila **Matos**

Marta Cristina Moniz do **Couto**

Mónica Gomes Oliveira **Rocha**

Renata **Correia Botelho**

Sónia Cristina Franco **Nicolau**

Tiago Dutra da Costa Rodrigues **Branco**

Partido Social Democrata (PSD)

António Augusto Batista Soares **Marinho**

António Manuel Silva **Almeida**

António Oldemiro das Neves **Pedroso**

António Vasco Vieira Neto de **Viveiros**

Bruno Filipe de Freitas **Belo**

Carlos Manuel da Silveira **Ferreira**

Catarina Goulart **Chamacame Furtado**

César Leandro Costa **Toste**

Duarte Nuno d'Ávila Martins de **Freitas**

Elisa Lima **Sousa**

Jaime Luís Melo **Vieira**

Jorge Alexandre Alves Moniz **Jorge**

Luís Carlos Correia **Garcia**

Luís **Maurício** Mendonça Santos

Luís Miguel Forjaz **Rendeiro**

Marco José Freitas da **Costa**

Maria João Soares **Carreiro**

Mónica Reis Simões **Seidi**

Partido Popular (CDS/PP)

Alonso Teixeira Miguel

Artur Manuel Leal de Lima

Catarina Oliveira Cabeceiras

Maria da Graça Amaral da Silveira

Bloco de Esquerda (BE)

António Manuel Raposo Lima

Paulo José Maio Sousa Mendes

Coligação Democrática Unitária (PCP-PEV)

João Paulo Valadão Corvelo

Partido Popular Monárquico (PPM)

Paulo Jorge Abraços Estêvão

Presidente: Obrigada, Sr. Secretário.

Estão presentes 52 Sras. e Srs. Deputados.

Temos quórum.

Declaro aberta a sessão.

Pode entrar o público.

A nossa manhã de hoje está reservada ao **Debate de Urgência requerido pelo CDS-PP sobre o "Estado da Saúde na Região"**.

Os tempos são os que habitualmente utilizamos nesta figura regimental e estão assim distribuídos: o interpelante, o PS e o Governo Regional dispõem de 32 minutos, o PSD 24 minutos, o Bloco de Esquerda 12 minutos, e as representações parlamentares do PCP e do PPM têm 10 minutos.

Para dar início ao debate tem a palavra o Sr. Deputado Artur Lima.

(*) **Deputado Artur Lima (CDS-PP):** Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sra. Secretária, Srs. Membros do Governo:

A saúde é, para o CDS, uma prioridade e por isso dedicamos uma atenção contínua e permanente ao Serviço Regional de Saúde, nomeadamente em relação ao seu funcionamento e aos cuidados dispensados aos utentes.

Não prescindimos, por isso, do nosso dever de fiscalização da atividade política do Governo e, como tal, não poderíamos deixar de prezar a nova titular da pasta com este debate de urgência que tem como objetivo o estado da saúde na Região e é efetuado na primeira sessão plenária deste Assembleia em que está presente V. Exa. como titular da pasta.

Sabemos que as entropias do Serviço Regional de Saúde e os constrangimentos decorrentes não se esgotam apenas nas questões que trazemos hoje a debate. São, de facto, muitos os problemas. São, de facto, muitos os erros efetuados no sistema e Serviço Regional de Saúde.

Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados:

A inércia, a negligência e a consequente incompetência da gestão conduziram o sistema regional de saúde a uma gestão de contingência. A incapacidade de inventariar as necessidades e apontar soluções que conduziram à acumulação de sucessivos erros de gestão comprometem hoje o funcionamento do Serviço Regional de Saúde e implicam graves constrangimentos para o utente.

Temos hoje um Serviço Regional de Saúde que não foi capaz de evitar as longas e penosas filas de espera, listas de espera cirúrgicas. Temos hoje um Serviço Regional de Saúde que não foi capaz de manter a idoneidade formativa em algumas especialidades, originando com o decurso do tempo a falta de médicos especialistas, chegando-se ao ponto do maior hospital dos Açores não ter um especialista em dermatologia, enquanto que no hospital da Terceira existe apenas um. Apenas para dar um exemplo.

Esta falta de planeamento e investimento conduziu o Serviço Regional de Saúde a um realidade preocupante. O envelhecimento do quadro de médicos especialistas com a conseqüente aposentação e a inexistência de novos clínicos em formação, provocará, se nada for feito, daqui a quatro, cinco ou seis anos, a incapacidade do funcionamento de várias valências do sistema e conduzirá a um inadmissível retrocesso nos cuidados de saúde na Região.

Estamos perante uma política de navegação à vista, incapaz de prever, de planear e acautelar as necessidades de um efetivo e eficiente sistema de saúde que vai tornando permanente e irreversível a supressão prática de algumas especialidades médicas conforme, infelizmente, hoje já acontece.

Ainda relativamente aos profissionais de saúde, de referir a questão e o caso dos enfermeiros e a carreira de enfermagem, situação que levanta algumas preocupações, quer pela falta destes profissionais, quer pela desmotivação provocada pela desconsideração do Governo em relação à profissão. É fundamental saber como será efetuada a recuperação do tempo de serviço destes profissionais e é imperioso saber, Sra. Secretária, se será contado todo o tempo de serviço a que têm direito.

É por isso que queremos saber o que tem o Governo a dizer sobre esta situação; é por isso que queremos o que a Sra. Secretária também tem a dizer sobre o acordo celebrado pelo Governo com o anterior titular da pasta, se é para ser cumprido.

Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados:

Quais as razões que este Governo tem para explicar a reduzida e quase inexistente deslocação de especialistas às ilhas sem hospital durante este ano que se traduz em mais inconvenientes para os doentes, para as sua famílias e representam mais um aumento de despesa que é de suportar, infelizmente, por quem precisa.

Quais as razões que este Governo tem para explicar que se tenha acabado com a deslocação de especialista à Ilha do Pico e de São Jorge para a consulta de pacemaker que se realizava há mais de 20 anos, Sra. Secretária Regional? Qual a razão para acabar com a deslocação de há mais de 20 anos?

É que a maior parte destes utentes são idosos com 70/80 ou mais anos, que têm de se deslocar da sua ilha até à Terceira ou até Ponta Delgada, levam acompanhante com aumento brutal de despesa. Porque é que uma medida irracional destas foi tomada? Porque é que se suspendeu a deslocação do especialista para a consulta de pacemaker às ilhas de São Jorge e do Pico abrangendo mais de uma centena de utentes, Sra. Secretária Regional?

Quais as razões que este Governo tem para explicar o que se passa no hospital da Ilha Terceira, em que tem uma sala, felizmente, devidamente equipada, concebida para todos os procedimentos médico-cirúrgicos para se instalar os pacemakers, esteja incompreensivelmente a servir de armazém a serviços gerais? Já não bastava o bunker da fisioterapia, temos agora uma sala num hospital novo concebida para fins clínicos devidamente equipada e serve de armazém.

Sra. Secretária, exige-se uma explicação sobre isso.

Relativamente às listas de espera, foi nesta casa, por proposta do CDS, cabimentada verba orçamental para reduzir a espera cirúrgica através do CIRURGE, plano urgente de cirurgia que fizemos aprovar na Região, que já tive até oportunidade de referir isso noutra ocasião. E Sra. Secretária, no que concerne ao hospital da Ilha Terceira, por que razão, pergunto-lhe, por que razão Sra. Secretária, que aqui o caso nem é dinheiro, por que razão a verba que foi transferida para o hospital não foi utilizada para o fim previsto apesar de uma parte significativa dessa verba já ter sido transferida pelo Governo? O que é que o conselho de administração fez à verba que foi transferida para combater as listas de espera cirúrgicas, em que o Governo cumpriu a sua parte, transferiu

o dinheiro para o hospital e o conselho de administração negligentemente parece que não o utilizou.

Sra. Secretária, os doentes dos Açores merecem uma explicação total e transparente sobre esta matéria. O que é que o conselho de administração do hospital de Angra fez aos quase 300 mil euros, que já foram transferidos pelo Governo, para combater listas de espera e foi uma ínfima parte utilizado?

Os doentes dos Açores merecem-nos respeito.

Em relação à deslocação de doentes, Sra. Secretária, sabemos que as entropias do sistema se traduzem em inaceitáveis atrasos nos pagamentos e em prolongamentos desnecessários das suas estadias. Qual é a razão da discriminação efetuada, por exemplo, aos utentes das Flores e do Corvo que têm uma passagem paga até à Horta, mas se quiserem, dentro do seu direito da liberdade de escolha, igual a qualquer outro açoriano, ir para outro hospital, num direito seu, têm que pagar a diferença do seu bolso? Isto é incompreensível numa Região que quer tratar todos os doentes como por igual. É uma discriminação inaceitável, Sra. Secretária. Pretende acabar com isto? É a pergunta que lhe faço.

Sra. Presidente, Sras. e Srs. Membros do Governo:

Chegados aqui, percebemos que os problemas com o Serviço Regional de Saúde não são apenas financeiros, nem o dinheiro vem resolver todos os problemas. A incapacidade de gestão e organizacional de que é exemplo a inexistência, por exemplo, de quadros de pessoal próprio das unidades de saúde, Sra. Secretária (como sabe, e bem, existem apenas quadros de ilhas), são infelizmente questões que se arrastam há muito tempo, juntamente com as incompreensíveis nomeações deste Governo para gestores na área da saúde. Temos gestores de reconhecida incompetência e provas falhadas, que saltam de cadeira em cadeira ao longo dos anos, sendo até premiados por isso. Isto não é aceitável, Sra. Secretária Regional.

A saúde é uma área do saber que não se pode compadecer com o desconhecimento funcional do sistema. A Região não pode continuar a suportar que os cargos de nomeação política sejam uma carreira como acontece frequentemente no Serviço Regional de Saúde. É preciso vontade e coragem política para pôr fim aos carreiristas e aos “cadeiristas”.

Sra. Secretária, Sras. e Srs. Deputados, Sra. Presidente:

A sustentabilidade e a qualidade dos cuidados de saúde prestados só podem ser alcançados através dos nossos profissionais de saúde. Hoje e amanhã os recursos humanos são por isso um desafio principal do Serviço Regional de Saúde. Termos a quantidade e a qualidade de profissionais de saúde suficientes é a garantia da sustentabilidade futura do Serviço Regional de Saúde, e por isso lhe pergunto, Sra. Secretária: que terapêutica vai V. Exa. administrar para manter o nosso sistema de saúde ao serviço dos Açores e dos açorianos?

Termino citando Virchow: “A política não é mais do que a medicina em grande escala”.

Muito obrigado.

Vozes dos Deputados da bancada do CDS-PP: Muito bem! Muito bem!

(Aplausos dos Deputados da bancada do CDS-PP e do PPM)

Presidente: Obrigada, Sr. Deputado.

Tem agora a palavra a Sra. Secretária Regional.

(*) **Secretária Regional da Saúde** (*Teresa Machado Luciano*): Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Permitam-me, nesta primeira intervenção na Assembleia Legislativa da Região Autónoma dos Açores dirigir um cumprimento especial à Sra. Presidente e em si a todos os deputados a quem cabe a nobre tarefa de representar o povo açoriano. Estendo este cumprimento às açorianas e açorianos que no acesso ao

Serviço Regional de Saúde ambicionam um melhor tratamento e aos profissionais deste serviço que são a peça chave do sistema. Acredito que em conjunto podemos construir, através do diálogo e da salutar troca de ideias, um melhor Serviço Regional de Saúde garantindo a satisfação dos utentes.

A realidade arquipelágica impõe um verdadeiro desafio, posto que é necessário garantir a todos os açorianos do Corvo a Santa Maria a promoção e prevenção dos cuidados de saúde. Nesse sentido, a descentralização dos cuidados, a humanização da sua prestação e a consolidação da carteira de serviços são estratégias fundamentais à qualidade do Serviço Regional de Saúde, desempenhando as unidades de saúde de ilha um papel chave na interação com os utentes, assumindo o médico de família o papel central na garantia dos cuidados primários.

É com convicção que constato a evolução do Serviço Regional de Saúde ao longo dos últimos anos. Em matéria de recursos humanos é inegável a aposta do Governo Regional em aumentar com qualidade o nível da assistência à população. Em oito anos crescemos 11% passando de 4663 para 5211 profissionais, estando previsto até ao final do ano mais 197 efetivos do que em 2018. Este crescimento é evidente na carreira médica, verificando-se um aumento de 16% desde 2012, não sendo alheia a esta evolução a política do Governo Regional de incentivos à fixação. É de salientar o aumento da cobertura dos utentes por médico de família, verificando-se que a partir de novembro deste ano 98,6% dos utentes vão ter médico de família, sendo que com a conclusão da formação dos atuais internos alcançará os 100% em 2020.

Ao nível dos médicos dentistas, a Região está na linha da frente na resposta pública ao nível dos cuidados de saúde primários, tendo-se verificado um aumento de 33% de profissionais comparativamente a 2012.

Na carreira de enfermagem, verificou-se um aumento de 11%. É com orgulho que a Região assume, no que à multidisciplinaridade diz respeito, uma situação

de especial destaque. As nossas unidades de saúde contam com verdadeiras equipas de profissionais compostas por psicólogos, nutricionistas, fisioterapeutas, terapeutas da fala, entre outros, que em conjunto melhoram a resposta em saúde às populações.

A evolução de recursos humanos permitiu um aumento de produtividade, registando-se um acréscimo de 38% nas consultas de especialidade e de 61% na medicina geral e familiar e de 300% da enfermagem face a 2012.

Na Região são realizados quatro rastreios oncológicos: mama, colo do útero, cólon e reto, e cavidade oral. Em 2018 atingimos em todos os rastreios uma taxa de execução geográfica de 100%.

A nível da vacinação e imunidade de grupo a Região encontra-se acima das metas nacionais, por exemplo ao nível do HPV onde a taxa é de 97% quando a meta nacional é de 85%.

Aproximámo-nos mais da população açoriana. Através da Linha de Saúde Açores promoveu-se a comodidade, a celeridade e a humanização do acesso, e através da realização de triagem pelos enfermeiros no 1.º semestre de 2019 verificaram-se que das 2189 ocorrências, só 280 foram encaminhadas à urgência e só 114 foram agendadas uma consulta com o médico de família em 48 horas. As restantes, com o conselho da enfermagem, ficaram e resolveram a sua situação em casa.

Melhorámos a qualidade dos nossos serviços ao nível da certificação das unidades de saúde. São sete os centros de saúde certificados: Angra do Heroísmo, Praia da Vitória, Horta, Velas, Calheta, Vila Franca do Campo e Nordeste; e um hospital: o Hospital do Divino Espírito Santo de Ponta Delgada. Melhorámos a qualidade dos nossos serviços nas infraestruturas e equipamentos, designadamente com a construção dos centros de saúde da Madalena, Graciosa e de Ponta Delgada, a remodelação do centro de saúde da Calheta, estando em curso a construção do centro de saúde da Horta e a

renovação dos centros de saúde das Lajes do Pico e Flores e o melhoramento do centro de saúde das Velas com arranque previsto para este outubro.

A nível das infraestruturas hospitalares cumpre referir o Hospital da Ilha Terceira e mais recentemente a construção do Bloco C do Hospital da Horta e as melhorias do Hospital do Divino Espírito Santo.

Melhorámos a qualidade dos nossos serviços ao nível da uniformização de bens por via da central de compras do Serviço Regional de Saúde que desde 2013 assegurou uma poupança de cerca de 11 milhões de euros.

Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Apesar do orgulho sentido pelo Governo Regional neste percurso, ainda existem várias áreas que necessitam de ser melhoradas.

Apesar do aumento efetivo da carreira médica, é necessário um esforço adicional para fixar profissionais em especialidades hospitalares como a dermatologia, a urologia, entre outras.

Na saúde pública, área fundamental, é necessário que na Região se reflita sobre o atual modelo, por forma a que se ultrapasse a atual visão sanitária e se evolua para uma posição de planeamento em saúde pública essencial para ganhos efetivos em saúde.

Preconiza-se ainda que a abordagem à saúde mental evolua para um paradigma em que o tratamento e o acompanhamento do doente sejam planeados com base na proximidade à família e à sociedade. Merece-nos uma especial atenção a situação das listas de espera. Apesar dos vários esforços que têm vindo a ser desenvolvidos, não atingimos ainda níveis aceitáveis de espera que permitam criar nos utentes um grau de satisfação plena.

Urge, portanto, continuar a intervir. É por isso que no âmbito dos programas CIRURGE e Vale Saúde anunciamos a emissão de 600 Vale Saúde para serem utilizados até ao final de 2019 nas áreas de oftalmologia, urologia, otorrino e cirurgia plástica, ...

Deputado Francisco César (PS): Muito bem!

A Oradora: ... e a implementação de programas CIRURGE nos três hospitais da Região ...

Deputado Artur Lima (CDS-PP): Já devia ter sido!

A Oradora: ... de modo que até ao final de 2019 sejam reduzidos em 20% o tempo médio de espera em lista.

Esta é uma estratégia que assenta na nossa real capacidade de produção instalada acrescido à produção normal.

Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Em linhas finais, permitam-me o necessário reconhecimento do esforço de toda uma equipa que se dedica diariamente à nobre causa da promoção de uma população mais saudável e assegura a qualidade dos serviços prestados.

Confiantes de que os tempos atuais se revelam como uma oportunidade para assumirmos maiores desafios e crescermos profissionalmente, daremos continuidade às orientações estratégicas do Governo, bem como ao trabalho realizado ao longo dos últimos 40 anos do Serviço Regional de Saúde em prol daquele que é o maior bem de todos: a saúde.

Muito obrigada.

(Aplausos dos Deputados da bancada do PS e dos Membros do Governo)

Presidente: Obrigada, Sra. Secretária Regional.

A Mesa já tem algumas inscrições.

Vamos dar início ao debate.

Tem a palavra o Sr. Deputado Paulo Mendes.

Deputado Paulo Mendes (BE): Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, saudação especial para a Sra. Secretária Regional da Saúde, Srs. Secretários Regionais:

O estado da saúde na Região é o resultado de uma política de subfinanciamento crónico do Serviço Regional de Saúde e da crescente promiscuidade entre o público e o privado.

De ano para ano deparamo-nos com previsões de investimento no Serviço Regional de Saúde claramente insuficientes, e a situação agrava-se no que toca à execução desse mesmo investimento.

Em anos recentes – ainda durante esta legislatura – verificaram-se níveis de execução que rondaram somente os 50%. E em outros anos os níveis de execução só melhoraram porquanto esse aumento deveu-se à execução de investimentos previstos em anos anteriores.

Em 2018, o nível de execução é nulo no caso da ampliação e remodelação de infraestruturas, de somente 13% se se trata de apetrechamento e modernização de equipamentos e não chega a 50% no que toca a beneficiação de infraestruturas.

Portanto, ao reduzido investimento previsto no Serviço Regional de Saúde juntam-se reduzidos níveis de execução.

O subfinanciamento crónico e desinvestimento no Serviço Regional de Saúde não é atestado unicamente pelos Planos Anuais Regionais e respetivos relatórios de execução como também pelos relatórios e contas dos hospitais públicos da Região, principalmente o Hospital de Ponta Delgada cujos resultados negativos são assumidamente atribuídos a restrições orçamentais por opção política.

Este é o caminho escolhido pelo PS.

Deputado João Vasco Costa (PS): Menos! Menos uma coisinha!

O Orador: Um caminho para abrir novas e melhores oportunidades para os negócios no setor da saúde.

Enquanto que na República, e fruto da alteração à Lei de Bases da Saúde, ...

Deputado Artur Lima (CDS-PP): Ó homem!

O Orador: ... se expurga o princípio descarado de ter no Estado o principal agente promotor do negócio privado da saúde, na Região mantêm-se e fomentam-se, em nome de uma pretensa complementaridade entre o público e o privado, as convenções com clínicas privadas e o financiamento àquele que será o primeiro hospital privado da Região em molde empresarial.

Recentemente tivemos a notícia da nomeação da nova presidente do Conselho de Administração do Hospital de Ponta Delgada, justamente quem presidia à clínica privada com maior proveito em convenções com o Serviço Regional de Saúde.

A que interesses atenderá a nova presidente do Conselho de Administração do Hospital de Ponta Delgada? Ao interesse público ou ao interesse do seu patrão?

Deputado Paulo Estêvão (PPM): Então porque é isso?!

O Orador: Logo nas primeiras declarações públicas foi bastante clara na sua ambição de colocar o hospital público a cooperar com o hospital privado.

Deputado João Paulo Ávila (PS): Porque é que o Bloco de Esquerda não foi à comissão?

O Orador: Ou melhor dizendo: aproveitar as insuficiências do hospital público para garantir clientela ao hospital privado.

Deputado Paulo Estêvão (PPM): O que é isso?!

O Orador: Esta nomeação é paradigmática do caminho percorrido pelo Partido Socialista na Região.

Entre o compromisso plasmado em parcerias público-privada ...

Deputado João Paulo Ávila (PS): Devia ter feito essas perguntas à pessoa!

O Orador: ... e o compromisso para com a prestação de mais e melhores serviços de saúde aos açorianos e açorianas, o nível de execução orçamental diz tudo.

Deputado Artur Lima (CDS-PP): O senhor devia preocupar-se é com os incompetentes que estão lá há anos e anos! Era com isso que se devia preocupar!

O Orador: 100% para as parcerias público-privadas e o possível para os utentes do Serviço Regional de Saúde.

Em maio deste ano, a propósito de um debate de urgência e de teor semelhante ao de hoje, perguntei se, no futuro, o Governo Regional prepara-se para financiar a atividade do hospital privado através de vouchers atribuídos aos utentes do Serviço Regional de Saúde para a realização de consultas e tratamentos, não numa lógica transitória para fazer face a lacunas também estas transitórias (ou que deveriam ser transitórias) no Serviço Regional de Saúde – enquanto não se operarem (e não se operam) os investimentos necessários – mas como uma prática generalizada na tal política de complementaridade para todo a vida com o setor privado. Não obtivemos resposta.

Serão estes vouchers de valor elevado para rentabilizar a atividade do grupo privado proprietário do novo hospital privado à semelhança da remuneração garantida mais elevada do país, por utente, à empresa privada detentora da radioterapia?

A esta pergunta, acrescento outra.

Sabendo de a possibilidade de médicos do Serviço Regional de Saúde acumularem a sua atividade no setor privado, não considera o Governo Regional fundamental que se criem incentivos para não só fixar médicos no Serviço Regional de Saúde como também para garantir a sua exclusividade?

Deputado Francisco César (PS): O senhor vá falar com as pessoas que fazem radioterapia e elas respondem!

O Orador: Refiro-me a incentivos à contratação de mais médicos, e não a esquemas de atribuição desmesurada de horas extraordinárias a alguns médicos,

em vez de proceder à contratação, tal como foi determinado pela própria Inspeção Regional da Saúde no caso do hospital da Terceira.

Quando temos enfermeiros a acumular funções e horas de trabalho no Serviço Regional de Saúde e no sector privado, ...

Deputado Artur Lima (CDS-PP): O Sr. Robles!

O Orador: ... por terem uma carreira remuneratória insuficientemente valorizada, não estará na hora de valorizar as carreiras destes profissionais e garantir a sua exclusividade no Serviço Regional de Saúde?

Enquanto se prevê atribuir 13 milhões e meio de euros de financiamento público ao novo hospital privado da Lagoa com quatro salas de bloco operatório, ...

Deputado Carlos Silva (PS): E o emprego qualificado?!

O Orador: ... continuamos a ter 50.000 açorianos sem médico de família e ainda são muitos aqueles que esperam, em média, mais de um ano para serem sujeitos a uma cirurgia.

Uma situação, particularmente, grave no hospital de Ponta Delgada, onde, segundo dados do último boletim mensal do CIGICA, de maio de 2018, só cerca de metade dos utentes foram operados dentro do tempo máximo de resposta garantido, menos 16% comparativamente a julho de 2017.

No hospital de Ponta Delgada, metade das especialidades de cirurgia tinham listas de espera com tempos médios superiores a um ano, uma situação que não foi invertida entre julho de 2017 e maio de 2018.

E refiro-me a maio de 2018 como período dos últimos dados disponíveis, pois desde essa data que não mais surgiram dados atualizados.

Apesar do anterior Sr. Secretário Regional da Saúde ter previsto, para janeiro deste ano, a implementação de um novo modelo de boletim informativo do CIGICA, na realidade continuamos sem ter acesso a qualquer informação mais atualizada.

Aproveito para questionar a Sra. Secretária sobre para quando prevê a implementação do novo modelo de boletim informativo do CIGICA e respetiva publicação?

As listas de espera para cirurgia, bem como para consultas, são também uma marca do desinvestimento na saúde.

A receita de desinvestir no Serviço Regional de Saúde para investir em regimes convencionados prossegue e aprofunda-se.

Deputado Artur Lima (CDS-PP): Pergunto ao seu partido a nível nacional!

O Orador: São milhões de euros com tendência para aumentar, de acordo somente com dados dos relatórios e contas dos três hospitais da Região, e só para exames complementares de diagnóstico.

A forma como se organiza e se pretende continuar a organizar a prestação de cuidados continuados e a própria saúde mental tem subjacente um modelo que na prática funciona como uma parceria público-privada.

Os cuidados continuados não têm merecido um investimento no seio do Serviço Regional de Saúde, e opta-se, cada vez mais, por contratualizar estes cuidados diferenciados de saúde a instituições privadas que concentram em si cada vez mais utentes tornando-as demasiado grandes para, em caso de necessidade, proceder ao seu encerramento.

Excluindo o tratamento de situações clínicas agudas em saúde mental, a prestação de cuidados continuados nesta área continua a ser feita a instituições particulares de forma convencionada e protocolada, incluindo os tratamentos de reabilitação nas áreas dos comportamentos aditivos, ficando a Região e o Serviço Regional de Saúde extremamente dependentes destas instituições para garantir a prestação destes cuidados.

Dirão que se trata de aproveitar e respeitar a experiência acumulada destas instituições na prestação de cuidados em saúde mental. Mas convém recordar e sublinhar que todos os cuidados de saúde foram outrora assumidos pelas

Misericórdias e outras instituições particulares de cariz semelhante, e que apesar dessa longa tradição, o Estado optou – e bem – por chamar a si o cumprimento dessa missão através da criação do Serviço Nacional de Saúde.

Porque é que a Região não só assume, de uma vez por todas, a prestação de cuidados continuados, incluindo em saúde mental, integrando-os no Serviço Regional de Saúde, conservando com estas instituições uma relação reguladora e de supletividade de recursos, em caso de necessidade?

Esse caminho só não é trilhado porque as convenções e protocolos firmados com estas instituições traduzem-se numa clara suborçamentação por via da contratação de mão-de-obra especializada mais barata e precária.

Estas são razões para o atraso na implementação da Rede Regional de Cuidados Continuados Integrados em Saúde Mental, a qual deveria estar plenamente implementada em novembro de 2017 e até hoje nem sinal dela.

Quantas unidades de internamento de curta, média e longa duração encontram-se em funcionamento e integradas no sistema de referenciação previsto?

Quantas unidades residenciais?

Qual a articulação, para além da atribuição de financiamento protocolado, entre o hospital de Ponta Delgada e as Casas de Saúde de São Miguel?

O subfinanciamento também persiste em áreas associadas à garantia da prestação de cuidados de saúde. Refiro-me particularmente ao sistema de deslocação de doentes.

Deputado João Vasco Costa (PS): O senhor para isso fica a falar sozinho!

O Orador: Em 2015, optou-se por coartar muito significativamente a comparticipação do transporte terrestre de doentes que necessitavam de se deslocar às unidades de saúde para a realização de tratamentos, limitando esse apoio ao máximo de 10€, independentemente da distância percorrida.

Três anos depois foi publicada nova portaria, mas os constrangimentos mantêm-se.

Por exemplo: um doente que viva nos Biscoitos ou no Nordeste, com um rendimento mensal inferior a 435 euros, recebe 10€ para participar uma viagem de táxi que pode atingir, no mínimo, 50€ no caso do Nordeste.

A comparticipação do alojamento de doentes deslocados e respetivos acompanhantes, de acordo com a nova Portaria e Despacho da vice-presidência, mantêm-se, sem que se tivesse considerado o aumento das diárias nas pensões/residenciais, fruto da pressão turística no mercado nas cidades de Lisboa e do Porto. Além do mais, continua a ser difícil garantir quartos adequados para doentes com mobilidade reduzida.

Só se invertem as insuficiências e lacunas do Serviço Regional de Saúde e áreas que lhes estão associadas para melhor servir os açorianos e açorianas, se se reforçar o investimento efetivo, por forma a dotá-lo de estruturas físicas, particularmente equipamentos para meios complementares de exame e diagnóstico, de pessoal médico, de enfermagem, bem como de pessoal auxiliar, pois esse é o caminho para combater as várias listas de espera e iniciar a redução da despesa com convenções.

Obrigado.

Deputado António Lima (BE): Muito bem!

Presidente: Obrigada, Sr. Deputado.

Tem agora a palavra o Sr. Deputado João Paulo Corvelo.

Deputado João Paulo Corvelo (PCP): Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Desde o último debate realizado nesta Casa sobre esta temática muito pouco mudou. Não dizemos que nada mudou porque mudou a chefia da tutela. Na última interpelação sobre o Serviço Regional da Saúde, os problemas na área de saúde nos Açores agravaram-se, avolumaram-se e pioraram.

Senão vejamos:

- aumentam os tempos de espera para consultas de especialidade;

- aumentam os tempos de espera para cirurgias;
- há especialidades que praticamente não dão resposta aos pedidos dos cuidados primários;
- agravam-se as carências em recursos médicos nos Hospitais da Região;
- não existe funcionamento integrado, complementar e solidário entre os três Hospitais da Região; salvo honrosas exceções, cada instituição hospitalar trata da sua vida, muitas vezes em linha de confrontação e “guerrilha” entre si;
- os meios complementares de diagnóstico não dão resposta, aumentando o recurso aos serviços privados;
- não existe articulação entre os cuidados primários (nas unidades de saúde de ilha/centros de saúde) e os cuidados hospitalares;
- estão pior as deslocações de médicos de especialidades hospitalares às unidades de saúde das ilhas sem hospital, ocorrendo hospitais a recusarem pedidos de consulta dos Centros de Saúde alegando que essas consultas serão realizadas aquando da ida às ilhas da respetiva especialidade, o que nunca ou quase nunca acontece (e a consulta de especialidade não se faz nem no hospital, nem na unidade de saúde das ilhas sem hospital);
- aumentam os gastos e o tempo perdido pelos utentes com centenas de deslocações perfeitamente desnecessárias.

Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Melhor, bem melhor está a prática da medicina privada na Região. Não para de florescer e prosperar. Face à não resposta do Serviço Regional de Saúde, resta aos açorianos o recurso à saúde privada. Temos uma saúde para ricos, outra para pobres e muitas vezes com as pessoas a gastarem os últimos tostões ou a pedir emprestado.

Deputado José San-Bento (PS): Isso é mentira! O senhor está a fazer campanha eleitoral!

O Orador: O estado do Serviço Regional de Saúde é lamentável, inadmissível, intolerável. Não pode continuar assim.

Assistimos a uma política de saúde, não com o objetivo de melhorar o funcionamento do Serviço Regional de Saúde, mas para o substituir por um sistema de saúde centrado em duas componentes: um serviço público desvalorizado apenas com um conjunto de garantias mínimas e uma apatia governativa quando se trata do dossiê da saúde.

O que se impõe são medidas efetivas que dotem o Serviço Regional de Saúde das condições e meios para corresponder ...

Deputado José San-Bento (PS): Quais? Venham daí essas medidas!

O Orador: ... ao seu objetivo e não manobras que visam perturbar deliberadamente o seu funcionamento, desacreditá-lo e descredibilizá-lo aos olhos dos açorianos.

Deputado José San-Bento (PS): Quais? Quais as medidas?

O Orador: Observámos durante os últimos meses, diversos utentes do SRS queixarem-se sobre o atraso no pagamento do reembolso das suas deslocações. Sra. Secretária, ainda existem pagamentos de deslocações em atraso? Quais foram as razões para estes atrasos? Perguntamos aqui porque em requerimento não obtivemos resposta a estas questões.

O doente que seja subsequente tem de requerer o seu reembolso no hospital que o recebe. Este reembolso deve ser atribuído assim que o doente termina os seus tratamentos no hospital em referência. Esta situação não tem acontecido, os doentes saem do hospital sem reembolso, este só chega perto da próxima deslocação.

Deputado Luís Maurício (PSD): Isso é quando chega!

O Orador: Para famílias como menos possibilidade é impossível que os mesmos tenham de adiantar a quantia para a sua deslocação. O protocolo de

adiantamento deveria ser estendido a todos os doentes como garantia que o Serviço Regional de Saúde consegue apoiar todos os açorianos.

Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

O Serviço Regional de Saúde necessita urgentemente de um forte investimento em equipamentos e recursos humanos.

Necessitamos de uma rede hospitalar integrada, bem equipada e com serviços que deem resposta a tempo e horas às necessidades das populações. Para isso, é fundamental a dotação dos respetivos serviços com o número necessário de profissionais, a atração de médicos qualificados em determinadas especialidades, o investimento em serviços dotando-os de condições para uma rápida evolução nas suas competências.

É fundamental equipar as unidades hospitalares dos meios técnicos e equipamentos necessários, nomeadamente na área da Imagiologia (ressonância magnética no Hospital da Horta, TAC em algumas das ilhas sem hospital, ecografias em todas as ilhas de forma organizada e regular).

É necessário o estabelecimento de tempos máximos de espera e um programa de redução das listas de espera em cirurgias que não podem esperar, nomeadamente as próteses do joelho e da anca.

É necessário, por exemplo na saúde mental, o aumento do número de camas disponibilizadas, nomeadamente através da criação de uma Unidade de Internamento no Hospital da Horta.

É necessário e fundamental uma articulação capaz, organizada, estruturada e funcional entre as unidades de saúde de ilha (os centros de saúde) e os hospitais, para as consultas das especialidades médicas hospitalares, que têm de ser mais do que a simples deslocação ocasional de médicos de especialidade às ilhas, devendo ser muito criteriosa, usando novas tecnologias como a telemedicina e assentando no respeito mútuo e em boas relações profissionais de todos os intervenientes no processo.

É necessário repensar o funcionamento das unidades de saúde das ilhas sem hospital, deixando de copiar modelos de interesse e qualidade duvidosa do Continente e que não corresponde à realidade das nossas ilhas.

É necessária e fundamental uma Rede de Cuidados Continuados a sério, que não é esta que na prática não existe, uma vez que se confunde com as unidades de internamento dos centros de saúde, servindo apenas para que o Governo da Região diga que faz sem o fazer.

Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Reiteramos mais uma vez que os profissionais de saúde estão fragilizados em diversas questões graves e não são devidamente valorizados pela tutela. Uma das questões gravosas refere-se aos vínculos precários, sendo que o objetivo tem de passar por eliminar por completo a precariedade laboral na Administração Pública e ainda mais importante nunca ocupar um posto efetivo de trabalho com um vínculo precário.

Novamente dizemos, Srs. Deputados, não há Serviço Regional de Saúde sem profissionais de saúde devidamente valorizados e com condições laborais dignas e justas!

Deputado José San-Bento (PS): Essa é para sublinhar!

O Orador: O direito constitucional à saúde é inseparável do reforço e melhoria do Serviço Regional de Saúde, objetivo que exige a rutura com a política até agora praticada pela direita e pelo Partido Socialista.

Deputado Artur Lima (CDS-PP): É isso mesmo! Direita!

O Orador: A Representação Parlamentar do PCP irá continuar a batalhar por uma saúde melhor, por um futuro melhor e por uma Região melhor.

Deputado Artur Lima (CDS-PP): Nota-se, nota-se!

Deputado João Vasco Costa (PS): E cumprimentar a Sra. Secretária?

Presidente: Obrigada, Sr. Deputado.

Tem agora a palavra a Sra. Deputada Mónica Seidi.

(*) **Deputada Mónica Seidi (PS):** Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sra. e Srs. Membros do Governo:

Gostaria, desde já, de saudar a Exa. Sra. Secretária da Saúde, Dra. Teresa Luciano por esta sua nova missão e desejando-lhe desde já um bom trabalho em prol dos utentes do Serviço Regional de Saúde.

Deputada Graça Silva (PS): Muito bem, Sra. Deputada!

A Oradora: V. Exa. tomou posse há sensivelmente dois meses e penso que já terá percebido que não terá tarefa fácil, mas posso garantir-lhe que deste lado terá um grupo parlamentar empenhado em contribuir ...

Deputado Carlos Silva (PS): Vai facilitar, é?!

A Oradora: ... para uma melhoria dos cuidados de saúde que diariamente são prestados aos açorianos.

Deputado Francisco César (PS): Gosto tanto de a ver assim!

Deputado José San-Bento (PS): Muito bem!

A Oradora: É esse um dos nossos desígnios e iremos certamente continuar a fazê-lo com o sentido de propositura que temos vindo sempre a apresentar desde então.

Exa. Sra. Secretária, logo nas suas primeiras declarações após ter tomado posse afirmou que vinha para este Governo para dar seguimento ao programa do Governo que está em vigor.

Ou seja, e por outras palavras, ...

Deputado Francisco César (PS): Já está a estragar tudo!

A Oradora: ... apesar de se mudar a protagonista da pasta da saúde, V. Exa. vem para executar políticas de saúde previamente definidas por este executivo, mas obviamente que a Sra. Secretária terá também uma visão própria sobre a execução destas mesmas medidas, até porque este não é um setor alheio à sua experiência profissional uma vez que já foi presidente da Saudaçor e também foi responsável máxima da maior unidade de saúde de ilha da Região.

E, portanto, sendo esta a sua primeira presença aqui em plenário, gostaria obviamente de perceber o que tem alinhavado para o setor da saúde da Região, a sua visão estratégica que obviamente não se ficará pelas políticas de saúde deste executivo. Pedir-lhe-ia eu que partilhasse connosco como pensa resolver os problemas que lhe têm chegado, uma vez que já iniciou um périplo de visitas a todas as instituições do Serviço Regional de Saúde e que seguramente se deparou com problemas. Queria que partilhasse connosco algumas das resoluções que tem preconizadas neste sentido.

E como não será uma novidade, introduzo nesta fase inicial de debate o subfinanciamento crónico que afeta o Serviço Regional de Saúde, e que esta bancada de forma consecutiva também tem vindo a denunciar, subfinanciamento este que afeta também os três hospitais da Região e que só em 2018 tiveram prejuízos na ordem dos 25 milhões de euros, e por isso deixo-lhe desde já esta pergunta, Sra. Secretária: se face a este valor elevado na ordem dos prejuízos em 2018, se estará estipulado algum reforço para o ano de 2019.

E ainda em relação a números e a dívidas, Exa. Sra. Secretária, peço-lhe que priorize por favor as dívidas aos fornecedores dos hospitais desta Região e do Serviço Regional de Saúde que no final do 1.º trimestre ascendem a 122 milhões de euros. O que é que pensa vir a preconizar na resolução deste problema?

Recordo-me ainda de uma visita que fez recentemente ao Hospital de Santo Espírito da Ilha Terceira acompanhada por vários órgãos de comunicação social em que foi interpelada e confrontada relativamente a um problema que não é recente e que diz respeito ao envelhecimento da população médica, também já referida aqui por todas as bancadas. De facto, este é um problema com o qual se depara o Serviço Regional de Saúde e que também advém da incapacidade até então da fixação de médicos na Região.

Obviamente que este não é um problema de ontem, é sim, como já referi, um problema do executivo açoriano e que até ao momento, de forma lamentável, não tem sido possível ultrapassá-lo. E, portanto, pergunto-lhe diretamente se tem preconizado algum tipo de medidas diferentes daquelas que estão em vigor e que, mais uma vez digo, não têm sido suficientes, no sentido e com o objetivo da fixação de médicos, pese embora que o nosso objetivo será sempre evitar consequências pesadas a breve trecho para os utentes do Serviço Regional de Saúde.

Portanto, numa primeira abordagem, Sra. Secretária, aquilo que esta bancada quer saber é qual é a sua previsão, o seu planeamento e a sua estratégia clara e concisa para este setor.

Sra. Secretária, como ainda tive há bem pouco tempo oportunidade de lhe dizer, apesar de ser nova protagonista para o setor há algo que para nós também é muito claro e tem que ser dito aos açorianos: é que isto não é um começar de novo, não é seguramente um começar de novo, e não podemos fazer tábua rasa dos inúmeros problemas que diariamente afetam milhares e milhares de açorianos. Não podemos, enquanto partido responsável, ter essa atitude.

E esta bancada já anda nesta maratona há muito tempo.

Deputado José San-Bento (PS): E pelos vistos vão continuar!

O Orador: É certo que V. Exa. pode dizer que chegou há pouco tempo, chegou apenas há dois meses, mas também é certo que aceitou este desafio e aceitou o desafio de pegar neste barco quando ele já estava em andamento há muito tempo e, portanto, pode-me dizer que aceitou, que sabia para o que é que vinha, mas provavelmente não saberia aquilo que viria encontrar.

E, portanto, vamos então aos velhos problemas deste setor que de forma contínua temos vindo a debater nesta Câmara.

Listas de espera cirúrgicas penso que não será novidade e estaria certamente à espera de que este tema fosse amplamente falado, tanto é que veio aqui fazer um anúncio.

Como sabe, no passado mês de julho foi tornado público um relatório da Inspeção Regional de Saúde (organismo que está na dependência direta do Governo Regional) que veio dar razão àquilo que o PSD Açores, no que concerne ao funcionamento do Serviço Regional de Saúde em matérias de lista de espera e também no incumprimento da portaria n.º 58/2015 de 06 de maio, portaria esta que define os tempos máximos de resposta garantida.

Este é um velho problema que não se cinge apenas à especialidade destacada no relatório ...

Deputado Carlos Silva (PS): Nem aos Açores até!

A Oradora: ... mas que é praticamente transversal a todas as especialidades cirúrgicas e que até agora não tem sido possível resolver a situação, quer ao Governo e até a própria oposição tem dificuldade em fazer o seu papel porque há claramente falta de transparência. Nós não conseguimos escrutinar de forma rigorosa aquilo que para nós representa uma verdadeira calamidade deste setor, uma vez que os últimos dados disponíveis são de maio de 2018.

Em sede de plenário no final do ano passado, foi assumido pela tutela que os boletins informativos onde se encontra esta informação, se encontravam em processo de revisão pela unidade central de gestão de inscritos para cirurgias dos Açores. Foi também dito em dezembro de 2018 que a publicação destes dados ocorreria no mês seguinte. Não aconteceu, Sra. Secretária.

Já em março deste ano, num debate sobre o setor que foi promovido por esta bancada, o seu antecessor referiu que no final desse mês ou no mês seguinte iríamos ter acesso aos dados do SIGICA. O que é certo é que estamos em setembro e continuamos sem ter acesso a esse boletim.

Não se compreende, Sra. Secretária, como é que o Governo é incapaz de cumprir aquilo que afirma publicamente. Aliás, em certa parte, este Governo acaba por ignorar aquilo que queria.

E, ainda recentemente após a análise dos relatórios e contas dos três hospitais da Região, ficámos a saber que nos três hospitais a produção cirúrgica não segue a tendência crescente como seria de esperar, sendo (e ressalvo o facto mais relevante) a nível do hospital de Ponta Delgada que no ano de 2018 reduziu a produção cirúrgica em cerca de 6,4%, que em nível de números absolutos se traduz em menos 500 cirurgias, em menos 500 doentes operados.

E, portanto, já percebemos que veio aqui anunciar a emissão de 600 Vale Saúde, e nesse contexto pergunto-lhe onde é que serão realizadas essas cirurgias (se no público ou no privado), e pergunto-lhe muito diretamente quantos doentes pensa que terão a sua situação de lista de espera cirúrgica resolvida com esta emissão porque, como sabe, a emissão de 600 Vale Saúde poderá não corresponder a 600 utentes ou 600 cirurgias, atendendo ao custo de cada cirurgia e face às diversas especialidades.

Ainda em relação a incumprimentos, como é certo também temos defendido aqui que o que está estipulado na portaria dos tempos máximos de resposta garantida não tem vindo a ser alcançado e, portanto, pensamos que seria altura de a Sra. Secretária se comprometer com medidas não só do ponto de vista cirúrgico mas também direcionadas a utentes que aguardam por consultas de especialidade ou pela realização de exames complementares de diagnóstico.

Portanto, pensamos que está chegada a altura, uma vez que caminhamos para a reta final da legislatura, de estes problemas serem finalmente resolvidos de forma consequente.

Na senda dos incumprimentos falemos também ainda daquele que tem sido um problema levantado por esta bancada e defendido ainda recentemente nomeadamente a deslocação de especialistas a ilhas sem hospital. Como já tive

oportunidade de lhe dizer por outras palavras, as políticas de saúde deste Governo não começaram com a sua chegada, e esta é uma matéria que infelizmente também tem gerado polémica, onde mais uma vez o executivo foi vítima do seu próprio erro ao reverter o processo de deslocação de especialistas às ilhas sem hospital, processo este que satisfazia os açorianos. Ou seja, V. Exas. destruíram algo que funcionava bem. Aliás, conforme se sabe, apesar de a nova portaria ter sido implementada no dia 01 de setembro de 2018, durante este ano foram inúmeros os constrangimentos causados aos açorianos. 7500 utentes, Sra. Secretária. 7500 utentes do Serviço Regional de Saúde com pagamentos em atraso durante mais de seis meses.

Foi necessário o PSD Açores denunciar esta situação através de um requerimento em maio de 2018 que o Governo Regional respondeu fora do prazo e só após a sua audição em sede de Comissão.

Foi necessário o PSD Açores fazer uma resolução com urgência e dispensa de exame em Comissão a recomendar ao Governo que pagasse de imediato aquilo que os açorianos têm direito, resolução essa que foi chumbada apenas pelo Partido Socialista que suporta este Governo para que a mesma baixasse à Comissão e para que o Governo ganhasse tempo e assim regularizasse o pagamento ...

Deputado Luís Garcia (PSD): Ora bem!

A Oradora: ... aos utentes do Serviço Regional de Saúde a quem devia dinheiro há mais de seis meses e que punha em risco futuras deslocações.

Isto é inadmissível.

Deputado Luís Maurício (PSD): Muito bem!

(Aplausos dos Deputados da bancada do PSD)

A Oradora: Como já lhe disse, isto não é uma corrida de 100 metros, é sim uma maratona, e os açorianos podem contar com o PSD Açores na defesa dos seus interesses, como demonstrámos através de mais este exemplo.

Pensamos nós que esta portaria partiu de pressupostos errados, sendo que a reversão do processo do pagamento de diárias aos utentes uma fragilidade grave e que tem que ser resolvida rapidamente, mas para tal, Sra. Secretária, é necessário alocar recursos humanos suficientes a estes serviços e, portanto, está mais do que na altura de corrigir esta situação. Não é razoável que, por exemplo, o hospital de Ponta Delgada, que é o hospital de fim de linha da Região, tenha tido apenas duas funcionárias (duas funcionárias!) afetas a este serviço a tratar desta situação sendo esta instituição de saúde responsável por 60% do movimento de deslocação de utentes na Região.

Simultaneamente também consideramos nós que o processo de pagamento de deslocações subsequentes deve ficar a cargo das unidades de saúde de ilha de onde o doente é originário, tal como ocorria no passado pois é onde existe um contacto mais próximo entre o doente e a instituição.

E os 7500 utentes com pagamentos em atraso vieram confirmar esta nossa ideia pois sempre defendemos uns cuidados de saúde centrados em proximidade.

Deputado Luís Maurício (PSD): Muito bem!

A Oradora: Gostaria assim de lhe perguntar o que pretende fazer em relação a este novo paradigma: se irá manter ou se irá reverter o processo.

E ainda em relação à deslocação de especialistas a ilhas sem hospital, gostaria também de lhe perguntar o que tem sido feito a nível de planeamento uma vez que estamos aqui a falar das necessidades das unidades de saúde de ilha versus a disponibilidade dos especialistas que estão em hospital em se deslocarem às ilhas, e era suposto ter havido um mapa, uma troca de informação, entre as instituições, e ao que sabemos, até agora isso não foi feito.

Para terminar, digo-lhe de forma muito sincera, Sra. Secretária. Foram necessários três anos desta legislatura para que o Governo Regional reconhecesse que era necessário intervir no setor da saúde de uma forma direta e de uma forma diferente da que foi feita até então.

Mas também aqui o Governo Regional chega tarde, e chega tarde porque o PSD Açores há muito que prioriza este setor na sua ação e na sua atividade política. Com sentido de propositura em relação às listas de espera, desde 2013 que o PSD Açores defende a produção cirúrgica adicional como forma de recuperação das listas de espera cirúrgicas nesta Região. Foram necessários dois anos para que o Partido Socialista dos Açores reconhecesse esta produção como instrumento válido e com este propósito.

Recordo que desde 2016, quando se iniciou então a produção cirúrgica adicional, foram intervencionados cerca de 1923 utentes do Serviço Regional de Saúde que se encontravam à espera, e muitos mais poderiam ter sido se não fosse a vossa teimosia em aceitar que esta era uma mais-valia para o sistema regional de saúde e para os seus utentes porque a proposta vinha do PSD Açores.

Ainda em relação ao tempo máximo de resposta garantida apresentámos também o cheque-consulta, uma medida que consideramos essencial para os açorianos que estão à espera de uma consulta de especialista e que não têm acesso à mesma. Era uma medida simples, uma medida que vinha resolver problemas que tinham chegado até nós, de açorianos, de utentes do Serviço Regional de Saúde, que continuam à espera de ver a sua situação resolvida.

Portanto, eu gostava que me falasse sobre isso e dizer o que é que pensa sobre esta medida.

Secretário Regional Adjunto da Presidência para os Assuntos Parlamentares (*Berto Messias*): Então e os anestesistas que a senhora ia trazer?

A Oradora: Propusemos ainda a abertura das salas de pequena cirurgia nos centros de saúde da Ribeira Grande e de Ponta Delgada, onde estão concentrados quase 80% do total de inscritos para cirurgias nos Açores. Mais uma vez o Partido Socialista não reconhece esta medida porque vem desta bancada.

Como viu, Sra. Secretária, não nos inibimos de apresentar propostas que melhorem a vida dos açorianos neste e noutros setores, e não é de agora. Desde sempre que o PSD Açores priorizou este setor na sua agenda, pese embora não haja da parte do Governo recetividade ou abertura para colher algumas, para não dizer melhor, todas as nossas propostas nesta matéria.

O Governo Regional só agora reconhece constrangimentos. O PSD Açores não se inibe de alertar para os variados constrangimentos que vão surgindo e os açorianos sabem disso.

Da nossa parte, continuaremos a fazê-lo mesmo sabendo que do outro lado, que do vosso lado, até agora não tem existido espaço para acolher propostas que venham do PSD, mesmo sabendo que estas propostas têm qualidade e viabilidade e que certamente contribuirão para melhorar os cuidados de saúde prestados aos açorianos, que são os utentes do Serviço Regional de Saúde, a nossa preocupação, e porque continuaremos a defender sempre cuidados de saúde centrados no utente a bem dos açorianos.

Obrigada.

Deputado João Vasco Costa (PS): E água benta, não?

Vozes dos Deputados da bancada do PSD: Muito bem! Muito bem!

(Aplausos dos Deputados da bancada do PSD)

Presidente: Obrigada, Sra. Deputada.

Tem agora a palavra o Sr. Deputado Dionísio Faria Maia.

(*) **Deputado Dionísio Faria Maia** (*PS*): Muito obrigado, Sra. Presidente.

Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

As açorianas e os açorianos esperam do Serviço Regional de Saúde uma abordagem multifatorial para os problemas de saúde baseados nos desafios que a cobertura assistencial alargada a todos representa. Todos com acesso a cuidados de saúde primários e alargada oferta de consultas de especialidade equivale a muitos mais diagnósticos e referências para cuidados terapêuticos, especializados, nomeadamente os cirúrgicos, assim como novos desafios operacionais.

O CDS-PP sabe o que nos unes nas opções excecionais aqui propostas e aprovadas para ajudar a resolver situações mais problemáticas nomeadamente nas listas de espera para cirurgia. Aprovámos o programa CIRURGE e propusemos conjuntamente um reforço orçamento do Vale Saúde. Implementámos o CIRURGE com a eficácia que lhe reconhecemos, implementámos soluções com o Vale Saúde que, diga-se, não tiveram a adesão que se esperava nos utentes, e aqui o exemplo mais recente foi da fraca adesão de utentes do Hospital de Santo Espírito, da Terceira, para a cirurgia plástica, que se ficou pelos 15%.

Mas continuamos a acreditar que são programas que podem minimizar um problema transversal a todos os sistemas, apesar de que não se resolve, e aqui foi dito já hoje, somente pondo dinheiro em cima. Neste Parlamento quando se fala de saúde tem havido sempre a tentação, e aqui hoje também foi feita, do discurso miserabilista, catastrófico de que tudo está mal, tomando, por exemplo, pequenas histórias do universo dos grandes sucessos que conseguimos com esse Serviço Regional de Saúde moderno, produtivo em quantidade e qualidade.

Secretário Regional Adjunto da Presidência para os Assuntos Parlamentares (*Berto Messias*): Muito bem!

O Orador: Assumimos a existência de problemas, acordamos as soluções possíveis, as considerações e as propostas feitas hoje aqui pela Sra. Secretária Regional da Saúde bastariam para vos tranquilizar e talvez até ajudar a entender ainda mais que o difícil se conquista com intenção, realismo e ação.

Vozes de alguns Deputados da bancada do PS e dos Membros do Governo:

Muito bem!

O Orador: A lista de espera para cirurgia é um problema transversal a todos os sistemas de saúde e rapidamente aumentam quando aumentam as respostas ao atendimento e se melhoram os diagnósticos.

2018 foi um ano atípico para planificação com repercussões ainda em 2019: greves, absentismos, redução de horário semanal de 45 para 35 horas para os enfermeiros, cancelamentos cirúrgicos por outras causas e aumento de situações urgentes para cirurgia que não facilitaram que se atingissem os objetivos previstos.

Mas caros deputados, nenhuma situação urgentes ou prioritária ficou sem resposta ou solução.

Secretário Regional Adjunto da Presidência para os Assuntos Parlamentares (Berto Messias): Muito bem!

Deputado José San-Bento (PS): Muito bem!

O Orador: Esta é a garantia essencial que o nosso sistema deve dar.

Deputado Luís Maurício (PSD): Mal era se não fosse! O que não era urgente, ficava para o ano que vem!

O Orador: Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo: Estão na nossa ...

(Diálogo entre os Deputados do PS e do PSD)

Nós já chegamos lá.

Presidente: Sras. e Srs. Deputados.

O Orador: Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo: Sr. Deputado Luís Maurício, estão na nossa ordem de prioridades os desafios que representam para o nosso Serviço Regional de Saúde a cobertura universal pelos médicos de família, a modernização, a formação contínua, a comunicação inter-serviços e a sua sustentabilidade como garantia do seu futuro. Não nos parece que estejam na vossa ordem de prioridades, e porquê? Talvez a resposta esteja na análise que personalidades independentes fazem da atuação aqui do Parlamento.

A este propósito, relembro-vos de um excerto da entrevista dada pelo Dr. Germano de Sousa, nosso conterrâneo e antigo bastonário da Ordem dos Médicos Portugueses, quando disse que o que vai mal na saúde é o facto de os partidos políticos se terem aproveitado da saúde como arma de arremesso. Nem sempre estive tão de acordo com ele, mesmo quando se refere que um dos grandes problemas do Serviço Regional de Saúde é a fixação de médicos. Se fosse fácil, estava resolvido.

Deputado José San-Bento (PS): Muito bem!

O Orador: Se fosse fácil, a proposta feita pelo presidente do Partido Social Democrata em 2013 de trazer mais médicos para o seu concelho tinha sido resolvida, ...

Deputada Mónica Seidi (PSD): Resolvida?!

O Orador: ... mas foi resolvida por este Governo em 2019.

Vozes de alguns Deputados da bancada do PS: Muito bem!

Deputado João Paulo Ávila (PS): Muito bem lembrado!

O Orador: A contaminação política neste debate de urgência pode descaracterizá-lo, tornando óbvio o que são os problemas transversais à capacidade de resposta por aumento rápido da oferta já equacionado e com

propostas de mitigação agora enunciadas numa tentativa de arremesso frequente nas campanhas eleitorais da oposição.

Deputado Luís Maurício (PSD): Qual? Qual oposição? Diga lá!

O Orador: Srs. Deputados, o difícil está a ser resolvido com a cobertura quase total da população açoriana por médico de família. É quase e assumimos que é quase.

2019 marca uma viragem na cobertura total por médico de medicina geral ...

Deputada Sónia Nicolau (PS): Muito bem!

O Orador: ... e familiar em quase todas as ilhas e uma das maiores contratualizações de enfermeiros.

O difícil está a ser resolvido com a contratualização de mais médicos especialistas pelos hospitais da nossa Região fruto também de uma conquista de idoneidades formativas que hoje conta com quase 10% dos internos em formação específica em Portugal.

Estes são os médicos do futuro, muitos deles açorianos com grande apetência para continuarem a exercer na nossa Região, ...

Deputado Artur Lima (CDS-PP): Perdemos na Horta, perdemos em Angra, perdemos em Ponta Delgada!

O Orador: ... reconhecendo potencial diferenciador e de atualização contínua. Contamos com todos eles para garantir o futuro do nosso Serviço Regional de Saúde, e vamos trabalhar com todos para garantirmos o melhor em saúde para os açorianos.

Disse.

Vozes dos Deputados da bancada do PS: Muito bem! Muito bem!

(Aplausos dos Deputados da bancada do PS e dos Membros do Governo)

Presidente: Obrigada, Sr. Deputado.

Sr. Deputado Paulo Estêvão, tem agora a palavra.

(*) **Deputado Paulo Estêvão (PPM):** Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Eu sou desde a minha infância um admirador do sistema democrático.

Deputado João Paulo Ávila (PS): Não se nota!

O Orador: O sistema democrático permite que diferentes opiniões sejam tidas em conta. O sistema democrático permite que não governem sempre os mesmos, ...

Deputada Graça Silva (PS): E na monarquia também!

O Orador: ... o sistema democrático permite o pluralismo das diferentes sociedades.

Deputado Carlos Silva (PS): O poder está no povo!

O Orador: A democracia é uma coisa maravilhosa, mas nós nos Açores temos limitações óbvias ao exercício da democracia, nomeadamente pela existência de uma máquina de propaganda colossal ...

Deputado João Paulo Ávila (PS): O senhor está aqui há 11 anos!

O Orador: ... que esmaga a comunicação social na nossa Região e que controla o essencial da comunicação social na nossa Região. É difícil ser livre. Mas devo dizer que isso explica ...

Deputado Carlos Silva (PS): Qual é a sua experiência na saúde? Fale da sua experiência na saúde!

O Orador: ... também em parte, isso e o domínio da administração regional, porque é que aqui nos Açores é tão difícil, tão difícil, que possa existir alternância democrática.

V. Exa., Sra. Secretária, ao longo destes meses teve uma autêntica passerelle televisiva. Ao longo destas semanas foi-lhe dada um tempo de antena incrível para poder ...

Deputado João Paulo Ávila (PS): O senhor há quantos anos está aqui?

Deputado José Contente (PS): O senhor é que anda na passerelle todos os dias!

O Orador: ... iniciar as suas funções como se iniciasse uma nova legislatura para V. Exa..

E depois, o que eu considero é que estes momentos que, por exemplo, o CDS provocou aqui ao chamá-la a si e a outros membros do Governo para o debate, são um momento essencial do parlamentarismo, mas do ponto de vista televisivo o que é que sucede? O que sucede é que em termos de transmissão televisiva depois o que nós temos aqui ...

Deputado Carlos Silva (PS): O senhor está preocupado com a televisão!

O Orador: ... é mais uma passerelle, é mais um momento em que o Governo tem sido, nesta semana então, tremendamente beneficiado. Tremendamente beneficiado!

Deputado Artur Lima (CDS-PP): Apoiado!

O Orador: E essa questão é uma questão muito relevante. Eu não podia deixar de condenar esse tipo de situação, porque esse tipo de situação impede que o sistema possa funcionar de uma forma plural, porque as perguntas que eu tenho para lhe fazer, Sra. Secretária, são perguntas muito objetivas e que têm a ver com o programa do Governo que é aquilo que foi prometido aos açorianos que seria feito. E eu pergunto-lhe: garantir a cobertura total da população por médico especialista em medicina geral e familiar até 2018! Isto foi feito, Sra. Secretária?

Deputado João Paulo Ávila (PS): Quase pronto!

O Orador: É isto que eu lhe quero perguntar.

Está no programa do Governo. Foi feito?

Esta é uma pergunta que provavelmente ... não! Não é importante que possa sair na televisão, que possa ser devidamente publicitada junto dos açorianos.

Pergunto-lhe: isto foi feito?

Deputado João Paulo Ávila (PS): Isso já foi respondido, Sr. Deputado!

O Orador: Ouça, tenho pouco tempo, vou-lhe fazer mais algumas perguntas sobre o programa do Governo porque este Governo já iniciou funções em 2016.

Deputado Carlos Silva (PS): E só termina em 2020!

O Orador: Aliás, este Governo iniciou funções em 1996.

Secretário Regional Adjunto da Presidência para os Assuntos Parlamentares (Berto Messias): Este não!

O Orador: “Prosseguir com o aperfeiçoamento da regulamentação da deslocação de médicos especialistas”. O que é que aconteceu aqui? Aperfeiçoar? Isto regrediu! Pergunto-lhe que medidas é que têm sido introduzidas no sentido de aperfeiçoar a deslocação de médicos especialistas! O que aconteceu foi exatamente o contrário, Sra. Secretária!

“Prosseguir e concluir ...”, veja bem, “... os processos de certificação de qualidade do Hospital de Santo Espírito da Ilha Terceira e do Hospital da Horta”. Pergunto-lhe se isto foi feito! Está no vosso programa, estão a um ano de acabar a legislatura. Pergunto-lhe o que é que está a ser feito em relação a esta matéria.

Deputado José Ávila (PS): Mas já acabou a legislatura?

Deputado João Paulo Ávila (PS): Já foi respondido!

O Orador: Pergunto-lhe em relação à “automatização e utilização das tecnologias disponíveis na interação entre os utentes e o Serviço Regional dos Açores”. Isto é aqui nos Açores? Ninguém sabe! Utilização das tecnologias na interação entre os utentes e o Serviço Regional dos Açores? Isto é pura ficção! Isto é pura ficção! Pergunto-lhe o que é que foi feito nesse sentido, Sra. Secretária! É uma pergunta incómoda, que eu gostava que o povo açoriano ouvisse e também que ouvisse a sua resposta!

“Aperfeiçoar e introduzir novas medidas de cooperação das listas de espera e de consultas de especialidade”.

Deputado João Vasco Costa e Carlos Silva (PS): Mais alto!

O Orador: Que resultados é que foram alcançados nesta matéria?

Secretário Regional Adjunto da Presidência para os Assuntos Parlamentares (Berto Messias): Mais alto, Sr. Deputado!

O Orador: Olhe, outra matéria em que V. Exa. e o vosso Governo não tem qualquer tipo de trabalho realizado: concluir a rede de referenciação dos cuidados primários para os cuidados diferenciados. Isto foi feito, Sra. Secretária? Que novidades tem em relação a esta matéria?

E tantas e tantas outras questões que gostava e que vou ter oportunidade de lhe colocar quanto a questionar pela segunda vez.

Deputado João Paulo Ávila (PS): Já foi tudo respondido!

Deputado Carlos Silva (PS): Não disse nada ainda!

O Orador: E devo dizer também, aproveitar esta matéria porque eu não posso deixar de dizer isto a bom da verdade. Sr. Deputado Paulo Mendes, o Sr. Deputado fez ali um ataque pessoal a alguém que acabou de ser nomeado. Eu bem avisei essa pessoa que isso iria acontecer, na Comissão.

Deputado José Ávila (PS): Aí tenho de concordar consigo!

O Orador: E quero-lhe dizer o seguinte. Só porque a senhora que foi nomeada trabalhou no setor privado! Acha isso justo? Colocar a suspeição em cima das pessoas que estão a desempenhar, colocar a honestidade e a integridade da pessoa em causa só porque trabalhou no setor privado! Acha isso justo? Acha que isso é um procedimento justo?

Eu considero que na política não vale tudo. Não pode colocar sob suspeição ...

Deputado Carlos Silva (PS): Foi a única coisa certa que o senhor disse hoje!

O Orador: ... uma pessoa que ainda nem sequer iniciou as suas funções e dizer-lhe: “A senhora veio do setor privado, veio de um grupo económico, já está diabolizada porque a senhora à partida já está a ser acusada de falta de honestidade no desempenho das suas funções”.

Isto não pode ser, Sr. Deputado! Eu faço oposição olhos nos olhos, mas isto, criar esta suspeição junto das pessoas que vão começar a desempenhar as suas funções, eu acho errado, Sr. Deputado. O senhor errou profundamente nessa matéria.

Presidente: Obrigada, Sr. Deputado.

Tem agora a palavra o Sr. Deputado Domingos Cunha.

Deputado Domingos Cunha (PS): Muito obrigado, Sra. Presidente.

Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sra. e Srs. Membros do Governo:

O Serviço Regional de Saúde é, para o Grupo Parlamentar do Partido Socialista, uma das mais importantes conquistas da nossa autonomia, é um dos seus principais pilares, como também é um importante fator de coesão.

Na presente legislatura, este é o 7.º debate de urgência sobre a saúde a que se associam três interpelações.

Todas as iniciativas são legítimas, naturalmente.

O Grupo Parlamentar do Partido Socialista considera que esta área é das mais debatidas e escrutinadas nesta Assembleia, e pensamos, também, que as Sras. e Srs. Deputados conhecem, uns melhores que outros, uns com uma visão positiva e outros com visão negativa, a realidade atual do nosso Serviço Regional de Saúde.

Damos, assim, a máxima importância a todas as iniciativas que pretendem analisar, avaliar e discutir o estado atual do Serviço Regional de Saúde.

Para o nosso grupo parlamentar assumimos ter um Serviço Regional de Saúde competente, porque é o “espelho” dos nossos profissionais - da sua competência, da sua diferenciação, do seu mérito, do seu brio, da sua dedicação, com que têm contribuído para melhorar a saúde dos açorianos.

Reconhecemos, também, que padece de algumas condicionantes e complexidades decorrentes das características territoriais e demográficas da

nossa Região e da forma como foi e está organizado e funciona o Serviço Regional de Saúde.

Mas, o Grupo Parlamentar do Partido Socialista está sempre disponível para discutir a implementação de medidas ou estratégias que, não só o melhorem, mas que sejam exequíveis e sejam sustentáveis.

Deputado João Vasco Costa (PS): Muito bem!

O Orador: Os Governos do Partido Socialista, dentro das suas competências políticas, administrativas e financeiras, têm dotado o Serviço Regional de Saúde com mais e melhores infraestruturas, equipamentos, mas essencialmente em recursos humanos e na sua diferenciação com todos os ganhos em saúde que daí decorrem.

No Anuário Estatístico da Região Autónoma dos Açores, edição 2018, publicados pelo INE, registamos que de 2017 para 2018 o rácio do número de médicos passou de 3,1 para 3,4 médicos/1000 habitantes, na verdade ainda inferior ao registado a nível do país, mas em número de enfermeiros o nosso Serviço Regional de Saúde passou de 8,5 para 8,7 enfermeiros/1000 habitantes, sendo a região com o melhor rácio comparativamente ao todo nacional, que é, e posso especificar, de 7 e 7,1, respetivamente.

Deputado José San-Bento (PS): Muito bem!

O Orador: Acreditamos que esta realidade tem muito a ver com a evolução a que assistimos na Região, no ensino médico universitário, na especialização médica e de enfermagem, que são bem o exemplo das competências dos formadores e dos formandos.

O mesmo reconhecemos às idoneidades formativas das unidades de saúde de ilha, que têm tornado possível alargar a cobertura assistencial por médicos de medicina geral e familiar em praticamente todas as ilhas, e tal como anunciou a Sra. Secretária, faltando apenas a unidade de saúde de ilha da Terceira, e o

mesmo podemos afirmar quanto às idoneidades e competências formativas dos nossos hospitais que permitem atrair e fixar novos médicos.

E aguardamos a possibilidade de podermos ver alargadas as idoneidades formativas depois dos pareceres dos respetivos colégios das especialidades e da acreditação da Ordem dos Médicos.

Este ano temos, no global, 81 médicos em formação específica em todas as áreas que foram opção na Região.

O Grupo Parlamentar do Partido Socialista regista com agrado o aumento de toda a linha de produtividade do nosso Serviço Regional de Saúde, que já aqui foi referido nas intervenções anteriores.

As listas de inscrição e de espera cirúrgicas são sempre objeto de discussão.

As listas de espera cirúrgicas e a sua recuperação têm sido, são e serão, naturalmente, um desafio e preocupação dos Governos do Partido Socialista desde sempre, mas também é verdade que cada ano se produz mais e melhor nas áreas cirúrgicas.

A grande e média cirurgia aumentou 18% e as pequenas cirurgias em 402%, quando efetuadas em horário normal.

Deputado Artur Lima (CDS-PP): Onde é que estão esses números? Que é para a gente ver!

O Orador: Isto é, entre 2012 e 2018 efetuaram-se mais 2105 grandes e médias cirurgias e mais 9361 pequenas cirurgias.

Que não fiquem dúvidas sobre a vontade do Governo do Partido Socialista em encontrar e implementar as melhores soluções que visem encurtar os tempos de espera para as cirurgias com prioridades e prognóstico que prejudiquem, objetivamente, a qualidade de vida dos nossos doentes.

Apraz-nos registar as medidas há pouco aqui anunciadas pela Sr.^a Secretária Regional da Saúde, que irão envolver o programa CIRURGE e o Vale Saúde.

O Grupo Parlamentar do Partido Socialista reafirma que temos um Serviço Regional de Saúde competente e orgulha-se da sua evolução no cômputo geral. E a nossa convicção é fundamentada com a constatação na melhoria de alguns indicadores de saúde, que queremos realçar, e realçar não só e exclusivamente na área curativa, mas também essencialmente na área da promoção e da área da prevenção.

O termos alcançado a mais baixa taxa de mortalidade infantil na Região desde 2016 com 1,8/1.000 habitantes, ...

Deputada Renata Correia Botelho (PS): Muito bem!

O Orador: ... a mais baixa taxa do país;

Estarmos a aumentar a esperança de vida à nascença, que se cifra nos 77,28 no triénio 2014-2016;

O cumprirmos com as mais altas taxas de vacinação, dos Planos Regional e Nacional de Vacinação, que são iguais ou superiores a 99%;

O termos alcançado o maior aumento na esperança de vida aos 65 anos em 17,02% no triénio 2014-2016;

O mantermos estável a Taxa Bruta de Mortalidade/1.000 habitantes em 9,8, sendo das mais baixas taxas de todas as Regiões e do todo nacional (comparando com Lisboa e Vale do Tejo que é de 10,7).

O nosso Serviço Regional de Saúde ter sido reconhecido recentemente pela Sr.^a Ministra da Saúde como sendo uma referência no todo nacional pelos 95% da taxa de cobertura da vacina contra o Vírus do Papiloma Humano (que foi uma vacina que foi introduzida em 2008), e ter sido apresentado também pela Comissão Técnica de Avaliação como uma Região também exemplar no que diz respeito à cobertura do Rastreio do Cancro do Colo do Útero.

Estas e outras evidências e factos registados pelo nosso Serviço Regional de Saúde fazem parte de uma longa e exaustiva lista, que todos devemos ler e apreciar com espírito analítico, desapaixonado e depois crítico.

Deputada Renata Correia Botelho (PS): Exatamente!

O Orador: Mas para o Grupo Parlamentar do Partido Socialista é tudo isto que nos move, motiva e incentiva a encontrar soluções e estratégias para que o Serviço Regional de Saúde possa ultrapassar as insuficiências ou constrangimentos em algumas áreas especializadas e mais diferenciadas, porque as há e as reconhecemos.

Até hoje muito tem sido feito para continuarmos a melhorar o nosso Serviço Regional de Saúde, na acessibilidade, na equidade, na produtividade, na qualidade e humanização dos cuidados, certos que, com todos os profissionais de saúde saberemos ser capazes de continuar a garantir os cuidados de saúde com eficiência e segurança, a todos os açorianos e a todos quantos procuram o Serviço Regional de Saúde também não sendo açorianos.

Muito obrigado.

Vozes dos Deputados da bancada do PS e dos Membros do Governo: Muito bem! Muito bem!

(Aplausos dos Deputados da bancada do PS e dos Membros do Governo)

Presidente: Obrigada, Sr. Deputado.

Vamos fazer um intervalo.

Regressamos às 12 horas.

Eram 11 horas e 37 minutos.

Presidente: Sras. e Srs. Deputados, peço que ocupem os vossos lugares.

Eram 12 horas e 08 minutos.

Sras. e Srs. Deputados, vamos então dar continuidade aos nossos trabalhos.

A Mesa de momento não tem inscrições.

Sra. Secretária Regional, tem a palavra.

(*) **Secretária Regional da Saúde** (*Teresa Machado Luciano*): Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Relativamente às questões colocadas e no tema das listas de espera, todos sabemos que é um foco principal de atenção deste Governo e como tal foi apresentado hoje 600 Vale Saúde e o programa CIRURGE para os três hospitais. Relativamente ao Hospital Divino Espírito Santo de São Miguel este CIRURGE terá um foco principal na oftalmologia, urologia, cirurgia plástica, neurocirurgia. Relativamente ao Hospital de Santo Espírito da Ilha Terceira, o foco principal será a ortopedia e a vascular.

A questão dos 290 mil euros de CIRURGE que já foram transferidos para esse hospital, de reforçar que neste momento já foram feitas 51 cirurgias num valor total de 160 mil euros. Portanto, é um programa que está em continuidade e para além deste vai ser reforçado com o programa que anunciei.

A carreira dos Srs. enfermeiros. Os Srs. enfermeiros têm sido um grande esforço deste Governo Regional, têm crescido ao longo dos anos, para o concurso de 2019 temos 69 lugares em concurso. Para os Srs. enfermeiros esta carreira será recuperada nos termos legais, mas temos sempre que ter em conta as especificidades regionais, estamos a trabalhar nesse sentido.

Deslocação de utentes. Existe um mapa anual aprovado da deslocação de utentes que está em execução. Este mapa tem que ser avaliado e serão tomadas todas as medidas necessárias para que sejam feitos os ajustes necessários para que seja mais eficaz a questão da deslocação de utentes.

Tem sido feito um esforço do Governo Regional com crescimentos anuais no valor do orçamento, a título de exemplo, de 240 milhões para 304 milhões, ou seja, um crescimento de 22%.

No plano de investimento de 2018, como foi referido, tivemos uma taxa de execução de 76%.

A política de complementaridade entre o setor público e o setor privado conta com o princípio da subsidiariedade, ou seja, se é possível fazer no público nunca é realizado no privado.

A taxa de cobertura dos médicos de família. Em novembro teremos 98,6% de todos os açorianos e açorianas com taxas de cobertura praticamente coberta. Para o ano, 2020, temos sete internos a terminar, fica 100% de taxa de cobertura em termos de medicina geral e familiar. A medicina geral e familiar é a porta de entrada dos cuidados, é aqui que se deve fazer a promoção e prevenção para só os doentes se deslocarem aos hospitais para as especialidades devidas e por referenciação do seu médico de família.

O boletim mensal das listas de espera. Como é do conhecimento desta Câmara, este boletim foi reformulado pelo meu anterior sucessor.

Deputado Artur Lima (CDS-PP): E mal! Com o apoio do PSD!

Deputado Luís Maurício (PSD): Isso é falso!

A Oradora: Iremos publicar muito em breve este boletim. Publicaremos o ano completo de 2018 e o primeiro semestre de 2019, e depois continuaremos com esta continuidade de publicação do boletim das listas de espera.

O envelhecimento dos médicos também foi aqui abordado. Neste momento, o número de internos que existe na Região e as áreas de idoneidade formativa permite-nos, a nível da medicina geral e familiar conseguir a substituição da aposentação que os médicos irão ter.

E, portanto, em termos de medicina geral e familiar a partir de 2020 esta cobertura é de 100%.

Deputado Artur Lima (CDS-PP): Já era para ser em 2018! Isso é relativamente a 2018!

A Oradora: Estamos a cumprir. O que é importante é não pensar no passado, é o futuro e no futuro, ...

Deputado Artur Lima (CDS-PP): Isso é verdade!

A Oradora: ... sim, teremos a 100% todos os açorianos e açorianas com médico de família.

Deputado Artur Lima (CDS-PP): Estou esperançado em ter um!

A Oradora: O Hospital Divino Espírito Santo de São Miguel é o hospital que gere mais despesa, e com a nova administração vamos trabalhar num plano de pagamentos. Sabemos que o Hospital Divino Espírito Santo da Ilha de São Miguel é o hospital de fim de linha e com 60% da população que é aqui tratada. Relativamente ao atraso nas diárias. Não eram sete mil o número de doentes com atraso nas diárias, mas sim cerca de 1550 utentes. O problema estava identificado desde fevereiro, não se consegue resolver de um dia para o outro e após a intervenção, foi resolvido durante o mês de julho e agosto, como já tinha sido explicado na Comissão.

Muito obrigada.

Presidente: Obrigada, Sra. Secretária Regional.

Tem agora a palavra o Sr. Deputado Artur Lima.

(*) **Deputado Artur Lima (CDS-PP):** Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Sra. Secretária, agradeço-lhe a resposta às perguntas que teve o cuidado de responder e que deve ser mesmo assim, esclarecer aquelas que são as questões colocadas pelos deputados e registo a sua resposta e os seus esclarecimentos.

No entanto, há questões que eu aqui lhe coloquei que a Sra. Secretária não referiu. É preciso lembrar a Sra. Secretária, e concordo consigo, e aliás, eu termino a minha intervenção exatamente nesse sentido, de olhar para o futuro, o que vamos fazer sobre a sustentabilidade do Serviço Regional de Saúde para o

futuro, dotando dos profissionais suficientes para a sua sustentabilidade e eficácia, só assim é que se consegue ...

Deputado José San-Bento (PS): Todos nós queremos!

O Orador: ... porque, Sra. Secretária, um hospital de fim de linha (como disse), o principal hospital dos Açores, o maior hospital dos Açores não ter dermatologia é inconcebível na cabeça de qualquer ser humano, é inconcebível como é que se chegou a essa situação, para não ir a outras especialidades que tinham um ou dois especialistas.

Idoneidades formativas? Ó senhora, desde a altura das vagas protocoladas que isto tem vindo em curva descendente. Temos idoneidade formativa para um ano, para 12 meses, e nalgumas perdemos totalmente, e o que é que aconteceu? Fomos perdendo o número de especialistas hospitalares.

Olhe, e relativamente à medicina geral e familiar faço votos para que em 2020 haja médico de família para todos os açorianos, mas sabe a que é que isso se deveu, Sra. Secretária? A uma proposta também positiva que se majorou as bolsas para os especialistas em medicina geral e familiar por uma proposta do CDS nesta Casa, e isto deu frutos! É pena é que o seu ante antecessor tenha acabado com isso. Eu já chamei o regime dos “Cabrais”, não é? É pena é que nesse regime se tenha acabado com muita coisa e eu acho que é tempo de repor as coisas no seu devido sítio e como deve ser. Deu resultados na medicina geral e familiar como dará resultados nas áreas de especialidade em falta nos Açores. Faremos outra proposta nesse sentido, para majorar as bolsas de especialidade nas especialidades efetivamente onde há muita falta nos Açores! A senhora sabe tão bem como eu quais são.

Idoneidade formativa! Idoneidade formativa estamos a perder de ano para ano. É preciso apostar nisso!

E sabe que também o seu ante antecessor revogou aquele Decreto Legislativo Regional do CDS e que foi aprovado por unanimidade nesta Casa em que

impunha uma sanção de 250 mil euros mais o dinheiro que tinham recebido durante a bolsa para não se irem embora, quando foi revogado isso vamos lá saber quantos se foram embora! Um deu pelo motivo e a seguir foram uma dúzia deles! Ou mais! Por um erro cometido pelo Governo, porque efetivamente deixaram de ter sanção!

“Vamos embora que a gente não está aqui a fazer nada, vamos ganhar mais dinheiro para o privado, para o continente”, Sr. Deputado Paulo Mendes.

Já agora, Sr. Deputado Paulo Mendes, eu faço votos que esse seu ódio à privada que pelo menos... os hospitais privados contratam psicólogos. Faço votos que V. Exa. tenha um lugarinho num hospital privado e que possa exercer com a competência que tem e lhe reconheço a sua profissão num hospital privado, que seja em Ponta Delgada mas que seja ao serviço dos açorianos, Sr. Deputado.

Deputada Mónica Rocha (PS): Paulo, era muito irónico! Muito irónico!

O Orador: Não se ofenda com essa minha referência mas que sei que tem concorrido e não tem tido ... ou tem tido o azar de não ficar.

E, portanto, eu desejo-lhe muita sorte nesse sentido e que consiga um lugar.

Mas Sra. Secretária Regional, carreira de enfermagem. Sabe tão bem como eu que o problema não está só no aumento de especialistas, está na valorização da carreira, como muito bem sabe. E há um acordo que foi feito com o anterior titular da pasta em abril ou março do ano passado, e eu pergunto-lhe em que pé é que isto está, se é para cumprir e como é que vai à frente. A senhora esqueceu-se de referir esse pormenor.

Falou em deslocação de doentes mas naturalmente queria dizer deslocação de especialistas. O plano já está feito desde o ano passado, o novo plano de deslocação de especialistas. Está preso na Direção Regional de Saúde este ano que ainda não houve despacho para se deslocarem às ilhas, Sra. Secretária. Porquê?

Ele está mal feito? Está errado? Há alguma coisa que é preciso corrigir? Mas nove meses, Sra. Secretária? É muito tempo. O que é que se passa?

E é deslocação de especialistas, não é de utentes, como tinha referido. Era deslocação de especialistas e acho que V. Exa., por engano, naturalmente, referiu-se à deslocação de doentes porque falava da diária dos doentes e falou na deslocação.

Os doentes de pacemaker são na sua esmagadora maioria, como toda a gente aqui sabe, e sobretudo os que têm formação clínica, gente idosa. 80, 90, 70, 80, 90 anos e que têm que se deslocar, têm que levar sempre acompanhante. E além de ser penoso deslocar um idoso da sua residência e da sua ilha, aumenta a despesa. Porque é que acabaram as consultas de pacemaker em São Jorge e no Pico? É inconcebível que isso tenha acabado!

É que pura e simplesmente essas não estão suspensas. Acabaram! Foram terminadas! Não há mais! Os doentes têm que se deslocar à ilha com hospital, nomeadamente à Terceira. Porquê, Sra. Secretária? Deve repor esta injustiça ou não?

Outra questão, Sra. Secretária, que me é relatada, eu já aqui o ano passado denunciei o bunker da fisioterapia. Numa visita ao hospital de Angra tentei visitar as instalações mas não havia a chave, estava fechado. A questão dos radioisótopos também nós queríamos ver porque foi concessionada a uma empresa que ainda não funcionou um, mas também não tinha a chave. Não estava lá ninguém, estava no continente e eles é que têm as instalações alugadas.

E, portanto, eu gostaria de saber, Sra. Secretária, se consegue o hospital novo de Angra, que terá naturalmente alguns defeitos de construção e de conceção, mas por acaso tem uma sala de pacemaker, uma sala clínica devidamente equipada, porque é que não está a ser usada, Sra. Secretária? O que me dizem é que serve

de armazém a serviços gerais! Onde têm para lá todo o tipo de tralha lá para dentro!

Ó Sra. Secretária, eu gostaria, e podemos ir juntos, de visitar essa sala para confirmar isso. Podemos ir juntos segunda-feira fazer uma visitinha.

Ó Sra. Secretária, não pode ser! Porque é que um doente para fazer um pacemaker tem que ir ao bloco operatório? Tirar horas de bloco, que já sabemos que são escassas, a outras especialidades. Não há necessidade, Sra. Secretária.

O hospital da Ilha Terceira está bem equipado nessa matéria. Falta-lhe os cuidados intensivos cardíacos que os senhores retiraram, mas ao menos não lhe retirem o pacemaker, porque têm instalações para isso! Isso não se compreende! Isto não custa dinheiro, Sra. Secretária! É um ato de boa gestão! Mais, é um ato de respeito pelos doentes, é um ato de respeito pelas pessoas! Já que temos instalações, temos profissionais, porque é que não usamos a instalação? Isto é inconcebível na cabeça de qualquer pessoa!

Sra. Secretária Regional, eu apelo a que V. Exa. resolva com urgência essa situação porque me parece relativamente muito complicado.

Eu acho, Sr. Deputado Faria Maia, que as pessoas também não estão ainda bem informadas. Lá está, não é uma questão de dinheiro, está lá o dinheiro para ser usado, foi a verba cabimentada, mas não há um esforço das unidades de saúde de fazerem a promoção do Vale Saúde, e isso também nós temos que atuar sobre essa matéria! É uma medida de gestão que não custa dinheiro e dá resultados! E há gente que precisa nas especialidades que o senhor enumerou mas também na dermatologia, por exemplo! Onde o hospital de Ponta Delgada não tem capacidade de resposta, mas onde na privada, felizmente, há capacidade de resposta! E boa privada que existe nos Açores. Ainda bem que ela existe, e existe integrante num Sistema Regional de Saúde. O Serviço Regional de Saúde e a privada fazem o sistema regional de saúde que deve existir e coexistir com regras de transparência e claras. E se o Sr. Deputado

Paulo Mendes tem conhecimento de alguma coisa que não seja transparente e clara nessa matéria, faça favor de nos informar porque a gente também gostaria de saber.

E Sra. Secretária, agora não tenho mais questões para lhe colocar. Agradecia apenas que me respondesse a estas questões que acabei de lhe fazer.

Muito obrigado.

Presidente: Muito obrigada, Sr. Deputado.

Sra. Deputada Mónica Seidi, tem a palavra.

(*) **Deputada Mónica Seidi (PSD):** Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sra. e Srs. Membros do Governo:

Exa. Sra. Secretária, fiz-lhe algumas perguntas, ficaram obviamente por responder, e, portanto, volto novamente a este debate e volto novamente a questioná-la.

Perguntei-lhe inicialmente, em virtude do seu anúncio dos 600 vales onde é que seriam realizadas essas cirurgias, se no público, se no privado; e perguntei-lhe também quantos utentes do Serviço Regional de Saúde pretendia alcançar com a emissão dos 600 vales dizendo que a emissão de 600 vales não corresponde a 600 cirurgias, obviamente que o custo das cirurgias não é semelhante.

Isto é importante, Sra. Secretária, porque falou aí numa especialidade a nível do Hospital de Santo Espírito da Ilha Terceira que de facto é bastante preocupante, como o caso da ortopedia. Quantos e quantos utentes aguardam atualmente por uma substituição da anca através da realização de uma prótese total da anca?

E recorde-lhe, por exemplo, o que se passa a nível nacional que o tempo médio de espera para esta cirurgia se situa na ordem dos seis meses de espera e que na Região, infelizmente, em certos casos, vai além dos cinco anos.

E, portanto, isto é de uma gravidade imensa porque temos utentes à espera, utentes que necessitam de uma resposta imediata.

Gostaria também de saber, porque fiquei à espera que mencionasse, atualmente quantos utentes estão inscritos e que aguardam cirurgias nos três hospitais da Região, que é um dado que nós não temos e não dispomos de forma atualizada, e, portanto, aproveito esta oportunidade para referir aqui nesta Câmara qual é o número de utentes do Serviço Regional de Saúde que aguardam a realização de uma cirurgia nos três hospitais da Região.

Em relação à dívida aos fornecedores também não me deu resposta. Eu recordo-lhe que na semana passada a Dra. Margarida Martins, ouvida em sede de Comissão de Assuntos Sociais face à nomeação para presidente do Conselho de Administração do Hospital do Divino Espírito Santo afirmou que tinha a informação que até ao final do ano o Governo iria dispor de um montante para resolver parte substancial dessa dívida. Portanto, a questão que lhe deixo aqui é que montante é que estamos a falar para tentarmos perceber que impacto terá então naquela que é uma dívida grande e que se situa, como já referi, na ordem dos 122 milhões aos fornecedores.

Para terminar, ainda em relação ao programa de deslocação dos especialistas às ilhas, eu penso que a Sra. Secretária não respondeu de forma transparente porque provavelmente não dispõe desses dados, e aquilo que está na portaria é que até ao dia 31 de outubro as unidades de saúde de destino têm que enviar as necessidades e que até ao dia 15 de dezembro os hospitais da Região têm que comunicar aquilo que serão as disponibilidades dos profissionais de saúde, mas a informação que nós temos é que há unidades de saúde que não enviaram as suas necessidades e também há hospitais que provavelmente não enviaram as disponibilidades dos profissionais de saúde.

E, portanto, respondo-lhe diretamente se nos poderá facultar o mapa dessa programação.

Obrigada.

Presidente: Obrigada, Sra. Deputada.

Sra. Deputada Catarina Cabeceiras, tem agora a palavra.

(*) **Deputada Catarina Cabeceiras (CDS-PP):** Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Ouvimos aqui há pouco a Sra. Secretária afirmar que as obras no Centro de Saúde de São Jorge iam começar em outubro, mas não posso deixar de dizer que é lamentável se ter deixado aquele centro de saúde nas condições em que está atualmente, completamente deploráveis, e efetivamente o que precisamos a nível estrutural são de novas instalações e não apenas de remendos.

Também queria-lhe deixar aqui uma questão relativamente a um dos problemas, que até já foi mencionado no debate dos transportes, relativamente àqueles utentes que perdem as suas consultas ...

Deputada Graça Silveira (CDS-PP): E cirurgias!

A Oradora: ... por não conseguirem sair da Ilha de São Jorge.

O que lhe queria perguntar era: esses utentes como são recolocados na lista de espera das diferentes consultas e cirurgias, e também se tem ideia do tempo médio de espera que estes utentes têm que esperar para uma nova consulta ou uma nova marcação de cirurgia.

Muito obrigada.

Deputado Artur Lima (CDS-PP): Muito bem!

Presidente: Obrigada, Sra. Deputada.

Sr. Deputado Paulo Estêvão, tem a palavra.

(*) **Deputado Paulo Estêvão (PPM):** Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Sra. Secretária, eu estive aqui a ver em relação às questões que lhe tinha colocado e as questões que V. Exa. referenciou na resposta e as respostas não são aceitáveis e as respostas que nos forneceu em relação às questões que eu levantei não são minimamente objetivas e, evidentemente, V. Exa. não consegue negar o óbvio, é que nada disto foi feito.

Este contrato, que é o programa do Partido Socialista, é um contrato com os eleitores. Eu não tenho muito mais tempo, mas tem mais um conjunto de medidas que são medidas que estão neste programa como estava no programa dos outros partidos e V. Exas. em relação a esta matéria não avançaram praticamente nada em muitas destas áreas.

Como tenho muito pouco tempo, vou só referenciar mais três aspetos. Por exemplo: “Promover a integração e disponibilização da informação clínica dos parceiros privados nas plataformas informáticas do sistema regional de saúde”. Eu pergunto-lhe: isto foi feito? O que é que foi feito em relação a esta matéria? Que eu tenha conhecimento, zero, nada.

Em relação a outro ponto: “Prosseguir à otimização dos recursos disponíveis do Serviço Regional de Saúde, promovendo a complementaridade através das redes de referenciação entre os cuidados de saúde primários e os cuidados de saúde diferenciados”. O que é que foi feito nesta matéria? Nada.

Outro ponto: “Definir os níveis médios de produtividade por especialidade na Região”. Foram definidos? Não foram.

Outro ponto: “Continuar com a profissionalização da gestão nas unidades de saúde de ilha e hospitais, garantindo a contínua formação dos profissionais envolvidos em cargos de direção e chefia”. Aqui foi feito muito pouco.

Outro ponto: “Introduzir mecanismos que permitam implementar um sistema de retribuição de dirigentes e chefias com uma componente variável em função de objetivos”. Foi algo que foi defendido por diversos partidos e que estavam nos diversos programas. O que é que foi feito nesta matéria? Nada.

Finalmente: “Consolidar o recurso à telemedicina, que tem permitido melhorar o acesso a exames complementares de diagnóstico e médicos especialistas”. A telemedicina que foi aqui apresentada várias vezes. Eu sei que o Sr. Deputado Dionísio Maia não concorda com o termo, que é e-medicina, mas eu estou a ler aquilo que está aqui escrito no programa do Partido Socialista.

Deputado Dionísio Faria Maia (PS): Não disse que não concordava!

O Orador: Portanto, é a terminologia que está a ser utilizada, que é esta: “Consolidar o recurso à telemedicina que tem permitido melhorar o acesso”.

Bom, em relação a isto o que é que foi feito? Nada.

Bem, não tenho mais tempo, mas eu quero dizer-lhe o seguinte. Em relação a esta área, há aqueles que são os compromissos do Governo. Não digo já as necessidades do sistema, digo naquilo que é necessário para enfrentar os compromissos do Governo.

Nós temos, neste momento, muito, muito, muito pouco realizado. A nota é muito, muito negativa. Em relação a todos os outros problemas que estamos a enfrentar neste setor, bom, aí nem sequer se falar.

Portanto, aquilo que estamos aqui a constatar é um grau de incumprimento incrível no vosso programa para esta matéria.

Presidente: Obrigada, Sr. Deputado.

Passo agora a palavra ao Sr. Deputado José San-Bento.

(*) **Deputado José San-Bento (PS):** Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sra. e Srs. Membros do Governo:

Uma saudação especial, como não poderia deixar de ser, à nova Secretária Regional da Saúde. Nós desejamos, este grupo parlamentar, as maiores felicidades e os maiores sucessos no cumprimento das suas funções. O sucesso da Sra. Secretária será o sucesso ...

Deputado Artur Lima (CDS-PP): Dos açorianos!

O Orador: ... do Governo, mais importante do que isso será o sucesso dos Açores.

O grupo parlamentar sabe que aquilo que mais assalta um socialista, pelo menos nos Açores, é sempre o que é que nós podemos fazer pelos outros, e a senhora está numa função em que poderá fazer muito pelos outros, tal como os seus antecessores procuraram fazer e isso é muito positivo.

Por isso, nós saudamos o conhecimento, o inconformismo e a determinação que a Sra. Secretária aqui apresentou. É um motivo de confiança para nós.

Como sabem, o Serviço Regional de Saúde é um sistema da maior complexidade disperso por nove ilhas, três hospitais, 16 centros de saúde e mais de 100 extensões. Portanto, como é óbvio, a complexidade é imensa, a dificuldade de gestão é enorme também e, portanto, tudo isso tem que ser tido em conta quando se faz uma análise ao Serviço Regional de Saúde.

E também é motivo de uma outra coisa que foi perfeitamente detetado neste debate hoje aqui de manhã. É que esta complexidade também faz com que alguns políticos deste Parlamento não conheçam em pleno esta realidade e que venham aqui fazer afirmações como acabou de fazer o deputado do PPM. Essas afirmações decorrem também de desconhecimento da realidade.

Eu queria destacar três questões da maior importância que devem ser assinaladas neste debate. Em primeiro lugar, registar que os Açores estão prestes a atingir uma meta histórica. Estamos prestes, finalmente, depois de muitos anos de grande esforço e de grande dedicação, a conseguir uma cobertura de 100% em cuidados de saúde primários, ...

Deputado Francisco César (PS): Muito bem!

O Orador: ... nomeadamente através da cobertura de médico de família na especialidade de medicina geral e familiar de toda a população dos Açores.

Este ano 98% da população ficará coberta e no próximo ano 100% será atingida. Isto é da maior importância porque a base de qualquer sistema público de saúde são os cuidados primários de saúde, e com esta cobertura, é possível dar um novo avanço qualitativo nos cuidados de saúde da Região e nós registamos isso como um progresso da maior importância.

Em segundo lugar, registar os progressos que estão a ser feitos e que não foram devidamente assinalados no que diz respeito a uma das duas razões para a questão das listas de espera cirúrgica. Sempre que se fala de listas de espera

cirúrgica, eu tenho tido oportunidade de referir que elas decorrem de vários fatores, mas também de dois fatores da maior centralidade.

Em primeiro lugar, de uma grande melhoria na acessibilidade ao sistema, que os senhores da oposição não gostam de ouvir, ...

Deputado Luís Maurício (PSD): Quais? Quais?

O Orador: ... mas é a realidade. Por mais que apontem, não podem generalizar casos particulares. Nós estamos a proceder a uma grande melhoria na acessibilidade dos açorianos ao Serviço Regional de Saúde e isso obviamente que depois cria maior procura por cuidados de saúde, cria maior procura por cirurgias; e em segundo lugar o grande constrangimento que é caracterizado ...

Deputado Bruno Belo (PSD): O Deputado José San-Bento é o deputado mais habilitado para falar em saúde!

O Orador: ... pela falta de médicos anestesistas, e neste momento a Região tem 24 anestesistas apenas espalhados pelos três hospitais e tem 10 novos médicos dessa especialidade em formação.

Deputado Artur Lima (CDS-PP): Não garante é que ficam cá!

O Orador: Portanto, se tudo correr bem, é perfeitamente realista neste momento considerar que a Região, em poucos anos, poderá ter um aumento de 40% do números de anestesistas, ...

Deputado Artur Lima (CDS-PP): Em quantos anos?

O Orador: É uma questão de fazer contas, Sra. Deputada.

... e isto será um grande avanço na melhoria do combate às listas de espera.

Deputada Mónica Seidi (PSD): E os que vão sair para o privado!

O Orador: Mas mesmo assim, Sra. Deputada, mesmo assim deixe-me que lhe diga. Eu muito recentemente tive oportunidade de me deslocar à Madeira com o Deputado Francisco Coelho. A Madeira, com 15% de população a mais do que os Açores, tem 100% a mais de listas de espera, tem o dobro de listas de espera. Isto dá bem nota das dificuldades que é gerir a questão das listas cirúrgicas ...

Deputado Luís Maurício (PSD): Os senhores ficam satisfeitos com a infelicidade dos outros!

O Orador: Não ficamos, tal como eu poderia dar o exemplo nacional. Não é a infelicidade dos outros! É a realidade do setor, Sr. Deputado! É a realidade do setor que os senhores permanentemente ignoram de uma forma que não é leal num debate político, Sr. Deputado, ...

Deputada Mónica Seidi (PSD): Só queríamos ter acesso ao SIGICA para ter acesso aos dados! Mas nem isso os senhores conseguem!

O Orador: ... por isso é que isso é aqui assinalado.

Em terceiro lugar, queria destacar o compromisso da Sra. Secretária e do Governo Regional em fazer um esforço adicional na contratação de médicos especialistas, isso é da maior importância para nós. A nível nacional, cá está, o Sr. Deputado também não irá gostar de ouvir esta verdade, ...

Deputado Bruno Belo (PSD): Os outros secretários já se foram embora! É como o primeiro parágrafo dos relatórios!

O Orador: ... a nível nacional ainda recentemente, num megaconcurso para o serviço nacional de saúde, ficaram 345 vagas por ocupar. Ou seja, há um constrangimento também ao nível desses quadros técnicos especialistas, há dificuldades no recrutamento e, portanto, isso faz parte da complexidade que eu referi na contratação de médicos especialistas.

A senhora não gosta de ouvir, mas esta é que é a verdade.

Deputado Mónica Seidi (BE): Não é verdade! O senhor não sabe o que está a dizer!

O Orador: Sei perfeitamente. Ó Sra. Deputada, eu não lhe admito isso. Eu sei perfeitamente o que é que estou a dizer. A senhora o que não quer é ouvir aquilo que tem a ver com os constrangimentos que o sistema tem e os senhores fazem passar a ideia de que os problemas que existem no Serviço Regional de Saúde, nomeadamente na questão das listas de espera cirúrgica, decorre de

insensibilidade do PS ou de incompetência das administrações hospitalares ou da Secretaria Regional da Saúde e isso não é verdade! Isso tem a ver com constrangimentos que abrangem todo o país, toda a Europa até, e isso é que são grandes dificuldades.

E, portanto, o Serviço Regional de Saúde é um serviço regional bom, é um serviço que se recomenda e é um serviço em que os açorianos podem confiar. Tem problemas, tem dificuldades, tem insuficiências, eu próprio falei nelas, mas nós estamos a trabalhar todos os dias para superar essas dificuldades, ...

Deputado Marco Costa (PSD): Mas são só as que o senhor diz é que são!

O Orador: ... melhorar o sistema e dar cada vez maior resposta aos açorianos. É para isso que nós estamos aqui.

Vozes dos Deputados da bancada do PS e dos Membros do Governo: Muito bem! Muito bem!

(Aplausos dos Deputados da bancada do PS e dos Membros do Governo)

Presidente: Obrigada, Sr. Deputado.

Passo agora a palavra ao Sr. Deputado Paulo Mendes.

(*) **Deputado Paulo Mendes (BE):** Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Vice-Presidente, Sra. Secretária, Srs. Secretários:

Vou tentar ser telegráfico porque tenho pouco tempo. Sra. Secretária, SIGICA para quando? Boletim informativo do SIGICA para quando?

Deputado Mónica Seidi (PSD) e Deputado Luís Maurício (PSD): Para breve!

O Orador: Para breve mas quando?

Deputado Luís Maurício (PSD): Para breve desde maio de 2018! Desde 2018, portanto, é para breve!

O Orador: Haverá ou não vouchers sustentados pelo Serviço Regional de Saúde para doentes do nosso Serviço Regional de Saúde irem satisfazer as suas necessidades de saúde ao novo hospital privado?

E, mais importante do que isso, se calhar para demonstrar a minha linha de raciocínio: será que a viabilidade do novo hospital privado da Lagoa depende, e muito, desta transferência de utentes convencionados do público para o privado? Não é que nós tenhamos um ódio de estimação ao privado, ...

Deputado Artur Lima (CDS-PP): Coitada da senhora! Então porque é?

O Orador: ... não é porque o Bloco de Esquerda gosta de diabolizar o privado, não é isso, não é isso. É porque constatamos aquela que é uma realidade que se tem imposto infelizmente não só nesta Região como em todo o país, que é o desinvestimento e a suborçamentação do Serviço Regional de Saúde é sempre acompanhado pelo aumento na despesa em convenções e protocolos.

E, portanto, isto leva-nos a uma situação de duplo enlace ...

Presidente: Agradeço que termine, Sr. Deputado.

O Orador: ... em que nós nos vemos obrigados a aprovar, e ainda bem que assim foi proposto pelo CDS, por exemplo o Vale Saúde e o Vale CIRURGE, mas nós não queríamos que esta situação fosse permanente. Nós queríamos que fosse uma situação transitória para fazer face àquelas que são necessidades transitórias do Serviço Regional de Saúde mas que não são transitórias, tornam-se cada vez mais permanentes.

E, portanto, nós não queremos, não desejamos, e penso que nenhum deputado e deputada desta Casa deseja é um Serviço Regional de Saúde que sirva como plataforma de facilitação para negócios garantidos no setor privado, e isso é o que se está a passar nesta Região e não deveria ocorrer!

Presidente: Agradeço que termine, Sr. Deputado.

O Orador: Já vou terminar, Sra. Presidente.

E quanto à nova Presidente do Conselho de Administração do hospital de Ponta Delgada. Não é porque vem do setor privado, não é somente por isso que nós questionamos essa opção política feita pela Sra. Secretária e por este Governo Regional. É também sobretudo porque esta nova presidente do Conselho de Administração ...

Deputado Francisco César (PS): Tinha de ser funcionária pública! Os senhores estão cada vez mais radicais!

O Orador: ... do hospital de Ponta Delgada provém daquela que é a clínica privada que tem o maior número de convenções com Serviço Regional de Saúde, e isso deveria levar muitos dos Srs. e Sras. Deputadas a questionar o porquê desta nomeação.

Obrigada, Sra. Presidente.

Deputado João Paulo Ávila (PS): O senhor devia ter ido à Comissão fazer essas perguntas!

Deputado Carlos Silva (PS): Veja a dimensão da Região!

Presidente: Obrigada, Sr. Deputado.

O Bloco de Esquerda esgotou o seu tempo para o debate.

Vou passar agora a palavra ao Sr. Deputado Dionísio Faria Maia.

(*) **Deputado Dionísio Faria Maia (PS):** Muito obrigado, Sra. Presidente.

Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Eu volto ao debate porque eu queria, para já, saudar aqui o Sr. Deputado Artur Lima, bem-vindo ao clube dos que olham para o futuro ...

Deputado Artur Lima (CDS-PP): Não é de agora! Já o é há uns tempos!

O Orador: Pronto, então continue a olhar para o futuro.

Mas algumas questões aqui, para olharmos para o futuro, têm que ser baseadas naquilo que é a visão realista do presente e, portanto, houve aqui algumas afirmações que o Sr. Deputado fez que eu gostaria só de esclarecer, e esclarecer principalmente porque está aqui em causa um trajeto que é importante e tem

sido importante e como estratégia para termos recursos humanos de qualidade adequados e em continuidade que é a questão das idoneidades formativas.

As idoneidades formativas ganham-se e perdem-se total ou parcialmente.

Deputado Artur Lima (CDS-PP): É verdade!

O Orador: Isto tem a ver com múltiplos fatores que são alheios à estratégia do Governo Regional que tem a ver com, digamos, a performance e o número de recursos humanos diferenciados numa determinada unidade. No entanto, o que tem acontecido na Região é que a idoneidade formativa tem aumentado naquilo que é a diferenciação para especialidades que não havia possibilidade de formar na Região.

E paralelamente a essa idoneidade formativa o que nós assistimos na Região foi uma idoneidade de investigação e de produção científica, e isto é a garantia de que estamos no bom caminho em relação a técnicos altamente capacitados para nos darem serviços de saúde de excelente qualidade.

Eu não vou aqui listar, por exemplo, do relatório das publicações e da investigação feita só no hospital de Ponta Delgada ...

Deputado Artur Lima (CDS-PP): Muito bom!

O Orador: ... porque seria fastidioso, mas é a demonstração de que há pessoal empenhado em complementar formação com investigação para um futuro melhor e mais adequado e diferenciado na nossa Região.

E depois aqui uma outra coisa que é: de facto existem na Região (e bem) apoios à formação pós-graduada que tem sido, digamos, uma medida alocada na respetiva contratualização que tem permitido que a Região fixe técnicos em áreas e em subespecialidades de difícil recrutamento a nível nacional.

Uma outra questão que falou aqui e que a mim me cria alguma, digamos, confusão é nós confundirmos incentivos com compromissos. É evidente que os incentivos têm que ter uma certa garantia em relação à sua adequação, mas quando falamos em sanções nós também temos que ter a dimensão das sanções

porque elas só por si também podem ser afugentadoras dos técnicos para virem para a Região. Portanto, pode ser quase uma sanção de tal maneira penosa que nem vale a pena correr o risco.

Em relação às questões dos pacemakers. Eu concordo consigo que essa questão é uma questão muito técnica, é uma questão que tem que ser analisada, eu não vou dar a resposta pela Sra. Secretária, como é evidente, mas são questões que de facto ultrapassam o discurso político porque há de facto aqui questões muito técnicas nomeadamente a utilização da sala de pacemakers do Hospital de Santo Espírito uma vez que, daquilo que eu tenho conhecimento, tem havido uma excelente colaboração da equipa de cardiologia do Hospital de Santo Espírito com o hospital de Ponta Delgada na introdução de novas e muito recentes tecnologias de implantação de pacemakers, e acho que isso é uma mais-valia para todas as equipas que trabalham neste setor.

Obrigado.

Vozes dos Deputados da bancada do PS: Muito bem! Muito bem!

Presidente: Obrigada, Sra. Deputado.

Sr. Deputado Luís Maurício, tem agora a palavra.

(*) **Deputado Luís Maurício (PSD):** Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Sra. Secretária Regional da Saúde, bem-vinda. O Grupo Parlamentar do PSD já teve oportunidade de lhe saudar e de lhe desejar um bom trabalho a bem dos açorianos.

Eu intervenho neste debate para, ...

Deputado José San-Bento (PS): Engonhar!

O Orador: ... em primeiro lugar, dizer ao Sr. Deputado Dionísio Faria Maria que o PSD não se reconhece nas suas afirmações segundo as quais utiliza a saúde como forma de arma de arremesso político.

Deputado João Vasco Costa (PS): Isso é uma evidência!

Deputado Carlos Silva (PS): A prática diz o contrário!

O Orador: Recuso, devolvo-lhe a afirmação. O PSD rejeita essa sua acusação. O PSD tem um histórico relativamente às questões da saúde e, portanto, rejeita em absoluto. O PSD não se revê nessa sua afirmação e rejeita-a de forma muito clara.

(Aplausos dos Deputados da bancada do PSD)

Em segundo lugar, dizer que foi com agrado que vi o Sr. Deputado Francisco César à saída da audiência com o Sr. Presidente do Governo reconhecer que a saúde é uma matéria prioritária para o Partido Socialista, coisa que eu não duvido!, eu não duvido, e em que o problema da acessibilidade aos cuidados de saúde era um problema que preocupava o Partido Socialista. A nós, Sras. e Srs. Deputados, Sra. Secretária Regional, preocupa-nos há muito ...

Deputado Carlos Silva (PS): É a dobrar!

O Orador: ... e na verdade não utilizamos a saúde como arma de arremesso político mas antes procuramos defender e dar voz àqueles que não têm voz: os doentes dos Açores.

E se a questão das listas de espera cirúrgicas têm sido por diferentes vezes por nós aqui levantada, e procurando o Sr. Deputado José San-Bento afastar responsabilidades políticas do Governo, isso não é verdade porque na verdade o Governo tem responsabilidades políticas na gestão das listas de espera cirúrgicas, cujos dados esconde desde maio de 2018. Ninguém sabe, ninguém sabe os dados!

Deputado Artur Lima (CDS-PP): Isso é verdade!

O Orador: O seu antecessor repetiu a sua expressão, que é a mais conhecida deste Parlamento: é para breve! Mas o breve é uma brevidade que nós não

conseguimos conceber a sua extensão. Pelos vistos até agora é a diferença entre 12 de setembro de 2019 e 31 de maio de 2018. Convenhamos, Sra. Secretária Regional, que é um breve muito extenso, mas os senhores escondem os resultados. Nós não temos acesso aos resultados. A única coisa que temos acesso é através dos relatórios das unidades hospitalares.

E, portanto, Sra. Secretária, Sr. Deputado José Carlos San-Bento, o Governo tem responsabilidades na gestão das listas de espera ...

Deputado José San-Bento (PS): Mas eu não disse que não tinha!

O Orador: ... e em alguns momentos ficou muito aquém daquilo a que se possa considerar competência na sua gestão.

É verdade que nós reconhecemos constrangimentos, mas esses constrangimentos têm que ser geridos com competência.

Ora, e quer que lhe diga uma coisa de um dado muito concreto que revela a incompetência na gestão das listas de espera e desses constrangimentos? É que há dois anestesistas no hospital de Ponta Delgada que concluíram a especialidade em abril deste ano e ainda não foi feito contrato com eles. Isso é um caso concreto de incompetência ...

Deputado Artur Lima (CDS-PP): Em Angra também há!

O Orador: ... na gestão dos constrangimentos. Numa Região que não tem anestesistas, tem dois anestesistas que concluíram a sua especialidade em abril e o hospital ainda não fez contrato com eles! Está à espera de quê? Que eles se vão embora! Como foram os outros 349 que não ocuparam as vagas nacionais que o Governo da República se atrasa na realização de concursos!

Isso é que é um dado concreto da incompetência da gestão dos constrangimentos.

Vozes dos Deputados da bancada do PSD: Muito bem! Muito bem!

(Aplausos dos Deputados da bancada do PSD)

O Orador: Porque é que ainda não fizeram contrato com os dois anestesistas que estão há seis meses à espera?

E depois, Sra. Secretária Regional, permita que lhe diga, e ao Sr. Deputado José San-Bento também. Acessibilidade é também acesso à informação. Olhe, quer que lhe faça uma proposta, Sra. Secretária Regional? Apresente aqui na Assembleia Regional, em exemplo do que faz o Governo da República, um relatório de acessibilidade aos cuidados de saúde. Se a senhora tiver oportunidade, como de certeza já teve, de ler o relatório de acessibilidade aos cuidados de saúde no Serviço Nacional de Saúde depara-se, por exemplo, com uma situação muito clara. Sabe qual é a média de espera de um doente para cirurgia no Serviço Nacional de Saúde segundo o relatório que aqui está?

Deputado João Vasco Costa (PS): Está à espera que o senhor diga!

O Orador: Página 248: 3,1 meses! 90 dias à espera!

Qual é o tempo médio de espera de um doente cirúrgico na Região, Sra. Secretária Regional?

Deputado José San-Bento (PS): É superior!

O Orador: MUITÍSSIMO superior! Mesmo fazendo aquelas contas que os senhores costumam fazer, que é adicionando aqueles que estão na lista programada de cirurgia com aqueles que entram pela urgência, como disse a sua presidente do Conselho de Administração, a nova, a que vai exercer funções no hospital de Ponta Delgada, que era uma mulher de números e, portanto, que só sabia fazer números.

Mas é preciso interpretar o enviesamento dos números e, portanto, não é correto (não vou utilizar outra expressão) adicionar doentes que estão à espera há 700 dias (há dois anos) com um que entra pela urgência, com uma situação urgente que é operado três dias depois, soma 700 com três, 703, a média de espera são

350. Ó Sra. Secretária, acha isso sério? Isso não é sério! Isto representa má vontade!

E, portanto, na verdade, reconhecendo o esforço que foi feito no sentido de diminuir o tempo médio de espera, reconhecemos isso, desde há muito que o dissemos e fomos pioneiros nesta matéria dizendo que a cirurgia adicional era uma forma de resolver o problema, reconhecendo isso não aceitamos que os dados sejam ocultados e não aceitamos o enviesamento de médias!

Presidente: Agradeço que termine, Sr. Deputado.

O Orador: O que queremos é que os açorianos tenham o mesmo tipo de tratamento dos portugueses que vivem no continente.

E por fim, Sra. Secretária Regional, deixe lembrar-lhe que o PSD já fez diferentes propostas na área da saúde, como disse a Sra. Deputada Mónica Seidi. Olhe, mas eu queria, em nome do PSD, deixar-lhe outras duas sugestões para além do relatório de acessibilidade aos cuidados de saúde.

Olhe, uma que pode perfeitamente fazer face à insuficiência de dermatologistas na Região: dotem os centros de saúde da nossa Região de máquinas fotográficas digitais para fotografar lesões cutâneas suspeitas, enviem-nas para os hospitais, todos os hospitais têm uma consulta de dermatologia organizada, o hospital de Ponta Delgada tem uma dermatologista com dois tempos nesse sentido, para avaliar essas situações, para avaliar essas imagens. Aqui está uma proposta do PSD.

Presidente: Agradeço que termine, Sr. Deputado.

O Orador: Monte nos centros de saúde, já vou terminar, Sra. Presidente, máquinas fotográficas digitais no sentido de transferir as fotografias de lesões dermatológicas suspeitas para os nossos hospitais. Aqui está uma proposta que lhe deixo, Sra. Secretária.

Como queria também deixar-lhe outra proposta. Sabe que, por consulta dos relatórios de atividades dos hospitais, eles só nos chegam um ano e meio depois, não é? Somos aqui uns pobrezinhos, não é verdade?

Deputado José San-Bento (PS): Como as contas da Região!

O Orador: No dia 02 de agosto chegou a esta Casa e nós verificámos, por exemplo, que no hospital de Ponta Delgada estavam a 31 de dezembro de 2008 à espera de consulta 2365 utentes. Sabe que muitos desses utentes são utentes para avaliação da sua capacidade visual, se precisam de lentes ou não precisam de lentes. Ó Sra. Secretária Regional, deixo-lhe aqui uma sugestão. Porque é que a senhora, a nível dos centros de saúde, nas unidades de saúde de ilha, diria São Miguel, Terceira e Faial não contratam oftalmologista que façam o rastreio da retinopatia diabética, que faça o rastreio do glaucoma, que faça o rastreio da acuidade visual e que prescreva óculos aos doentes que necessitam, e retira dos hospitais essa sobrecarga!

Aqui está, a exemplo de outras propostas de que o PSD fez, três propostas que lhe deixo para uma boa governação e um bom atendimento dos açorianos.

Muito obrigado.

Deputado Bruno Belo (PSD): Muito bem!

(Aplausos dos Deputados da bancada do PSD)

Presidente: Obrigada, Sr. Deputado.

O PSD esgotou o seu tempo.

Vamos encerrar os nossos trabalhos por agora.

Vou pedir ao Sr. Secretário da Mesa o favor de fazer a chamada.

Os tempos restantes, peço imensa desculpa.

Secretário: O Governo dispõe de 16 minutos e 44 segundos, o PS de quatro minutos e 53 segundos, o PSD esgotou o seu tempo, o CDS de 10 minutos e 11

segundos, o Bloco de Esquerda esgotou o seu tempo, o PCP de um minuto e 53 segundos, e o PPM de 25 segundos.

Presidente: Muito obrigada, Sr. Secretário.

Regressamos às 15 horas.

Eram 12 horas e 58 minutos.

Presidente: Sras. e Srs. Deputados, Sras. Secretárias Regionais e Srs. Secretários Regionais, agradeço que ocupem os vossos lugares para darmos continuidade ao debate.

Eram 15 horas e 09 minutos.

Vamos então dar continuidade ao debate de urgência sobre o estado da saúde na Região requerido pelo Grupo Parlamentar do CDS.

Tem a palavra o Sr. Deputado Artur Lima.

(*) **Deputado Artur Lima (CDS-PP):** Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sra. Secretária:

Sr. Deputado Dionísio Faria Maia, não vamos trocar agora aqui galhardetes de quem é que vai ao clube de quem, mas devo recordar V. Exa., que está naturalmente bem lembrado disso, que já há anos que o Grupo Parlamentar do CDS olha para o futuro nomeadamente no Vale Saúde, como V. Exa. bem se lembra que há vários anos propusemos para o combate às listas de espera e para as consultas de especialidade e que, de facto, teve um arranque um bocadinho complicado. Lembramo-nos que houve 12 Vales, 14 Vales, 15 Vales, e se este ano já vai em 600 é um avanço muito significativo que se faz nessa matéria.

Mas nem só aí, Sr. Deputado. Olhamos para o futuro quando também propusemos que se reabilitasse o Centro de Oncologia dos Açores, também há

uns anos. Olhamos para o futuro quando propusemos aqui que se majorasse as bolsas para os internos de medicina geral e familiar, ...

Deputado José San-Bento (PS): O senhor está-se a esticar!

O Orador: ... o que deu um grande impulso e que muita gente optasse por essa especialidade.

Olhamos para o futuro, Sr. Deputado, quando propusemos aqui nesta Casa que se dotasse as unidades de saúde de terapeutas da fala, tão necessários nas nossas unidades de saúde.

E, portanto, eu podia-lhe ainda dar mais alguns exemplos de propostas que aqui fizemos, olhando para o futuro. Mas julgo que estas serão suficientes nessa matéria.

E relativamente ao pacemaker estamos absolutamente de acordo. Está a ser feito um trabalho extraordinário nos Açores e, de facto, eu só quero é que a Sra. Secretária me esclareça efetivamente que fim vai dar àquela sala do pacemaker em Angra, se sempre vai aqui ter o seu compromisso de se resolver essa situação; e também relativamente a qual é o impedimento a que se retome a consulta de pacemaker no Pico e em São Jorge.

Muito obrigado.

Presidente: Obrigada, Sr. Deputado.

Tem agora a palavra a Sra. Secretária Regional.

(*) **Secretária Regional da Saúde (Teresa Machado Luciano):** Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sras. e Srs. Membros do Governo:

Primeiro que tudo, dizer que os dois anestesistas que estavam por contratar já está publicado na BEPA, que tivemos agora a oportunidade de avaliar, bem como outros especialistas que estão para recrutamento após a conclusão do internato.

Deputado Luís Maurício (PSD): Desculpe lá, mas isso não é informação para ninguém!

Deputado Francisco César (PS): Está na BEPA!

A Oradora: Mas já voltaremos a ver.

Deputado Luís Maurício (PSD): Não é a informação que eu tenho!

Deputada Mónica Seidi (PSD): Seis meses para fazer um contrato!

A Oradora: Relativamente ao acordo que falava, penso que está a referir-se à Convenção Coletiva de Trabalho n.º 30 de 2018 de 07 de setembro que permitiu a redução do horário de trabalho dos enfermeiros em contrato individual de trabalho de 40 para 35 horas.

Todas estas medidas estão a ser implementadas e, obviamente, é para cumprir, tal como para todos os outros acordos alcançados que permitirão esta relação de descida de 40 para 35 horas dos contratos individuais de trabalho equivalendo às mesmas contratações da função pública.

Pacemakers. A colocação de pacemakers pode ser realizada numa sala específica ou em bloco operatório. No Hospital Santo Espírito da Ilha Terceira nenhum doente ficou por colocar um pacemaker por causa da questão da sala. Isto é uma opção gestionária que, caso se justifique, pode ser objeto de análise e teremos oportunidade com certeza para avaliarmos esta questão.

Deslocação a São Jorge e ao Pico, que o Sr. Deputado bem referiu, e já referiu duas vezes, para avaliação do pacemaker. A mesma será retomada de acordo com a portaria de deslocação de especialistas e de utentes quando ocorra o entendimento entre a unidade de origem e a unidade de destino.

Deputado Artur Lima (CDS-PP): Aí é que está, que eu queria que a senhora dissesse isso!

A Oradora: Portanto, quando ocorrer este entendimento, será retomada esta questão.

Na deslocação de especialistas, que insistiram com a questão da deslocação de especialistas. Reafirmo que por parte das unidades de saúde de ilha já foram enviadas as necessidades de deslocação relativamente às quais já foi dada

resposta por parte de hospitais, havendo já mapas de deslocações na grande maioria das ilhas.

600 Vale Saúde equivalem a 600 cirurgias, oftalmologia, otorrino e cirurgia plástica. Os Vale Saúde são emitidos e podem ser utilizados nas entidades que venham a ser convencionadas com o SRS ou em produção acrescida nos hospitais, tal como está descrito na legislação.

Deputado Luís Maurício (PSD): E 800 mil euros dá para isso?

A Oradora: No boletim informativo das listas de espera, tal como já referi, vai ser publicado o ano de 2018, o primeiro semestre de 2019 durante o mês de outubro de 2019. De todo o modo, cumpre sublinhar que estes boletins são meramente informativos e isto porque é muito importante e que fique claro que qualquer utente que se encontra a aguardar para cirurgia no SRS tem acesso a todo o tempo à informação em que posição tem da lista, contactando a Direção Regional de Saúde.

Deputado António Lima (BE): Isso não é verdade!

A Oradora: Relativamente ao Sr. Deputado Paulo Mendes e a questão dos vouchers que mencionou. Não está prevista a existência de vouchers e relativamente à questão da viabilidade económica do hospital privado, o SRS não deve garantir a viabilidade do mesmo. É uma questão do próprio hospital. Portanto, não está prevista a existência de vouchers.

Foi trazida também a debate a questão das tecnologias e aqui cumpre informar que já foram desenvolvidas as seguintes medidas. Relativamente à radiologia e análises clínicas, todas as USIs e todos os hospitais neste momento estão ligados por RIS, ou seja, um utente do Pico se estiver no Corvo conseguirá ver na unidade de saúde da Ilha do Corvo as análises que lhe foram feitas.

Isto que dizer o quê? Quer dizer que não vamos replicar análises, não vamos replicar raio-x e, portanto, protegemos também o utente de maior radiação, que é bastante importante.

A receita eletrónica também é uma questão que já está implementada em todas as unidades de saúde de ilha e está neste momento a ser implementada nos hospitais. Portanto, em termos de tecnologia há várias coisas realizadas e vários processos realizados.

É importante referir, como falei de manhã, que o Governo Regional muito tem feito nestes 40 anos pelo Serviço Regional de Saúde.

Deputada Sónia Nicolau (PS): Muito bem!

A Oradora: O Serviço Regional de Saúde é, em muitas áreas, um exemplo nacional. Se falarmos na multidisciplinaridade que existe nos cuidados primários, é um exemplo ímpar e, portanto, é importante que todos estejamos conscientes que temos mais saúde, temos mais consultas, temos mais profissionais e iremos fazer tudo para que os açorianos e açorianas tenham cada vez mais e melhores condições de acesso e de saúde nas nossas nove ilhas.

Presidente: Obrigada, Sra. Secretária.

Tem agora a palavra o Sr. Deputado Paulo Estêvão.

(*) **Deputado Paulo Estêvão (PPM):** Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Sra. Secretária, faço-lhe uma pergunta específica sobre a Ilha do Corvo, que é a questão do fisioterapeuta. A questão do fisioterapeuta é uma história terrível. É uma história em que 2012 foi anulado um concurso por direta intervenção do então Secretário da Saúde, portanto, do Governo Regional, anulando um concurso em relação à colocação de um fisioterapeuta na unidade de saúde da Ilha do Corvo e o que aconteceu foi que depois eu pedi, através de requerimento, cópia desse despacho. Foi-me respondido qualquer que fugia ao assunto, e eu voltei a insistir: “Quero cópia do despacho”.

Presidente: Agradeço que termine, Sr. Deputado.

O Orador: Termina, Sra. Presidente.

E na segunda resposta a resposta foi esta: “O despacho do membro do Governo foi um despacho oral”. Estava escrito! Foi meramente oral e anulou o concurso! Uma discurso oral!

Isto só sucede nos Açores! Não sucede em mais nenhuma administração de direito civilizada, democrática na Europa!

Bem, despacho oral. Agora tivemos um novo concurso, há mais de um ano ...

(Aparte inaudível)

Ó Sr. Secretário, a expressão não é minha.

Deputado João Vasco Costa (PS): Ó Sr. Deputado, o seu tempo já acabou!

O Orador: Foi o Governo que disse que tinha respondido, portanto, que o despacho tinha uma natureza oral.

Eu posso mostrar e entregar cópia da referência ao despacho oral.

Veja bem, sete anos depois, termino Sra. Presidente, temos novamente uma intervenção do Governo Regional que pelos vistos voltou a não gostar da colocação e da classificação dos candidatos e que volta a anular o concurso.

Eu penso que a intrusão do Governo nesta matéria é evidente!

Deputado João Vasco Costa (PS): Sra. Presidente, não pode falar mais do que dois minutos!

Presidente: Tem que terminar, Sr. Deputado.

O Orador: É evidente e é um escândalo! É um escândalo! Em qualquer país europeu é um escândalo que isto possa suceder. Intrusões sucessiva por parte do Governo Regional nesta matéria, num concurso público, ...

Deputado Carlos Silva (PS): Já acabou o tempo!

O Orador: ... em que quem deve ficar não é quem é escolhido pelo partido! Quem deve ficar é aquele que é escolhido pelo mérito e pela classificação que obteve no concurso! E histórias destas na Região existem muitas!

Presidente: O PPM esgotou o seu tempo para este debate.

Tem agora a palavra o Sr. Deputado José San-Bento.

(*) **Deputado José San-Bento (PS):** Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sra. e Srs. Membros do Governo:

Muito rapidamente.

Sr. Deputado, vou começar pelo CDS. Como eu lhe disse em aparte, não sei se é da pré-campanha ou se é do seu laço na lapela mas o senhor hoje está em modo ... fica-lhe muito bem ... mas o senhor está em modo de campanha eleitoral e é bom que se diga que todos os partidos têm contribuído, na medida das suas convicções, certamente, para apresentarem propostas válidas para a melhoria do Serviço Regional de Saúde.

Olhe, por exemplo, o Deputado Luís Maurício apresentou aqui uma ideia que é com certeza uma ideia válida e que merece uma ponderação. Agora, deixe-me que lhe diga. Não é uma ideia inovadora. Isso já existe, isso já é feito ...

Deputada Mónica Seidi (PSD): Qual é o problema?

O Orador: Não é a questão de ser problema, eu acabei de dizer que não é problema nenhum. O que eu quero salientar é que sendo uma proposta que certamente merece ser ponderada, não tem nada de inovador. Eu centro-me na questão que referiu em termos das questões de dermatologia. Não é uma proposta inovadora, mas com certeza que são propostas que merecem uma análise porque, como eu já disse várias vezes, e os meus colegas, nesta como noutras áreas, o que interessa é que as propostas sejam boas e sejam exequíveis porque com certeza que nós somos os primeiros interessados, e o Governo ainda mais, em acolher boas propostas para melhorar neste caso um serviço público que é fundamental para a vida dos açorianos.

Portanto, venham daí essas propostas que nós estaremos sempre aqui para as analisar, e na medida do possível e se forem de facto boas, serem acolhidas.

Quanto a uma última referência, eu não irei aprofundar muito o tema respeitando o facto de o Bloco de Esquerda já não ter tempo, no entanto não posso deixar de frisar um aspeto. O Bloco de Esquerda, aqui pelo menos nos Açores, tem um fortíssimo preconceito contra o setor privado ...

Deputado Francisco César (PS): São radicais!

O Orador: Exatamente, são radicais.

... e eu queria deixar aqui uma clivagem clara entre o Bloco de Esquerda e o Partido Socialista. O Partido Socialista não tem qualquer preconceito contra a iniciativa privada. Na área da saúde uma coisa é o Serviço Regional de Saúde público e outra coisa é o nosso sistema regional de saúde que contempla o setor privado, o setor social, e isso é positivo.

Os setores complementam-se, colaboram, cooperam e isso é muito importante, e isso não faz com que o Partido Socialista alguma vez deixe de defender e preservar o interesse público. Isso é que é o essencial e é isso que defende os açorianos.

Muito obrigado.

Deputado Francisco César (PS): Muito bem!

Presidente: Obrigada, Sr. Deputado.

Tem agora a palavra o Sr. Deputado Artur Lima.

(*) **Deputado Artur Lima (CDS-PP):** Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Sr. Deputado José San-Bento, eu amanhã ofereço-lhe um lacinho cor-de-rosa ...

Deputado José San-Bento (PS): E tenho mais! Cor-de-rosa não!

O Orador: ... para V. Exa. vir aqui no modo de campanha eleitoral e, portanto, não tem problema nenhum.

Mas sobre essa matéria, Sr. Deputado, basta ver os jornais e vê quem já anda em campanha eleitoral já desde o inverno passado, não é verdade? Eu olho para

os jornais e vejo é só a vossa candidata em campanha eleitoral e ela ainda não começou. Mas tem todo o direito de fazer a sua observação, com certeza.

E de facto, todos nós fizemos propostas positivas aqui dentro, é verdade. Eu apenas me limitei a enumerar as minhas, como V. Exa. enumera, e muito bem, as suas. É assim a democracia.

Sra. Secretária Regional, V. Exa. disse uma palavra ali em baixo que me é muito cara, e que eu no Conselho Regional de Saúde fiz também propostas nesse sentido, que é humanização, Sra. Secretária. V. Exa. falou em humanização.

Sra. Secretária Regional ...

(Diálogo entre o Deputado Paulo Estêvão e o Secretário Regional Adjunto da Presidência para os Assuntos Parlamentares)

Sr. Deputado Paulo Estêvão, eu posso continuar calmamente a minha intervenção? Então faça favor.

Sra. Secretária Regional, humanização do Serviço Regional de Saúde, o respeito por aqueles que mais sofrem, o respeito pelos idosos.

Sra. Secretária Regional, quando duas unidades de saúde não se entendem quem paga a quem a deslocação que, neste caso ... eu sabia o que se passava e estava à espera que V. Exa. também sabendo o que se passava mo dissesse aqui e agradeço a sua honestidade e frontalidade. Quando não se entendem a nível intermédio, tem que ser decidido a nível superior, e Sra. Secretária, também não lhe vou dizer nada de novo, art.º 43 e 44 do Estatuto do Serviço Regional de Saúde, epígrafes - deslocação de doentes e técnicos de saúde, 44 – deslocação dos técnicos de saúde.

Sra. Secretária, como sabe, e como o Sr. Deputado Faria Maia disse, o pacemaker, a sua afinação, a sua consulta, o seu controlo, exige técnicos

altamente especializados que o saibam fazer e não pode ser, e o Serviço Regional de Saúde prevê exatamente quando não haja na unidade de saúde técnico da área ou que não tenha as devidas capacidades porque não tem a casuística para isso, é natural que o cardiologista esteja habituado a trabalhar com a sua técnica porque estão calibrados um com o outro; a senhora sabe também o que é que lhe estou a dizer.

Sra. Secretária, se é por uma questão de pagamento, veja a despesa que é, além do sofrimento, deslocar cerca de 100 idosos por ano para essas consultas de controlo de pacemaker.

Apelo a V. Exa. que se as unidades de saúde não quiserem pagar, pague a Direção Regional de Saúde, e isso está preso, como V. Exa. sabe, no Sr. Diretor Regional de Saúde, tem que resolver o assunto.

E, portanto, Sra. Secretária, humanizar é também isto. Apelo a V. Exa. que resolva esse assunto de uma vez por todas e espero que para a semana já me possa dizer que o assunto foi resolvido.

Quanto ao pacemaker. Sra. Secretária, eu já critiquei aqui o hospital de Angra, de Santo Espírito, por não ter determinadas instalações, como elogiei hoje por ter uma sala que cumpre todos os requisitos clínicos, técnicos, para serem ... não é verdade, Sra. Deputada Mónica Seidi? ... instalados lá os pacemakers. Ninguém ficou sem pacemaker porque vão ao bloco operatório e colocam, isso é verdade o que a senhora disse. Ninguém ficou sem tratamento, ninguém deixou de ser tratado.

Agora, se podemos fazer as coisas num ambiente mais relaxado, e temos as instalações! Se dissesse: “Olhe, não temos. Temos que ir para o bloco operatório” também se entendia. Era feito o tratamento ao doente, não deixava de ser tratado. Sra. Secretária, humanização outra vez.

Eu não lhe estou a ensinar nada, mas a humanização faz-se de pequenos pormenores, pequenos gestos de dar conforto ao doente, carinho ao doente, fazê-lo sentir-se bem nos serviços de saúde. É isso que se faz.

Agora, levar um doente para o bloco operatório. Ouça, só quem nunca lá entrou! Só quem nunca lá entrou. Dizer ao doente que vai ao bloco operatório já é uma coisinha, só quem nunca lá entrou e vê aquele ambiente e vê aquele clima ... porque às vezes ainda se está, enfim, a sair um e a aproveitar um intervalo para se fazer, e é preciso rentabilizar os blocos operatórios nas cirurgias.

Diz que vai reforçar o CIRURGE agora, vai haver mais um reforço. O problema, Sra. Secretária, é que só autorizado a colocar uma prótese por semana, segundo as informações que tenho. Não é por dificuldades e disponibilidade operatória dos médicos. É porque não tem material para colocar, próteses para colocar, e isso também não é admissível, isso também não é humanizar o Serviço Regional de Saúde, Sra. Secretária.

E, portanto, três pedidos, três medidas que V. Exa. pode tomar daqui a cinco minutos, quando acabar este debate, e vai ver que vai fazer bem a muita gente.

Muito obrigada.

Presidente: Obrigada, Sr. Deputado.

A Mesa de momento não tem inscrições.

Sra. Secretária Regional, tem a palavra.

(*) **Secretária Regional da Saúde** (*Teresa Machado Luciano*): Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sras. e Srs. Membros do Governo:

Relativamente à questão da fisioterapia do Corvo, relembro que este concurso tem uma intervenção da Secretaria Regional de Saúde porque foi posto um recurso tutelar. Desse recurso tutelar, tivemos que intervir, tem estado em audiência prévia (que já terminou). Como tive oportunidade de referir a semana passada, neste momento a decisão será tomada, temos que notificar os

concorrentes e a curto prazo será tornado público a resolução, na certeza porém de que o Corvo e os corvinos terão fisioterapia.

Deputado Carlos Silva (PS): Isso é que é!

A Oradora: Relativamente às sugestões do Sr. Deputado, já anotei e a curto prazo serão resolvidas.

Presidente: Obrigada, Sra. Secretária Regional.

A Mesa de momento não tem inscrições.

O Sr. Deputado Paulo Estêvão pede a palavra para?

(*) **Deputado Paulo Estêvão (PPM):** Para uma interpelação, Sra. Presidente para ...

Presidente: Tem a palavra, Sr. Deputado.

O Orador: ... lhe dizer que dentro de alguns segundos será entregue na Mesa cópia do requerimento a que fiz referência por solicitação do Sr. Secretário Berto Messias que me perguntou e me pediu uma cópia do requerimento sobre despacho oral do Governo.

Presidente: Obrigada, Sr. Deputado.

Depois de recebido pela Mesa, será distribuído por todos.

Secretário Regional Adjunto da Presidência para os Assuntos Parlamentares (Berto Messias): Não se incomode, Sra. Presidente, que eu não lhe pedi nada!

Presidente: Pergunto se há mais alguma inscrição.

Julgo que não havendo inscrições o debate por si está encerrado.

Pergunto à Sra. Secretária Regional se quer ainda fazer alguma intervenção de encerramento. Não.

Sendo assim, pergunto ao Sr. Deputado Artur Lima se pretende encerrar o debate.

Então tem a palavra, Sr. Deputado.

(*) **Deputado Artur Lima (CDS-PP):** Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Apenas umas palavras breves finais. Dizer que em boa hora o CDS trouxe aqui este debate e também com a esperança que de pequenos problemas que aqui trouxemos, que causavam grandes constrangimentos aos utentes do Serviço Regional de Saúde, que possivelmente e com certeza serão resolvidos dentro em breve. E, portanto, só por isso já valeu a pena este debate.

Vale sempre a pena vir aqui, trazer os problemas, e também vale a pena quando há uma discussão franca e leal entre a oposição e o Governo em que cada um levanta os problemas ...

Deputado Carlos Silva (PS): Isso é que é uma oposição! Alguma oposição!

O Orador: ... e o Governo responde, da maneira que deve e entende, mas quando desse debate resulta benefício para os utentes do Serviço Regional de Saúde e para os nossos doentes, ficamos todos satisfeitos.

Muito obrigado.

Presidente: Muito obrigada, Sr. Deputado.

Está encerrado este nosso ponto da agenda.

Vamos avançar com os nossos trabalhos.

Entramos agora no ponto nove: **Projeto de Resolução n.º 127/XI – “Os Açores e o novo Quadro Comunitário de Apoio” ...**

Tem a palavra, Sr. Deputado.

(*) **Deputado Artur Lima (CDS-PP):** É para solicitar um intervalo de 15 minutos, Sra. Presidente.

Presidente: É regimental.

Regressamos às 15 horas e 50 minutos.

Eram 15 horas e 35 minutos.

Presidente: Sras. e Srs. Deputados, agradeço que ocupem os vossos lugares para retomarmos os nossos trabalhos.

Eram 15 horas e 55 minutos.

Presidente: Vamos então dar continuidade aos nossos trabalhos. Como tinha referido entramos agora no Ponto 9 da Agenda - **Projeto de Resolução n.º 127/XI – “Os Açores e o novo Quadro Comunitário de Apoio”**. Esta iniciativa é apresentada pelo Grupo Parlamentar do CDS-PP.

Os tempos são os que habitualmente utilizamos no processo legislativo comum.

Tem a palavra o Sr. Deputado Artur Lima.

(*) **Deputado Artur Lima (CDS-PP):** Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Srs. Secretários Regionais:

Os Açores e o novo Quadro Comunitário de Apoio

O próximo quadro financeiro plurianual deve prosseguir e reforçar as políticas de coesão e de solidariedade e não pode, em qualquer circunstância, reduzir os meios financeiros destinados às regiões ultraperiféricas.

O novo quadro legislativo e financeiro pós-2020 da União Europeia deve assim respeitar na sua plenitude o que está estabelecido no artigo 349.º do Tratado de Funcionamento da União Europeia e concretizar as medidas objetivas, os princípios enunciados quanto à adaptação das políticas comuns às especificidades das regiões ultraperiféricas.

Estas preocupações e exigências foram expressadas pela 23.ª conferência dos presidentes das regiões ultraperiféricas da União Europeia onde foi manifestada a preocupação pelas inflexões no quadro das negociações pós-2020 que podem conduzir à supressão de medidas específicas relativas às regiões ultraperiféricas.

Foi neste sentido que os presidentes das regiões ultraperiféricas afirmaram, e bem, não aceitar qualquer posição que diminua no próximo Quadro Financeiro Plurianual os apoios concedidos e exigem a manutenção aos níveis atuais das dotações financeiras, nomeadamente na coesão e na agricultura que são indispensáveis ao crescimento e ao emprego nas regiões.

Foi neste sentido que foi solicitada manutenção e exponenciação dos planos de ação ligados à pesca e à economia azul.

Foi nesse sentido que foi solicitado o reforço do POSEI e a criação de uma dimensão regional nos planos estratégicos do FEDER e o reforço do papel das regiões na sua aplicação.

Foi nesse sentido também que foi solicitado o incentivo à investigação e à inovação, designadamente através do programa – Horizonte da Europa.

Foi nesse sentido que foi solicitado a implementação das soluções concretas, enunciadas no memorando das RUC de 2017, para superar o défice de acessibilidade no âmbito dos transportes.

Foi nesse sentido que foi solicitada a autorização do financiamento à renovação das frotas de pesca, de modo a apoiar o desenvolvimento desta fileira.

Estas são prioridades e medidas, absolutamente, essenciais à continuidade do esforço da coesão económica e social da União Europeia que importa defender e acautelar.

Estas são prioridades que merecem em primeira instância o reconhecimento desta Assembleia.

Estas são prioridades que tem uma importância fundamental para o futuro dos Açores.

É por isso que entendemos que a Assembleia Legislativa da Região Autónoma dos Açores deve manifestar ao Governo da República, à Comissão Europeia, ao Conselho e ao Parlamento Europeu a sua plena concordância com a declaração final dos presidentes das regiões ultraperiféricas da União Europeia.

Muito obrigado.

Vozes dos Deputados da bancada do CDS-PP: Muito bem! Muito bem!

(Aplausos dos Deputados da bancada do CDS-PP)

Presidente: Obrigada, Sr. Deputado.

Estão abertas as inscrições.

Pergunto se há inscrições?

Agradeço que se inscrevam uma vez que nesta iniciativa legislativa podem inscrever-se as vezes que quiserem. Caso contrário, vamos passar à votação.

Sr. Deputado José San-Bento tem a palavra.

(*) **Deputado José San-Bento (PS):** Obrigada, Sra. Presidente. Sras. e Srs. Deputados, Sra. e Srs. Membros do Governo:

Sr. Deputado parte desta Assembleia, admito que não toda, mas parte desta Assembleia já conhecia as sugestões que o CDS apresenta porque elas constam do documento final da última conferência dos presidentes das regiões ultraperiféricas.

Deputado Artur Lima (CDS-PP): É simples!

O Orador: Não, sr. deputado estou a dizer isto com naturalidade. Se viu o debate que fizemos na comissão, estou dizendo isso com naturalidade ...

Deputado Artur Lima (CDS-PP): É importante para esta Assembleia manifestar, não é reconhecer!

O Orador: ... e o que eu lhe vou dizer é que a proposta é válida e que nós vamos votar a favor, sr. deputado. Não precisa de ficar enervado!

Deputado Artur Lima (CDS-PP): Não, não!

O Orador: Ó sr. deputado eu estava a tentar corrigi-lo, o sr. disse que é importante esta Assembleia conhecer ...

Deputado Artur Lima (CDS-PP): Se pronuncie!

O Orador: ... eu e alguns dos meus colegas como temos a responsabilidade de seguir estas matérias, nós já conhecíamos estas propostas, isso foi falado na comissão, debatemos com toda a naturalidade e queria dizer sr. deputado que todas as propostas...

Deputado Artur Lima (CDS-PP): Esta Assembleia deve se manifestar! Manifestar!

O Orador: ... Não, mas também repare no que disse. Todas as propostas são válidas para reforçar aquilo que nós, como sabem, já há muito tempo temos vindo (quando digo nós, refiro-me a este grupo parlamentar) a trabalhar com grande antecedência, com grande planeamento e com grande cuidado em articulação com o Governo Regional e também com o nosso partido a nível nacional e com o próprio Governo da República.

A questão relacionada com o próximo quadro comunitário de apoio é da maior importância. Nós temos que ter em atenção que a política de coesão representa 32,5% do orçamento da União Europeia, é a mais importante política de investimento da União Europeia e ela é, obviamente, financiada por aquilo que será o próximo orçamento comunitário e portanto, estas matérias são realmente muito importantes porque grande parte do futuro do nosso país e do futuro da Região Autónoma tem a ver com aquilo que será a expressão da solidariedade europeia no futuro.

E também é muito bom que se diga, como eu tive oportunidade de sublinhar e aliás, com a concordância do Governo Regional, num debate de iniciativa própria, que nós realizámos em junho do ano passado, que a própria política de coesão precisa de ser reexaminada no quadro do próximo orçamento comunitário. A política de coesão está a criar divergência em algumas das regiões da Europa e portanto, uma política de coesão deve servir para promover a coesão e nós, neste momento, assistimos claramente a dois efeitos que têm que ser ponderados no próximo quadro comunitário: a divergência que a própria

política de coesão está a provocar em algumas regiões como eu disse e o próprio efeito da introdução do euro também tem retirado competitividade e criado constrangimentos e divergências nessas regiões. E portanto, periodicamente, neste ciclo de seis anos, a União também tem que olhar para isso e nós como região ultraperiférica também temos que saber defender os nossos interesses nesta matéria e temos realizado isso, achamos nós, com muito mérito e com muita atenção.

Uma palavra aqui para o Governo Regional pela forma como esse dossier começou a ser preparado com todo o cuidado e com uma enorme antecedência. Os Açores fizeram a tempo e horas o seu trabalho de casa e muito bem feito. Isso é importante e com isso sr. deputado, antes que fique incomodado, eu não estou a retirar qualquer mérito à vossa proposta, mas é justo dizer isso, a Região preparou-se bem.

O Parlamento também, deixo aqui uma palavra de apreço a todos os grupos parlamentares e representações parlamentares, o Parlamento dos Açores também esteve presente e promoveu debates

Deputado Artur Lima (CDS-PP): Isto é que é campanha eleitoral!

O Orador: ... importantes que permitiram consolidar esta frente unida – Região Autónoma dos Açores – ou seja, quer o Parlamento, quer o Governo estiveram unidos na defesa dos superiores interesses dos Açores e acho que aí a oposição esteve muito bem e merece por isso uma palavra de reconhecimento.

Também uma palavra muito importante, e não vou aqui elencar por questões de tempo, mas se quiserem no debate elencar algumas das garantias que já foram asseguradas, nomeadamente a taxa de esforço de cofinanciamento da Região e aqui volto a destacar o papel que o Comissário Carlos Moedas teve em ajudar o país, os Açores e também a Madeira com esta medida, foi uma ajuda importante e que também nós já salientamos e reconhecemos em devida hora.

Também reconhecer o papel do Governo da República, é muito importante, sras. e srs. deputados, nós termos um governo que ajude os Açores e que compreenda a dimensão atlântica do nosso país. Um Governo e um Primeiro-Ministro

Deputado Marco Costa (PSD): O cronograma eleitoral está sempre presente nos discursos!

O Orador: ... que reconhecem o papel das regiões ultraperiféricas, que valorizam os Açores e a Madeira e que têm orgulho ...

Deputado Francisco César (PS): Muito bem!

O Orador: ... e que compreendem que o país é um país muito mais relevante na cena internacional e na construção europeia pelo facto de ter uma profundidade atlântica, pelo facto de ter duas regiões ultraperiféricas.

E uma palavra de reconhecimento aqui para o Primeiro-Ministro António Costa e para o seu governo. Aquilo que o Governo da República tem feito nas negociações junto da Comissão Europeia, junto do Parlamento Europeu e junto do Conselho de Ministros da União Europeia, para não falar do Conselho Europeu, mas o papel que o governo tem feito participando nas negociações, defendendo o interesse nacional, mas sempre tendo em conta o papel dos Açores, a opinião dos Açores e aquilo que é necessário para defender os Açores e meus amigos este é o momento de nós também, com justiça e com vigor, reconhecermos o papel do nosso Primeiro-Ministro atual, do Primeiro-Ministro António Costa e deste Governo da República do Partido Socialista, com apoio do PCP e do Bloco de Esquerda, porque tem disso um governo muito bom para os Açores e um governo que tem puxado os Açores para cima e isso é da maior justiça nós fazermos esse reconhecimento.

Vozes dos Deputados da bancada do PS e dos Membros do Governo: Muito bem! Muito bem!

(Aplausos dos Deputados da bancada do PS e dos Membros do Governo)

Presidente: Obrigada, Sr. Deputado.

Tem agora a palavra o Sr. Deputado António Almeida.

(*) **Deputado António Almeida (PSD):** Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sra. Secretária, Srs. Membros do Governo:

Esta iniciativa do CDS-PP pretende através da sua aprovação por este Parlamento reforçar a declaração final dos presidentes das Regiões Ultraperiféricas traduzindo nas futuras políticas europeias e no próximo Quadro Financeiro Plurianual da União Europeia a aplicação do reconhecimento da condição ultraperiférica, consignado no artigo 349.º do Tratado sobre o funcionamento da União Europeia. Reforça efetivamente, em diversas matérias outras iniciativas aqui aprovadas por unanimidade.

O Quadro Financeiro Plurianual 2021-2027 será o instrumento legislativo e financeiro que promoverá a execução de medidas com vista a aplicação dos princípios subjacentes à constituição da União Europeia e do seu atual tratado e bem assim, das políticas nele reconhecidas para as regiões ultraperiféricas através da disponibilização dos recursos financeiros adequados e, supostamente, por derrogações e pela discriminação positiva das políticas setoriais.

É o estado membro, Portugal, o negociador desse quadro financeiro e quem determinará as dotações financeiras a afetar aos Açores no pressuposto de o entendimento fundamentado nas orientações políticas, económicas e setoriais que a Região deve assumir.

Por sua vez, cabe ao Governo dos Açores assumir uma participação negocial ativa e comprometedora junto do Governo da República, reportando a este Parlamento os resultados a cada momento dessas negociações e no diálogo empenhado com as instituições da União Europeia.

O próximo quadro comunitário de apoio não deve constituir mais um negócio de dinheiros públicos ou de interesse na receita fiscal daí resultante, mas sim no instrumento de desenvolvimento económico e social, gerador de emprego efetivo, fomentador da criação de empresas inovadoras e do emprego jovem, sem recurso a formação profissional que simule a redução do desemprego, mas que aposte na formação de ativos para contratação efetiva pelas empresas e que estimule nos jovens açorianos o espírito empreendedor, sem a vontade primeira de serem mais um contratado da administração pública.

Para além dos constrangimentos de carácter permanente que os Açores sempre terão pela sua condição de arquipélago, distante de outras economias, continuam a sofrer atrasos de atrasos estruturais significativos em infraestruturas essenciais para o desenvolvimento de cada uma das nossas ilhas. As RUP's são economias diferentes com necessidades distintas, embora condicionadas por fatores semelhantes, razão pela qual as políticas a adotar têm que ser diferentes no próximo quadro financeiro e legislativo.

Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Gostaria de relevar que o argumento mais forte e mais atual para o efetivo reforço das dotações financeiras da União Europeia e das decisões nacionais que decorrerão no processo negocial no país, relativamente aos Açores, é o argumento ambiental, transversal a todos os setores de atividade económica, mas também na vivência social nas nossas ilhas.

O próximo Quadro Comunitário de Apoio deve ajudar a preparar os Açores para a sua valorização na produção agrícola, agroindustrial, pescas e turismo, com capacidade de 'exportar' a sua imagem através de produtos e serviços com elevado valor, bem remunerados pelo mercado e por consumidores esclarecidos, sempre que possível através da internacionalização que o próprio turismo já ajudou a construir e que os instrumentos da União Europeia devem agora qualificar.

Naturalmente que manter as taxas de cofinanciamento europeu em 85% é essencial numa economia sem recursos financeiros próprios para atingir objetivos exigentes que dotações do FEDER e do Fundo Social Europeu não podem reduzir-se quando os Açores estão longe de garantir as infraestruturas públicas que permitam às pessoas e às empresas açorianas reduzir custos e melhorar a sua competitividade, bem como qualificar os recursos humanos para estarem tecnologicamente à dimensão dos desafios da economia e da sociedade açoriana numa economia global imparável.

Os Açores, fronteira da União Europeia com o continente americano, integrando a política de incentivo à exportação desse espaço europeu, necessitam de recursos financeiros que minimizem os custos logísticos, de marketing e de colocação de produtos e serviços nos mercados norte-americano e canadiano, mas principalmente de dotar as empresas açorianas dos financiamentos, estes sim cofinanciados em 85%, para inovarem e conquistarem mercados externos com produtos verdadeiramente inovadores e de valor acrescentado.

Assim, o próximo Quadro Financeiro Plurianual 2021-2027 deve merecer o entendimento do Governo da República, quer no processo negocial com as instituições europeias quer, posteriormente, no quadro da afetação das verbas da UE, que reconheça essa necessidade dos Açores.

Deve preocupar-nos as observações legítimas do Secretário Regional Adjunto da Presidência para as relações Externas ao afirmar que: “nada será semelhante ao que aconteceu anteriormente, designadamente pelos montantes dos fundos comunitários e sobretudo na possibilidade de existirem cortes para Portugal e, no caso dos Açores, haver uma redução de apoios no âmbito do POSEI.

O desenvolvimento dos Açores depende sim dos fundos da União Europeia, mas também depende das opções de política económico-social assumidas pelo Governo dos Açores no quadro do princípio da responsabilização que as

instituições europeias delegam nos estados membros e nas regiões ultraperiféricas.

Que os Açores então assumam princípios nobres, objetivos exigentes e adotem os instrumentos legislativos e económicos em que os açorianos confiem, independentemente do quadro de financiamento externo.

Só assim, qualquer Governo da República e qualquer instituição europeia acreditarão nos propósitos dos Açores e apoiarão o seu desenvolvimentos sustentável.

Tenho dito.

Vozes dos Deputados da bancada do PSD: Muito bem! Muito bem!

(Aplausos dos Deputados da bancada do PSD)

Presidente: Obrigada, Sr. Deputado.

Sr. Deputado António Lima tem a palavra.

(*) **Deputado António Lima (BE):** Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sra. e Srs. Membros do Governo:

Esta iniciativa que o CDS nos traz hoje a esta Casa reforça aquela que foi a declaração da conferência dos presidentes das regiões ultraperiféricas de 2018.

Em suma, não há como estar em desacordo com essa declaração porque ela, efetivamente, é uma declaração que vem em defesa dos direitos das regiões ultraperiféricas, das políticas da coesão e da solidariedade para com as regiões ultraperiféricas e das nossas características que são reconhecidas pela União Europeia e que têm que ser refletidas e defendidas no Orçamento da União, neste caso nos fundos de coesão, no POSEI ou noutros instrumentos.

Esta iniciativa, na realidade embora seja diferente de outras que já aqui vieram, mas vem reforçar outras iniciativas, nomeadamente do PSD e do próprio Governo Regional que trouxeram este assunto também no debate do Partido

Socialista e que vem reforçar os debates que já foram feitos nesta Casa e tomadas de posição da Assembleia nesse sentido. Por isso reforça aquilo que procura reforçar aquilo que a própria Assembleia já tinha no passado defendido e nós, obviamente estamos de acordo com a iniciativa e com o reforço dessas posições.

Mas, não podia obviamente de deixar de tecer algumas considerações sobre os motivos que levam aos possíveis cortes nas políticas de coesão, que se refletem na proposta que a comissão europeia fez na proposta inicial que, obviamente, ainda não é a final, mas que deixou todos, como não poderia deixar de ser, em estado de alerta, tais seriam ou poderão ser as consequências gravosas de cortes nessas mesmas políticas.

Ora, os cortes não são uma inevitabilidade, são uma opção política e são uma opção política da comissão europeia e da proposta que apresentou. Nas chamadas novas prioridades que a comissão europeia apresentou, que substituiu ou retirou uma parte do financiamento de políticas importantíssimas para o desenvolvimento das regiões, para o desenvolvimento dos países periféricos, para o desenvolvimento dos países que tem atrasos relativamente aos países mais desenvolvidos da Europa, essas políticas são substituídas pelas novas prioridades e essas novas prioridades não são mais do que as prioridades na área da defesa, da segurança e das fronteiras. São essas as prioridades que vêm retirar aqueles que são fundos que poderiam obviamente servir para atenuar e procurar que as regiões com mais dificuldades e as regiões ultraperiféricas, em particular, possam recuperar o seu atraso relativamente ao desenvolvimento das regiões mais centrais da Europa. São estas mesmas políticas que têm também em Portugal, infelizmente, o apoio daqueles que eram os partidos do antigo arco...

Deputado Artur Lima (CDS-PP): Já cá faltava!

O Orador: ... da governação e dou apenas um exemplo, foi aprovada na Assembleia da República (por estes mesmos partidos) a adesão de Portugal a uma coisa com um nome hermético chamado – cooperação estruturada permanente – que não é mais do que um embrião de um caminho que a União Europeia faz de constituição de um exército europeu. Ora, esse caminho e esse apoio que é dado no próprio país a essa política permite o respaldo político para a comissão europeia dizer que: “sim sr. vamos apostar nas novas prioridades na defesa, em detrimento das políticas de coesão”, por exemplo. Ora, esse caminho não deve, na opinião do Bloco de Esquerda, ter esse respaldo político em Portugal, não deve ter esse respaldo político nos Açores e seria obviamente importante que esta Assembleia também condenasse essas prioridades da União Europeia e nós obviamente, apoiamos aquilo que está explícito nesta iniciativa do CDS, mas é importante dizer também que aquilo contra o qual nós queremos lutar, que são cortes nas políticas de coesão ou no POSEI, é uma consequência direta de opções erradas da União Europeia, opções que prejudicam os Açores, prejudicam o país e contra as quais também seria muito importante que esta Casa tivesse uma palavra contra elas, na defesa dos Açores porque essa defesa também é extremamente importante.

Presidente: Obrigada, Sr. Deputado.

Sr. Deputado João Paulo Corvelo tem agora a palavra.

Deputado João Paulo Corvelo (PCP): Sra. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

A Comissão Europeia pretende através do Quadro Financeiro Plurianual 2021-2027 efetuar gravosos cortes em todos os programas de apoio às regiões ultraperiféricas. Tais intenções merecem uma acérrima crítica do PCP e, julgamos nós, que esta Assembleia deva assumir uma posição unânime perante tal insensibilidade dos gabinetes de Bruxelas, que parecem não perceber minimamente as especificidades muito próprias das regiões ultraperiféricas.

Os deputados do PCP no Parlamento Europeu sempre defenderam o reforço de fundos comunitários destinados às regiões ultraperiféricas. Tal acontece de novo para o próximo Quadro Comunitário de Apoio, pois já anteriormente os ditames de Bruxelas impunham valores insuficientes para os envelopes financeiros dos programas de fundos comunitários para as RUP mas tal dever-se-á agravar com a atual proposta da Comissão Europeia que contém a transferência significativa de verbas da Política de Coesão e da PAC (Política Agrícola Comum) para uma vertente securitária militarista.

A redução das disparidades económicas, sociais e territoriais significativas que ainda existem entre as regiões da Europa, em especial as ultraperiféricas, necessita imperiosamente do reforço dos apoios financeiros, nomeadamente do envelope financeiro associado ao POSEI (Programa de Opções Específicas para fazer face ao Afastamento e Insularidade), destinados aos arquipélagos dos Açores e da Madeira.

Para o PCP, os cortes propostos pela Comissão Europeia são inaceitáveis e confirmam as prioridades da União Europeia, cada vez mais afastadas das necessidades dos Estados-Membros que enfrentam maiores dificuldades, de apoio aos seus sistemas produtivos e às suas populações, e cada vez mais orientadas para os interesses das principais potências da União Europeia e dos seus grupos económicos.

Importa ainda sublinhar que os cortes anunciados para os Açores e a Madeira, nomeadamente no POSEI de 106,2 milhões para 102,1 milhões de euros, são apresentados a preços correntes. Ou seja, a preços constantes ajustados pela inflação, estes cortes vão ser na realidade muito maiores. A concretizarem-se, estes cortes não deixariam de ter consequências profundamente negativas para as Regiões Autónomas dos Açores e da Madeira e para as suas populações.

Sra. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

A par de uma profunda modificação da Política Agrícola Comum e da necessária restauração do POSEI-Pescas, os deputados do PCP no Parlamento Europeu há largo tempo que defendem a criação de um programa específico POSEI-Transportes, ...

Deputado João Paulo Ávila (PS): E aqui nos Açores?

O Orador: ... de modo a dinamizar a mobilidade de pessoas e bens nas regiões autónomas, bem como o escoamento dos produtos para o exterior e entre as ilhas.

Assim, o PCP seja nesta Casa, seja na Assembleia da República, seja no Parlamento Europeu sempre tem exigido um orçamento comunitário que faça justiça e compense Portugal, particularmente as suas regiões autónomas, pelos prejuízos acumulados decorrentes de políticas contrárias aos interesses do país impostas pela União Europeia e cujas consequências no nosso aparelho produtivo são visíveis.

Desta forma, a Representação Parlamentar do PCP irá votar favoravelmente esta Resolução, pois antes como agora o PCP sempre defendeu o reforço dos meios financeiros destinados às RUP, pois estes territórios mais afastados do Centro e mais desfavorecidos em função das suas circunstâncias insulares e da sua pequena dimensão necessitam que o próximo Quadro Financeiro Plurianual contemple o reforço de apoios comunitários para que a coesão económica e social da União Europeia não seja letra vazia escrita nos gabinetes burocráticos da Comissão Europeia em Bruxelas.

Presidente: Obrigada, Sr. Deputado.

Tem agora a palavra o Sr. Deputado Paulo Estevão.

(*) **Deputado Paulo Estêvão (PPM):** Sra. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Esta iniciativa do CDS é uma iniciativa que eu valorizo muito. Eu considero que é importante que os Açores, e nomeadamente o Parlamento dos Açores,

tenha um papel ativo na construção da Europa, tenha um papel ativo, seja um interlocutor no âmbito da defesa dos interesses dos Açores, no âmbito do quadro comunitário de apoio e de outras matérias. Neste caso é uma posição que se escuda naquelas que foram as decisões das Regiões Ultraperiféricas, da reunião dos Presidentes das Regiões Ultraperiféricas, que teve um desfecho muito favorável para as Regiões Ultraperiféricas, isto tendo em conta que essas decisões foram apoiadas, como é público, pelos principais responsáveis nacionais dos três estados em causa: Portugal, a Espanha e a França.

Devo dizer que sendo esta a minha perspetiva é evidente que este é o quadro atual. No âmbito da entrada na União Europeia, Portugal e os Açores podiam ter tomado uma posição diferente, podiam ter feito, como fez, por exemplo, a Grã-Bretanha, que alguns dos seus territórios ultramarinos (alguns, não, a totalidade!), a totalidade dos seus territórios autónómicos, que estão ligados administrativamente ao Reino Unido, não integraram a União Europeia.

A mesma opção fez também a Dinamarca e alguns dos seus territórios autónomos, nomeadamente as ilhas Faroé, que nunca integraram a União Europeia, embora estejam sobre a soberania dinamarquesa.

Ou até o caso da Gronelândia, que é um caso mais específico que começou por integrar a União Europeia e é aliás o primeiro território, foi o primeiro território, hoje falamos da saída do Reino Unido, mas muitos esquecemos que há um precedente em relação ao abandono da União Europeia por parte de um território, que foi o primeiro caso, o caso da Gronelândia que optou por sair. Mas esta foi a opção de Portugal e esta foi a opção dos Açores. Não me custa a admitir que quando esta opção foi tomada foi uma opção maioritariamente apoiada pelo povo português e pelo povo açoriano.

Mas esta decisão tem vantagens e tem desvantagens. Esta decisão significou que nós ficámos com a nossa soberania limitada em áreas fundamentais. O caso mais conhecido é o das pescas e o da questão das 200 milhas, em que a União é

que passou a exercer essas competências. Foi basicamente isso que fez com que outras regiões insulares como as ilhas Faroé ou outras regiões com interesses marítimos bastantes significativos, como por exemplo, a Noruega, não entrassem no espaço europeu. Mas nós optámos por entrar. Optámos por entrar e como eu dizia isso tem vantagens e tem desvantagens.

As vantagens é que podemos aceder a estes financiamentos europeus que foram criados sobretudo para estes três Estados, a França, a Espanha e Portugal, que têm regiões insulares. No caso da França também se trata de uma região não insular, no caso da Guiana Francesa que é um território continental da América do Sul, mas predominantemente estamos a falar de regiões insulares, dotadas de autonomia política, mas que evidentemente quer pela sua dimensão, quer pelo seu afastamento em relação ao território continental, a imposição dos mesmos regulamentos da União Europeia cria uma série de limitações que impedem que possam ser adotados processos que são adotados noutras regiões que estão fora do espaço europeu, embora ligados aos estados europeus.

Há uma série de condicionalismos. Esses condicionalismos têm que ser compensados e é importante que essa compensação se faça por parte da União Europeia, que tenha o apoio de alguns Estados, e Estados relevantes, como é o caso da França que tem, como se sabe, um impacto, uma importância no âmbito do processo de decisão muito importante.

O que eu considero também é que nesta matéria é importante tentar prever o que é que vai acontecer, o que é que significará para as regiões ultraperiféricas a saída do Reino Unido da União Europeia.

Eu considero que há aqui uma oportunidade para aproveitar, uma vez que estas regiões permitem uma projeção geopolítica muito importante à Europa. A Europa não fica encerrada nas suas fronteiras continentais e a existência das Regiões Ultraperiféricas permite, de facto, dar à União Europeia uma enorme dimensão marítima e uma enorme dimensão geopolítica que de alguma forma

pode limitar os efeitos da saída de uma potência marítima como a Grã-Bretanha.

O segundo fator, na minha perspetiva importante também no âmbito desta análise, que é importante realçar, tem a ver com o facto da Grã-Bretanha, uma vez que não tinha Regiões Ultraperiféricas, optou por não integrar os seus territórios insulares neste conceito de regiões ultraperiféricas e, portanto, no âmbito também da União Europeia, no âmbito territorial da União Europeia, a Grã-Bretanha sempre foi uma adversária da existência de fundos e da existência de apoios substanciais às regiões ultraperiféricas. Com a saída da Grã-Bretanha esse obstáculo desaparece.

Nesse sentido reforça-se a possibilidade de obter no âmbito da União Europeia um maior consenso no âmbito do apoio às Regiões Ultraperiféricas.

Por isso são dois fatores positivos: o reforço geopolítico tendo em conta a saída da Grã-Bretanha e o reforço no âmbito das decisões da União Europeia, que também resultará da saída da Grã-Bretanha exatamente porque se encontrava numa situação em que tendo territórios insulares autónomos optou por não os integrar no quadro da União Europeia.

Termino como comecei: tendo em conta este quadro, é importante que a decisão seja também uma decisão baseada em critérios de justiça em que seja possível e tenha como objetivo adquirir uma maior coesão social, que possa existir também uma preocupação que é fundamental, que é uma maior coesão do ponto de vista económico e que alguma destas desvantagens possam ser compensadas com estes fundos.

Isso é importante nos diversos setores económicos em análise.

Mas também é muito, muito importante que exista a componente política e é esta que nós estamos aqui a discutir e foi esta que o CDS despoletou com a sua iniciativa. É muito, muito importante que o Parlamento dos Açores seja um parceiro ativo, atento e que participe de facto neste processo de decisão.

É isto que esta iniciativa do CDS nos permite, é ter um papel relevante e mostrar que estamos atentos no âmbito da defesa dos interesses dos Açores.

Deputado Artur Lima (CDS-PP): Muito bem, Sr. Deputado!

Presidente: Obrigada, Sr. Deputado.

Tem agora a palavra o Sr. Secretário Regional.

(*) **Secretário Regional Adjunto da Presidência para as Relações Externas (Rui Bettencourt):** Sra. Presidente da Assembleia Legislativa da Região Autónoma dos Açores, Sras. e Srs. Deputados, Cara Colega, Caros Colegas: Gostaria, desde já, de saudar o CDS-PP por esta iniciativa e pela visão também do seu líder por colocar essa questão e lembrar a declaração final da reunião, que reuniu os nove presidentes das ultraperiféricas, e que fez esta declaração política fundamental, num momento fundamental, para a preparação do Quadro Financeiro Plurianual 2021-2027.

Esta declaração, e o CDS (o Deputado Artur Lima) bem sublinhou, é fundamental, porque deu um sinal à Comissão Europeia daquilo que as Ultraperiféricas acham fundamental para o quadro financeiro que está em preparação. Portanto, este sinal político foi dado nesta reunião das Canárias, com esta declaração e agora estamos a debatê-lo.

Gostaria de vos dizer e de partilhar convosco algumas das questões que estão aqui em causa. Nós vivemos um momento muito particular, um momento desafiante, porque inédito, na construção europeia e em particular na preparação deste quadro financeiro.

Este momento é inédito, porque quer na abordagem, quer na negociação, quer na construção deste quadro financeiro, nada será como dantes. Na abordagem nós temos que partir, e partimos, para uma estratégia de alianças externas que nos levam a ser ouvidos. Também por uma estratégia de concertação interna que nos leva a falar numa voz mais forte ainda, e também para um conhecimento com clarividência daquela que é a realidade.

Qual é esta realidade?

A realidade é, desde logo, uma proposta da Comissão Europeia com alguns cortes no período de coesão, na Política Agrícola Comum, no POSEI, que nos preocupa também alguma diferença na taxa de cofinanciamento.

Realmente passarmos de 15% a 30% na taxa de financiamento regional é uma duplicação do esforço regional para financiamentos comunitários...

Deputado José San-Bento (PS): Muito bem!

O Orador: ... e isto nós dissemos logo à partida e devo dizer, com algum orgulho, que liderámos a reação a essa questão desde o início, ainda antes da Comissão começar a dizer, nós persentimos e começámos a liderar essa reação. Esta questão é fundamental.

Deixe-me só dizer-lhe outros elementos dessa realidade: o outro elemento é que, como já foi lembrado, nós somos uma Região Ultraperiférica, como outras oito.

Este estatuto próprio de Região Ultraperiférica que vem do artigo 349.º do Tratado de Funcionamento da União Europeia, reconhece fragilidades devido ao nosso distanciamento, à nossa dispersão, devido à nossa dimensão económica e social. Nós somos 240 mil habitantes, numa Europa de 500 milhões, devido também às nossas fragilidades com intempéries. Nós temos fragilidades que são reconhecidas nesse mercado e que um acórdão do Tribunal de Justiça Europeu reconhece como necessário para que a Comissão Europeia trate de maneira diferenciada, nomeadamente no financiamento ao nosso desenvolvimento, porque reconhece-nos fragilidades permanentes e essa questão é fundamental. Nós não podemos argumentar ou aceitar os argumentos daqueles que dizem que vocês tiveram financiamento devem estar a melhorar.

É verdade. Estamos a melhorar, mas há questões permanentes. O nosso distanciamento mantém-se, a nossa fragilidade nas intempéries mantêm-se, a nossa dimensão mantém-se, a nossa dispersão geográfica mantém-se, mas

também nós, por causa de sermos uma Região Ultraperiférica, temos entrado numa estratégia de dizer em todos os corredores de Bruxelas, em todos os nossos interlocutores, em todos os comissários, a todos os funcionários da Comissão, em todas as Comissões, em todas as situações europeias, que nós temos uma grande mais-valia à União Europeia. Isso tem que ser dito e afirmado.

Nós somos uma grande mais-valia, porque temos uma dimensão oceânica à União Europeia no momento em que se começa a reconhecer que a economia do mar, a economia azul é muito importante para o seu desenvolvimento, trazemos uma projeção mundial da União Europeia e isso é muito importante.

E nós começamos a crer que começamos a ser ouvidos, começamos a ser compreendidos, ora numa Comissão, ora numa Direção-Geral, ora numa Comissão Parlamentar, ora numa conversa com um euro deputado, ou numa conversa com membros do Comité das Regiões, começamos a ser ouvidos.

E há um dado interessante, muitíssimo interessante: nesta nova Comissão há um vice-presidente que é Comissário para a projeção da Europa no mundo. Nós temos que estar aí, porque nós temos 25% do mar europeu e nós estamos num posicionamento geoestratégico fundamental, numa fronteira entre a Europa e os Estados Unidos. Essa é uma das nossas realidades.

Outra realidade tem a ver também com o facto de nós sabermos o que queremos e sabermos o que queremos relativamente, das 300 regiões que há na União Europeia, 40 têm autonomia, tem mais ou menos autonomia. Mas dessas 40 que têm autonomia e daquelas que são as ultraperiféricas, eu só conheço uma que tenha tido uma articulação e um envolvimento social e político tão forte. Isso marca a diferença.

Quando nós nos numa estratégia de influência vamos ver o Presidente do Parlamento Europeu e dizemos ao Presidente do Parlamento Europeu, como

fizemos há um ano, nós concertámos a nossa posição e temos aqui a nossa posição coletiva, o Presidente do Parlamento Europeu ouve-nos.

Quando nós estamos no Comité das Regiões, onde estão as tais 300 regiões representadas, e quando o Comité das Regiões prepara uma opinião sobre o quadro financeiro para enviar ao Parlamento Europeu, o Parlamento Europeu é obrigado a ouvir, nós propusemos mais de 200 alterações e grande parte delas foram aprovadas, sempre no sentido de dizer “atenção, as Ultraperiféricas não podem baixar a taxa de financiamento, não podem ter cortes”. Sempre, sempre, sempre neste sentido.

Também nós temos, como perto da realidade, a notoriedade do Presidente do Governo. O Presidente do Governo é Presidente da maior conferência regional europeia, a Conferência das Regiões Periféricas e Marítimas, é Vice-Presidente do Comité das Regiões.

Nós também temos a força, como foi dito aqui através desta declaração final com a concertação e articulação de todos os Presidentes das Regiões Ultraperiféricas, e isso é muito forte, quando há nove presidentes das regiões que afirmam a uma só voz que não aceitam cortes, que querem continuar a ter financiamento porque têm atividades permanentes, isso é ouvir.

Depois, nós também em encontros com comissários, em encontros com Presidentes da Comissão, também foi fundamental neste processo, só para vos descrever o que aconteceu, uma reunião com o Presidente da França há um ano, com o Primeiro-Ministro de Portugal e o Chefe de Governo de Espanha, para que houvesse uma união desses três estados na defesa da ultraperiferia e também combatendo os cortes propostos na Comissão no Quadro Financeiros Plurianual.

Por último, devo dizer também que essa articulação foi muitíssimo importante, porque desta articulação toda, de toda esta atividade, culminou com uma votação no Parlamento Europeu em fevereiro, por 460 votos contra 174. O

Parlamento Europeu foi contra os cortes propostos na Comissão e foi contra a diferenciação da taxa de cofinanciamento.

Ou seja, tudo isso culminou com uma ação de cumprimento Europeu do nosso lado. E agora? Agora o que é que temos no presente?

Agora no presente temos que ter uma estratégia de intensificação da nossa ação em relação ao Parlamento Europeu. O Parlamento Europeu neste processo é fundamental. O Parlamento Europeu é que vai aprovar ou não aprovar o Quadro Financeiro Plurianual.

Todos sabem que nós temos uma realidade no Parlamento Europeu para a qual temos que ter uma grande atenção.

A nossa estratégia é a seguinte: a nossa estratégia é de uma grande vigilância estratégica, grande vigilância e acompanhamento em relação em particular a quatro comissões parlamentares do Parlamento Europeu: a Comissão do Desenvolvimento Regional, a Comissão da Agricultura e do Desenvolvimento Rural, a AGRI, a Comissão das Pescas e a Comissão do Orçamento. Essas quatro Comissões Parlamentares do Parlamento Europeu são as comissões que nós seguimos e acompanhamos em particular. Parte dessa estratégia, parte da estratégia de acompanhamento e vigilância de todos os assuntos que tocam nos Açores em particular.

É por isso que na próxima semana, terça-feira, vou reunir com o Presidente da Comissão Parlamentar do Desenvolvimento Regional, o Euro Deputado Younnos Omarjee, um amigo, vou reunir com a Vice-Presidência da Comissão Parlamentar do Orçamento, a Deputada Margarida Marques, vou reunir na próxima semana também, quarta-feira, com o Euro Deputado José Manuel Fernandes, que é relator para Quadro Financeiro Plurianual 2021-2027, e vou reunir com vários euro deputados que têm a seu cargo as pescas e a agricultura. Além disso, reunirei com os açorianos que estão em Bruxelas, em várias instituições comunitárias, no sentido de apelar à mobilização e à articulação ...

Deputado Artur Lima (CDS-PP): Muito bem!

O Orador: ... para que nas suas diferentes instituições possamos agir, independente das disponibilidades políticas de uns outros, tal como fazemos internamente.

Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Caros Colegas:

Este é o quadro geral do que está a acontecer e do que acontecerá nos próximos tempos nas questões europeias.

Obrigado.

Vozes dos Deputados da bancada do PS, CDS-PP e PPM e dos Membros do Governo: Muito bem! Muito bem!

(Aplausos dos Deputados da bancada do PS, CDS-PP e PPM e dos Membros do Governo)

Presidente: Muito obrigada, Sr. Secretário Regional.

Sr. Deputado Paulo Estêvão tem a palavra.

(*) **Deputado Paulo Estêvão (PPM):** Sra. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Há pouco na minha intervenção, que foi uma intervenção longa, esqueci-me de referenciar uma situação que eu considero que é importante repisar aqui neste Parlamento.

Para V. Exas. pode parecer oportunista, mas não é. É uma questão que eu considero muitíssimo relevante e tem a ver com o facto desta iniciativa, Sr. Deputado Artur Lima, é uma iniciativa que ainda ganha maior valor tendo em conta as circunstâncias que nos encontramos, do ponto de vista da representação dos Açores, no Parlamento Europeu.

Como sabe, as circunstâncias trágicas, aquilo que aconteceu infelizmente, e também a decisão do Presidente do PSD Rui Rio, de afastar um parlamentar

Europeu que normalmente era escolhido pelo PSD para a Europa para se sentar no Parlamento Europeu, a soma das circunstâncias trágicas e a decisão política do Sr. Rui Rio de afastar um Euro Deputado açoriano do Parlamento Europeu, prejudica gravemente o quadro em que nos encontramos.

Esses Deputados Europeus, os Deputados açorianos no Parlamento Europeu, desempenhavam um papel fundamental do ponto de vista defesa dos interesses dos Açores. Não me custa reconhecer isso, quer os do PS, quer os do PSD, tinham um papel importantíssimo. Eram os nossos euro deputados.

Eu considero que é importante fazer o que V. Exa. acabou de descrever. Essa presença mais assídua, no âmbito da defesa dos interesses dos Açores que o Governo Regional está a fazer, mas também o que V. Exa. está a fazer, é algo que nós devemos incrementar. Nós, o Parlamento dos Açores, tendo em conta a não representação dos açorianos diretamente no Parlamento Europeu, também...

Presidente: Agradeço que termine, Sr. Deputado.

O Orador: Termina, Sra. Presidente.

... devemos incrementar a nossa ação política nesta matéria, porque essa decisão, é uma decisão que resultou, torno a repetir, de uma decisão profundamente errada e injusta do Presidente do PSD nacional, o Sr. Rui Rio.

Devo dizer também o seguinte para concluir, Sra. Presidente. Devo dizer que nesta matéria é muito importante também que de uma vez por todas exista um consenso em relação a uma matéria fundamental que é a futura eleição direta de euro deputados açorianos através da criação de um círculo regional para o Parlamento Europeu que permita a eleição de Deputados para que esses Deputados possam estar diretamente representados no Parlamento Europeu.

Ou seja, concluindo, esta sua iniciativa, Sr. Deputado Artur Lima, dadas as circunstâncias em que nos encontramos, é uma iniciativa que ainda faz mais

sentido e ainda é mais necessária no âmbito da defesa dos interesses dos Açores.

Deputado Artur Lima (CDS-PP): Muito obrigado, Sr. Deputado!

Presidente: Obrigada, Sr. Deputado.

A Mesa de momento não tem inscrições. Pergunto se há mais inscrições? Julgo não haver. Vamos então passar à votação deste Projeto de Resolução.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam façam o favor de se manter como estão?

Secretário: O Projeto de Resolução anunciado foi aprovado por unanimidade.

Presidente: Passamos agora ao ponto 10 da nossa agenda: **Proposta de Resolução n.º 17/XI – “Orçamento da Assembleia Legislativa da Região Autónoma dos Açores para o ano de 2020”**, apresentado pela Mesa da Assembleia.

Rege esta matéria o artigo 40.º, da Orgânica dos Serviços da Assembleia Legislativa.

O Plano de Atividades e o Orçamento, como é habitual, foram organizados pelos Serviços da Assembleia, sob a supervisão do Conselho Administrativo. Mereceu o parecer favorável quer da Mesa, quer também da CAPAT que é a Comissão competente em razão desta matéria.

Pergunto se há alguma inscrição? Julgo não haver.

Vamos então passar à votação.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam façam o favor de se manter como estão.

A Sra. e os Srs. Deputados que votam contra façam o favor de se sentar.

A Sra. e os Srs. Deputados que se abstêm façam o favor de se sentar.

Secretário: O Projeto anunciado foi aprovado com 27 votos a favor do PS, 16 votos a favor do PSD, 2 votos a favor do Bloco de Esquerda, 1 voto a favor do PCP, 1 voto contra do PPM e 4 abstenções do CDS-PP.

Presidente: Para uma declaração de voto tem a palavra o Sr. Deputado Artur Lima.

(*) **Deputado Artur Lima (CDS-PP):** Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados: Como sabem, causou algum espanto aqui na câmara, mas é nossa tradição. Desde algum tempo, que votamos inicialmente contra o Orçamento da Assembleia Legislativa da Região Autónoma dos Açores, por um motivo, porque não vinha discriminada a verba relativamente às subvenções. Hoje, abstemo-nos porque essa verba (por nossa insistência, e também por os serviços terem anuído e feito as coisas de um modo transparente – não estamos contra o Orçamento, estamos contra as subvenções) desta vez, vem perfeitamente discriminada. Quase dois milhões de euros de subvenções aos ex-deputados dos Açores: 1.8 (se não falha a memória) milhões de euros. No passado votávamos contra, porque não sabíamos a verba. Agora sabemos a verba, somos contra as subvenções e abstemo-nos no Orçamento. A explicação é essa para quem ainda não a tenha ouvido. Muito obrigado.

Presidente: Obrigada, Sr. Deputado.

Vamos avançar com os nossos trabalhos.

Entramos agora no ponto 12, uma vez que o ponto 11, conforme foi distribuída a nova agenda, foi retirado pelo proponente, que era o Bloco de Esquerda.

Avançamos agora para a **Proposta de Decreto Legislativo Regional n.º 25/XI – “Programa Regional para as Alterações Climáticas (PRAC)”**.

Tem a palavra a Sra. Secretária Regional.

Secretária Regional da Energia, Ambiente e Turismo (Marta Guerreiro): Sra. Presidente da Assembleia, Sras. e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Ação, responsabilidade e futuro!

Três palavras que têm de ser mais do que palavras: devem ser atitudes, devem ser consequentes e têm de ser urgentes.

De facto, não há tema mais atual e global que o combate às alterações climáticas, por ser um dos maiores desafios com que a humanidade se depara no século XXI, uma vez que os seus impactes têm a capacidade de fazer reverter décadas de desenvolvimento.

Todos os dias surgem reportagens, artigos de opinião, estudos científicos e comunicações, sejam de grandes órgãos do poder mundial, sejam de cidadãos, que já assumem uma centralidade na luta desta problemática... e aqui deixo uma referência especial àqueles, sobretudo, aos jovens, que não se escondem atrás do problema e que têm trazido para a esfera pública, com rigor e preocupação, estas temáticas, apelando a uma mudança de hábitos que não pode tardar em acontecer, não só ao nível individual, mas também nos centros de decisão e nas entidades com interesses económicos mundiais, dado que estes não se podem sobrepor ao futuro do planeta e à salvaguarda da espécie humana. É, precisamente, com estes que queremos estar, com os que não ficam para trás, com os que não ignoram, com os que não se incomodam e não se conformam com a inação e, como tal, acreditam que, em conjunto, podemos fazer com que o futuro da civilização não fique em causa, como hoje está.

O Acordo de Paris, em vigor desde novembro de 2016, estabeleceu uma nova abordagem global às alterações climáticas, por via do compromisso de ação de todos os países em efetivar uma descarbonização profunda, alcançada através da inversão, o mais rápido possível, da tendência crescente de emissões globais de gases com efeitos de estufa, com o objetivo da neutralidade carbónica.

Nos Açores, olhamos para este tema como um desafio. Um desafio que deve ser encarado como uma oportunidade para a nossa economia, promovendo a reconfiguração tecnológica e assegurando a competitividade e a

sustentabilidade futura em setores críticos, incluindo o mercado emergente das tecnologias verdes.

E não temos dúvidas que, apesar de termos um conjunto de características que apresentam grande vulnerabilidade a esses efeitos - sobretudo pela concentração de infraestruturas e pela localização de aglomerados populacionais nas zonas costeiras – é também por esta via das nossas condições climáticas e geográficas que podemos ser espaços privilegiados para a implementação de políticas ambientalmente neutras, bem como para a concretização de políticas de prevenção e combate aos efeitos das alterações climáticas.

É neste sentido e com base nestes pressupostos que o Governo dos Açores tem vindo a implementar um conjunto transversal de medidas às suas diversas áreas de atuação.

Ações essas que preparam a sociedade e o território para os impactes deste fenómeno. Um fenómeno que não se pode enfrentar apenas localmente.

Pela sua abrangência universal, reclama dos vários níveis do poder mundial, europeu, nacional e local a tomada de medidas eficazes para o seu combate.

Nos Açores, as alterações climáticas não são uma preocupação de hoje.

Os Açores contam, desde 2011, com uma Estratégia Regional para as Alterações Climáticas, que tem vindo a ser implementada e que ganha outra expressão e dimensão operativa através do Programa Regional, que hoje apresentamos nesta Assembleia.

Durante as últimas décadas, a Região desenvolveu diversas ações ao nível da mitigação e adaptação das alterações climáticas.

E permitam-me, apenas, registar aqui dois exemplos:

Por um lado, no setor da energia onde tem sido preponderante, por via da utilização sustentável dos recursos e de uma aposta forte em energias renováveis ou endógenas, contribuindo para a redução das emissões de gases com efeito de estufa, para a redução da importação, para a descarbonização da

produção energética e para a conquista de um desenvolvimento sustentável capaz de combater os efeitos das alterações climáticas, em equilíbrio com o crescimento económico.

De facto, estamos empenhados na transição energética e na neutralidade carbónica, o que nos fez apostar na elaboração da Estratégia Açoriana para a Energia no Horizonte 2030, em linha com a política da União Europeia para o clima e energia.

Por outro lado, uma aposta clara nas políticas de planeamento e ordenamento do território faz com que, atualmente, o arquipélago esteja coberto por um vasto conjunto de instrumentos de gestão territorial, abrangendo a totalidade do território terrestre e a generalidade dos recursos e valores que reclamam salvaguarda.

A capacidade adaptativa e a resiliência dos territórios às alterações só se podem construir fundadas num adequado planeamento e ordenamento do território.

Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

O Programa Regional para as Alterações Climáticas é um instrumento que reúne um conjunto diversificado de iniciativas, algumas já previstas noutros documentos, mas com a aposta num conjunto amplo de medidas inovadoras, exigentes, ambiciosas e integradas, enquanto compromisso com o futuro, não só da Região, mas da Humanidade.

Um instrumento que contou com a colaboração de um consórcio liderado pela CAOS, com o Centre for Climate Change Impacts, Adaptation and Modelling, e o Centro de Estudos e Desenvolvimento Regional e Urbano, incluindo especialistas da Universidade dos Açores, da Faculdade de Ciências e do Instituto Superior Técnico, para além da respetiva Avaliação Ambiental, que esteve a cargo da Simbiente Açores.

Ou seja, foi elaborado pelas melhores universidades, centros de ciência e especialistas do país, fazendo com que esta política seja suportada por estudos

técnicos que permitam tomar as melhores e mais transparentes decisões, ao mesmo tempo que envolveu a sociedade civil, as empresas e os cidadãos neste processo de decisão.

Neste sentido, o PRAC constitui-se como um programa setorial de ordenamento do território e apresenta elevada relevância estratégica.

Contribui para o aumento da capacitação das entidades públicas e dos seus responsáveis em matéria de adaptação, prevenção, deteção e combate dos efeitos das alterações climáticas, através da utilização efetiva de conhecimentos e dados atualizados sobre o impacto destas alterações, em especial ao nível do planeamento e da gestão do território, bem como relativamente à mitigação dos riscos naturais.

Como tal, este instrumento contribui para a coesão territorial da Região e para o reforço da segurança e da proteção dos cidadãos e dos seus bens.

E, por isso, o PRAC assume uma visão estratégica concretizada em quatro dimensões-chave: conhecimento, mitigação, adaptação e participação, com o desenvolvimento de 76 medidas, das quais 64 visam a adaptação e 12 a mitigação.

A primeira dimensão tem em vista aumentar o conhecimento do clima da Região e das várias formas de resposta às alterações climáticas, ao mesmo tempo que reafirma o papel imprescindível da ciência no apoio à tomada de decisão e a necessidade de dispormos de novas competências que permitam o aproveitamento das oportunidades que as mudanças climáticas comportam.

Neste âmbito, estamos a preparar, em conjunto com o Governo das Canárias a constituição do Observatório da Macaronésia para as Alterações Climáticas, cujo projeto foi submetido ao programa Interreg Mac 2014-2020, e envolve, não só os Açores e as Canárias, mas também a Madeira, e outros territórios da Macaronésia, designadamente Cabo Verde.

Em matéria de emissões e mitigação, já como resultado dos trabalhos do PRAC, a Região passou a ter o conhecimento específico das emissões de poluentes atmosféricos, através da elaboração do Inventário Regional de Emissões por Fontes e Remoção por Sumidouros de Poluentes Atmosféricos (estando já disponível desde julho passado na internet o relatório de 2018 com dados reportados a 2016), produzido a partir das diretrizes que são utilizadas para elaborar o inventário nacional.

Esta é uma ferramenta de extrema importância, já que habilita a Região relativamente à sua realidade em termos de emissões de gases de efeito de estufa, incluindo a identificação de quais os gases mais significativos e os setores onde os mesmos têm origem.

Neste âmbito, destaca-se um conjunto de opções de política e medidas de baixo carbono, como, por exemplo:

- O aumento de fontes de energias renováveis na rede elétrica, através de vários projetos em curso para o aumento da energia geotérmica, dos investimentos nos parques fotovoltaicos em Santa Maria e no Corvo, na construção da Central Hidroelétrica na ilha das Flores ou no projeto Graciólica;
- A introdução do veículo elétrico, através da implementação de uma estratégia para a Mobilidade Elétrica nos Açores, não só com uma rede de 26 pontos de carregamento, mas também com incentivos e ações de sensibilização;
- A aposta na eficiência energética em edifícios de serviços, domésticos e públicos, bem como na maior abrangência do Programa de Incentivo à Produção de Energia a partir de Fontes Renováveis (Proenergia).

Note-se que as medidas e ações previstas pelo PRAC permitem alcançar reduções de emissões na ordem de 19% na projeção alta e de 40% na projeção baixa, considerando o horizonte de 2030.

Por outro lado, em matéria de impactos e adaptação, procedeu-se à análise climática da Região através da elaboração de cenários e projeções climáticas no

horizonte de 2030 e 2050 e à elaboração de estudo detalhado sobre as vulnerabilidades e resposta para as alterações climáticas no arquipélago dos Açores, nos diversos setores, aumentando a resiliência e a capacidade setorial de lidar com esta matéria, mais uma vez, numa perspetiva sustentável e integrada.

Isto só foi possível através da definição de medidas de adaptação, de ações que reduzam a vulnerabilidade e a exposição aos riscos climáticos, aumentem a resistência a eventos climáticos extremos e/ou melhorem a capacidade de resposta em situação de emergência.

Em matérias de adaptação, por exemplo, foram desenvolvidos diversos instrumentos de gestão territorial e foram criados os Parques Naturais de ilha como instrumentos de salvaguarda do património natural e da nossa biodiversidade.

Mas, mais do que isso, destaco algumas medidas já em curso:

- A integração dos cenários das alterações climáticas no ordenamento e gestão dos recursos hídricos por via da revisão do Plano Regional da Água em curso;
- A incorporação dos cenários climáticos e medidas de adaptação na revisão do POTRAA;
- O AZMONIRISK – Monitorização de Zonas de Risco dos Açores;
- E a remoção e controlo de espécies exóticas ou plantação de endémicas através dos projetos LIFE a decorrer na Região, nomeadamente com a elaboração da Estratégia Regional para o Controlo e Prevenção de Espécies Exóticas Invasoras.

A quarta, e última dimensão, promove a participação, por via da mobilização e envolvimento da comunidade nos desafios das alterações climáticas.

Esta dimensão reconhece a centralidade do cidadão, ou seja, a importância que o papel que cada um pode desempenhar na adoção de soluções, nomeadamente

através da alteração de comportamentos e de decisões de consumo, tornando-as mais sustentáveis e mais adequadas aos desafios da atualidade.

E, se a dimensão cívica é essencial para o sucesso de qualquer política pública, esta torna-se absolutamente crítica para uma efetiva mudança dos paradigmas económicos e de consumo.

Por isso mesmo, preconizamos um trabalho em conjunto, com o envolvimento da sociedade civil, das empresas e dos cidadãos nesta temática, sendo imprescindível o foco na sensibilização, particularmente dos mais jovens, através de ações concretas nas escolas de educação ambiental.

Por outro lado, no diploma preambular proposto, assumindo que a resiliência do território aos riscos naturais, prevenindo a sua ocorrência e reduzindo os respetivos efeitos nas pessoas e nos bens, é um aspeto absolutamente crítico para os Açores, determina-se a obrigatoriedade do Governo disponibilizar cartografia de base de riscos naturais, contendo informação técnica que acautele a exposição e a vulnerabilidade do território a cheias, inundações, movimentos de vertente e emanações gasosas permanentes, a qual será, necessariamente, integrada nos planos especiais e municipais de ordenamento do território, cabendo a estes desenvolver cartografia de pormenor, sempre que visem qualquer intervenção em zonas de risco significativo.

Trata-se de uma norma inovadora, fazendo dos Açores pioneiros na sua introdução no ordenamento jurídico.

Aproveito também para adiantar que, ainda este mês, submetemos um projeto ao Programa LIFE da União Europeia, o projeto integrado LIFE IP CLIMAZ, que visa garantir o financiamento para a implementação de diversas medidas e ações previstas aqui no PRAC.

Se o mesmo for aprovado, como acreditamos que seja, conseguiremos um investimento superior a 65 milhões de euros nos próximos 10 anos na implementação do PRAC, nos âmbitos quer da adaptação, quer da mitigação.

Um projeto de grande abrangência, envolvendo mais de uma dezena de entidades, designadamente quatro direções regionais (Ambiente, Energia, Assuntos do Mar e Recursos Florestais), autarquias, associações e cooperativas agrícolas, a Eletricidade dos Açores, a Universidade dos Açores e a Azorina.

Com isto, pretende-se mostrar que estamos perante um trabalho contínuo, exigente e responsável, que se apoiou e fundamentou em estudos e trabalhos científicos e técnicos, que incluíram a consulta intensa de um conjunto alargado de atores, cujos contributos foram fundamentais para o resultado refletido neste programa, contando com, por exemplo, várias sessões de trabalho temáticas.

Todos estes momentos foram essenciais para que hoje possamos estar aqui a apresentar esta iniciativa legislativa, dando mais um passo para o adequado planeamento, por via de mecanismos de intervenção ao nível do território.

Mas não podemos ignorar que, como já referido, no âmbito da nossa ação governativa, particularmente desta Secretaria Regional, já existem diversas medidas e ações em curso relacionadas com as alterações climáticas que constituem, desde há muito, a antecipação das preocupações com esta temática, sobretudo através da adoção de políticas ambientais, territoriais, energéticas e de sustentabilidade.

Enfoco: o Governo não esperou pela aprovação deste programa para tomar medidas e pôr em prática iniciativas de combate aos efeitos das alterações climáticas, na adaptação, aumentando a resiliência dos nossos territórios, e na mitigação, com vista à redução das emissões.

Agir já, é uma questão de responsabilidade para todos nós e para com as gerações vindouras, pelo que a priorização de medidas e ações é importante para que se tomem as opções mais corretas e ajustadas às necessidades de cada momento e das diversas realidades que nos caracterizam.

Por isso, enquanto poder executivo, queremos liderar esta mudança no nosso arquipélago, com a urgência e exigência necessárias.

Acreditamos que este é o caminho certo, não só por via deste Programa, apresentado hoje, mas por todas as ações e medidas que temos levado a cabo, e que têm dotado a Região de uma maior, e inovadora, capacidade de ação, baseada num modelo sustentável de desenvolvimento.

O que temos atualmente já não é igual ao que tínhamos no passado. Não podemos acreditar que os nossos ecossistemas permanecerão imunes a este fenómeno. Não podemos acreditar que não teremos consequências graves no planeta e, conseqüentemente, nas nossas vidas, na nossa qualidade de vida, na nossa segurança.

Agimos de uma forma concertada, com um único objetivo – fazer com que os Açores estejam preparados para enfrentar estes enormes desafios do futuro, mas que já estão aí à espreita, através de vários instrumentos que permitam uma resiliência eficaz.

Finalizando, como procurámos identificar, os Açores estão a fazer o seu caminho e, também aqui, existem cada vez menos céticos quanto à importância do investimento e do fortalecimento das políticas públicas nestes domínios, enquanto fator fundamental para a indução das mudanças estruturais reclamadas pela nova agenda global.

Hoje, são quase incontáveis as razões para a consolidação de um novo paradigma, mas, como é óbvio, bastar-nos-ia uma única – a questão da sobrevivência da Humanidade – para concluirmos que nunca foi tão necessária uma ética para o presente e o para futuro, na relação do Homem com a Natureza.

Muito obrigada.

(Aplausos dos Deputados da bancada do PS e dos Membros do Governo)

Presidente: Obrigada, Sra. Secretária.

A Mesa já tem várias inscrições.

Tem a palavra o Sr. Deputado Alonso Miguel.

(*) **Deputado Alonso Miguel (CDS-PP)**: Muito obrigado, Sra. Presidente.

Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

As alterações climáticas têm estado na ordem do dia, no topo das agendas em todo o mundo e ainda bem, porque se não for o principal problema com que a humanidade se depara, será seguramente um dos principais e com o qual a humanidade terá de se debater durante longos períodos, e estes têm consequências gravosas e infelizmente irreversíveis em muitos casos, como temos assistido, com a situação dos fogos na Amazônia e com a perda de biodiversidade, com fenómenos de seca extrema, com aumento de frequência de eventos extremos, com degelo dos calotes polares, subida do nível médio da água do mar e tantas outras consequências.

Regiões pequenas, afastadas e com ilhas de dimensão reduzida são sinalizadas frequentemente pelos especialistas como muito vulneráveis. Ou seja, aqui o nosso problema nem é o que nós contribuímos para que, no fundo, aconteçam as alterações climáticas, aumente a emissão de gases de efeito de estufa, mas sim a forma como podemos ser afetados por esses efeitos, e veja-se que nos Açores os efeitos das alterações climáticas já se sentem de uma forma muito forte. Recentemente tivemos eventos extremos de precipitação na Ilha Terceira, em Santa Maria temos tido também períodos de seca prolongada às quais não estávamos habituados e, portanto, estamos de facto a sofrer bastante com estes efeitos das alterações climáticas.

E por isso mesmo o CDS tem, e está aqui o Sr. Deputado José San-Bento, provavelmente irá dizer que estou em modo de campanha, mas de facto o CDS ...

Deputado José San-Bento (PS): Está em modo de campanha!

O Orador: ... já há muito tempo que vem falando de alterações climáticas e já em 2014 nós apresentámos num Projeto de Resolução um conjunto alargado de medidas para combate, adaptação e mitigação das alterações climáticas e que foi, de facto, aprovado por unanimidade e que deu um contributo nesta matéria muito importante.

No nosso entender, todos os instrumentos que possam munir a Região de capacidade de adaptação, para mitigação a estes efeitos das alterações climáticas são uma mais-valia importante e por isso nós consideramos de facto que é de extrema importância ter um plano para as alterações climáticas e por isso mesmo, por diversas vezes, desde o início desta legislatura e inclusive no Programa do Governo nós perguntámos pela conclusão deste programa.

E é preciso recordar que a intenção de criar um plano regional de alterações climáticas surge como uma forma de operacionalizar a estratégia para as alterações climáticas que já foi aprovada em 2011 e a elaboração deste plano é também aprovada já em 2014 e, portanto, no fundo, o que acontece é que o plano deveria ter ficado concluído em 18 meses e isso não se verificou, muito longe disso, apenas entra em discussão nesta Casa cinco anos depois da sua aprovação, da aprovação da sua elaboração, e mais de quatro anos depois daquilo que estava inicialmente previsto. Parece-nos uma derrapagem de facto excessiva para um documento desta importância e desta natureza.

Mas apesar do atraso na conclusão do programa e da sua apresentação, é verdade, o que importa é que a Região esteja munida de um programa. Dito isto, no nosso entender este programa podia e devia ter sido mais ambicioso, mais robusto, mais rigoroso e também mais concreto a nível das medidas que são apresentadas. Até determinado ponto, este programa assemelha-se mais a uma estratégia do que a um programa que operacionaliza uma estratégia que já está aprovada. Grande parte da considerável extensão deste diploma é dedicada apenas a aspetos de enquadramento, de caracterização, de diagnóstico, de

avaliação, sendo que a componente mais relevante prática de medidas a aplicar é muito curta e muito vaga.

E depois há também um conjunto de questões que denotam alguma falta de rigor e de cuidado na realização deste estudo, desde logo a evidente falta de conhecimento da nossa realidade. Aqui a determinada altura diz que a Região é excedentária em termos de recursos hídricos. Ora, isso pode ser verdadeiro para algumas ilhas, em alguns períodos do ano, mas não é sempre.

De facto, não se pode tratar por igual aquilo que é diferente. As nossas ilhas têm demasiadas especificidades para que sejam tratadas como um todo e por isso mesmo o programa devia conter medidas específicas para cada ilha ou pelo menos medidas específicas para conjuntos de ilhas e não tratar tudo por igual. E aliás, só assim é que poderiam cumprir com dois dos sete princípios que estão estabelecidos na elaboração deste programa, nomeadamente os princípios do conhecimento e da territorialização.

No entender do CDS, estas imprecisões podiam ter sido, de facto, corrigidas, se tivesse sido atribuído este estudo à Universidade dos Açores. Envolveram-se imensas universidades internacionais, investigadores de prestígio, mas aquela que importava envolver não foi envolvida devidamente: a nossa, a Universidade dos Açores.

E para terminar, algumas destas medidas são também já extemporâneas. Veja-se, por exemplo, não faz sentido propor como medida de adaptação às alterações climáticas a revisão do plano regional de emergência e proteção civil quando a revisão já está concluída e até já esteve em fase de consulta pública. Da mesma forma, também não faz sentido que se devem considerar cenários climáticos e as medidas de adaptação propostas neste programa na revisão do plano de ordenamento turístico dos Açores (o POTRAA) dado que este se encontra numa fase inicial, portanto, isto não é verdade. Ele até já está terminado e já está também em consulta pública.

E, portanto, a Região fica de facto munida de um programa, fica munida de um instrumento, mas este instrumento podia ser muito mais rigoroso, muito mais detalhado, muito mais robusto.

Muito obrigado.

Presidente: Obrigada, Sr. Deputado.

Sra. Deputada Catarina Furtado, tem a palavra.

(*) **Deputada Catarina Chamacame Furtado (PSD):** Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sras. e Srs. Membros do Governo:

As alterações climáticas constituem um fator indiscutível de mudança. Apesar da discussão sobre as razões que as determinam, existe considerável unanimidade e consistência científica nos argumentos que lhes atribuem razões antropogénicas.

O 5.º relatório do painel intergovernamental sobre mudanças climáticas, que é o órgão responsável por estudos sobre o aquecimento global, salienta que as evidências científicas relativas à influência da atividade humana sobre o sistema climático são mais fortes do que nunca e que o aquecimento global do sistema climático é inequívoco. Um estudo de 2017 revela que existe 90% de probabilidade de que o aumento das temperaturas médias no século XXI ronde valores entre os 2 e os 4,9.ºC, o que resultará em graves e irreversíveis problema ambientais.

Atualmente as alterações climáticas são consideradas uma das maiores ameaças ambientais do século XXI com consequências profundas e transversais, seja ao nível ambiental, económico e social.

Se por um lado é certo que as mudanças climáticas sempre foram registadas ao longo dos biliões de anos do planeta terra, por outro lado sabe-se que no último século o ritmo entre as variações climáticas sofreu uma forte aceleração.

Sendo este um assunto que ocupa especial destaque na agenda política mundial, na Região temos de facto vindo a dar alguns passos relevantes nesta matéria.

Em 2007, o documento “Desafios do Protocolo de Quioto na Região Autónoma dos Açores – Diagnósticos e Perspetivas” referenciou a situação da Região no contexto do Protocolo de Quioto e no designado mercado de carbono.

Em 2009, considerando a influência e as consequências das alterações climáticas na Região, criou-se a Comissão para as Alterações Climáticas na Região Autónoma dos Açores que possuía, entre outros objetivos, a elaboração de uma proposta de Estratégia Regional para as Alterações Climáticas.

A dita Comissão elaborou a Estratégia Regional para as Alterações Climáticas tendo presente, entre outros objetivos, os objetivos do Protocolo de Quioto, a Convenção-Quadro para as Alterações Climáticas e o desafio que as alterações climáticas colocam à comunidade internacional.

A estratégia a seguir, segundo se pode ler na Resolução do Conselho de Governo de 2011 que a aprovou, pretendia atacar a origem do problema através de políticas de mitigação centradas essencialmente na redução das emissões de gases com efeito de estufa, bem como através de ações e políticas de adaptação que permitam às sociedades lidar com as transformações que, mesmo assim, se afiguram inevitáveis.

Nesse sentido, e pese embora o contributo da Região para o fenómeno do aquecimento global seja ínfimo, a estratégia preconizava simultaneamente um esforço para a redução das emissões antropogénicas de gases de efeito de estufa, bem como uma adaptação aos impactes resultantes dos cenários previstos para o fenómeno das alterações climáticas.

Com a finalidade de operacionalizar a Estratégia Regional para as Alterações Climáticas, determinou-se a elaboração do Plano Regional para as Alterações Climáticas. Este plano, cuja decisão de elaboração foi tomada pelo Governo Regional em maio de 2014, pretendia aumentar o conhecimento sobre os impactes das alterações climáticas na Região, contribuindo para capacitar e apoiar os responsáveis políticos a decidir em matéria de prevenção, deteção e

combate dos efeitos das alterações climáticas. O plano para as alterações climáticas seria composto por estratégias sectoriais, as quais integrariam as medidas e ações consideradas pertinentes para cada um dos setores, designadamente aquelas que já se encontravam em curso.

Nas estratégias sectoriais, deveriam ser considerados todos os aspetos relevantes, designadamente os atores, o domínio geográfico de aplicação, as infraestruturas, os recursos, bem como as fontes de financiamento para a implementação da respetiva estratégia.

Falava-se de um plano operacional bastante ambicioso; era esse plano que esperávamos estar aqui hoje a discutir, mas infelizmente não é bem, bem isso que sucede.

Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados:

Vejam-se os objetivos estratégicos associados à elaboração do plano que agora se discute:

- Estabelecer cenários e projeções climáticas para os Açores no horizonte 2030;
- Estimar as emissões regionais de gases de efeito de estufa sectorialmente;
- Definir e programar medidas e ações de aplicação sectorial para redução das emissões de gases de efeito de estufa, estimando o seu potencial de redução;
- Definir e programar medidas de mitigação e de adaptação às alterações climáticas para os diversos setores estratégicos;
- Proceder à avaliação e análise do custo-eficácia das medidas e ações propostas e definir responsabilidades sectoriais pela respetiva aplicação;
- Identificar mecanismos de financiamento e definir programas de monitorização e controlo da implementação.

Não temos dúvidas que estes são objetivos essenciais para a missão da Estratégia Regional para as Alterações Climáticas. Esperaríamos, por isso, que o programa que se aprecia cumprisse com todos estes objetivos e fosse uma ferramenta determinante para a redução da vulnerabilidade e exposição

resultante das alterações climáticas e para o aumento da capacidade de resposta a eventos meteorológicos extremos e/ou situações de emergência relacionadas com as alterações climáticas.

A verdade, no entanto, é que este programa, tal como está, não responde completamente às expectativas de quem leu a Estratégia Regional para as Alterações Climáticas. As medidas de aplicação sectorial propostas neste programa para a redução das emissões de gases de efeito de estufa esgotam-se praticamente nas que já constam de um conjunto de outras iniciativas, admitindo-se até que desse conjunto, e passo a citar, “resulta já um elevado contributo para a valorização ambiental e da economia regionais, bem como para os esforços de mitigação e adaptação às alterações climáticas”.

Quanto às iniciativas em causa referem-se, por exemplo, o Plano Estratégico para a Energia dos Açores (o qual relembramos que foi abandonado), o Plano Regional de Ordenamento do Território dos Açores, o Plano Estratégico de Prevenção e Gestão de Resíduos dos Açores, ou o Plano de Gestão da Região Hidrográfica dos Açores.

E a verdade é que além das medidas que já constam daqueles e de outros documentos sectoriais, estratégicos, orientadores existentes, pouco se acrescenta neste programa. Os 650 mil euros, mais de meio milhão de euros, pelos objetivos associados à elaboração deste programa e também pela importância da temática que todos reconhecemos, seria de esperar um programa mais ambicioso.

Este é um passo importante para a mitigação e adaptação às alterações climáticas, é verdade, mas enquanto principal ferramenta operacional para a redução da nossa vulnerabilidade às alterações climáticas e para o aumento da nossa capacidade de resposta às situações de emergência relacionadas com as alterações climáticas, tem algumas falhas que deverão ser corrigidas.

Em relação à programação das medidas e ações, por exemplo, ela deveria implicar um programa mais consistente e coerente.

No programa está em falta uma avaliação e análise de custo-eficácia das medidas e ações propostas, sendo que para muitas das medidas nem se apresenta a estimativa de custo.

Esta lacuna e incumprimento para com um dos objetivos associados à elaboração do programa é, achamos nós, grave e obriga-nos a considerar que este documento carece de melhorias; melhorias que esperamos venham a ser feitas no âmbito do processo de avaliação e acompanhamento da implementação do programa previsto no art.º 7.º da proposta de diploma que se aprecia.

Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados:

O facto de os Açores, no contexto global, serem um ínfimo emissor de gases com efeito de estufa, não nos isenta de exigência ao nível das políticas climáticas. Estamos, enquanto espaços insulares, profundamente dependentes dos sistemas regulados pelo clima e, logo, bastante vulneráveis à variabilidade climática, à evolução do estado do tempo e aos fenómenos climáticos extremos. Estamos a falar de uma maior vulnerabilidade em impactos ambientais e socioeconómicos de elevada magnitude que se aplicam a ecossistemas terrestres e aquáticos, à saúde humana, às acessibilidades, às acessibilidades hídricas, alimentares e energéticas, à segurança das pessoas e bens ou à capacidade produtiva e à competitividade dos setores económicos.

O Instituto Português do Mar e da Atmosfera, o IPMA, considerou superficial a descrição metodológica relativamente à modelação climática e evidenciou a falta de considerações das referências importantes disponíveis tal como o Atlas Climático dos arquipélagos das Canárias, da Madeira e dos Açores.

O Dr. Eduardo Brito de Azevedo, professor da Universidade dos Açores, ouviu ...

Deputado Francisco César (PS): O nosso mandatário na Terceira!

A Oradora: Exatamente.

... na qualidade de especialista em climatologia, reforçou estas fragilidades do documento e acrescentou que o plano peca por apresentar pouco conhecimento sobre a realidade insular.

Referiu que esperava uma abordagem sectorial mais exaustiva, tendo considerado as medidas propostas demasiado genéricas e sem contemplar as especificidades de cada ilha. Nós concordamos.

Estamos a discutir um documento que custou mais de meio milhão de euros e que peca por apresentar cenários prospetivos de emissões por sector pouco consistentes e medidas de adaptação e mitigação demasiado generalistas.

Acreditamos, ainda assim, no esforço associado ao programa que se discute. Acreditamos que existe boa-vontade e vontade de ação concreta nesta matéria, mas gostaríamos de ter visto mais ambição neste documento operacional pois acreditamos que o desafio das alterações climáticas exige mais.

Disse.

Deputado Luís Maurício (PSD): Muito bem!

(Aplausos dos Deputados da bancada do PSD)

Deputado Francisco César (PS): Então não há propostas de alteração!

Deputado Luís Maurício (PSD): Não havia toner!

Deputado Luís Garcia (PSD): Para depois os senhores chumbarem!

Presidente: Obrigada, Sra. Deputada.

Tem agora a palavra o Sr. Deputado José Contente.

(*) **Deputado José Contente (PS):** Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sras. e Srs. Membros do Governo:

Eu gostaria de começar esta intervenção por dizer que, mais uma vez, na Assembleia Legislativa da Região Autónoma dos Açores, se analisa e discute um instrumento que me parece que pode e deve fazer história no Edifício Autónimo, perante aquilo que podem ser as divergências, que as há, mas que não deixa de se enquadrar numa problemática que é mundial. Relembrando uma célebre frase do Presidente Barack Obama: “O clima está mudando mais rápido do que as ações para lidar com estas questões.” E isso significa que houve aqui um acontecimento mundial, que acabou por não deixar surpresos os cientistas, as pessoas que se preocupavam e ocupavam dessas matérias, mas os decisores, como se tem visto ultimamente com o Presidente Trump, o Bolsonaro e outras pessoas que, de algum modo, não acreditam neste tipo de fenómenos, mas que todos os dias eles acontecem e demonstram exatamente o contrário.

Bom, partindo aqui por algumas partes, face a algumas afirmações, eu gostaria de repor, face a algumas afirmações, algum rigor perante aquilo que foi dito nas Comissões onde eu estive presente, nomeadamente o Professor Brito Azevedo, que foi insigne professor do Sr. Deputado do CDS, o que é importante também, mas também é meu conhecido, enquanto responsável pela Ciência e Tecnologia, pela implementação de projetos climatológicos nos Açores, portanto, como: o Atmospheric Radiation Measurement, na Graciosa; o *[inaudível]*, que estudava na estratosfera os coloides, que, de algum modo, determinavam também um projeto americano importante; e o *[inaudível]*, que era um projeto importante em altitude.

Deputado Luís Garcia (PSD): Isso é que é importante!

O Orador: Ó Sr. Deputado Luís Garcia, deixe-se disso porque isto é outra coisa!

Bom, mas gostaria de dizer que o Sr. Professor Brito Azevedo começou mesmo por dizer uma coisa que revela o seu grande carácter. Ele concorreu a este plano num concurso público (ou a Universidade dos Açores), perdeu o concurso

público no sentido que não foi adjudicada a obra e por isso disse que, de algum modo, sabendo que não há neutralidade sociológica em nada nem também na ciência, que, de algum modo, isso tinha que ser considerado nas suas afirmações. Mas disse também coisas que não foram só aquelas que vieram aqui para a discussão, para o debate. Disse, por exemplo, nessa audição, instado por mim, mas por outras pessoas, que o plano era um primeiro passo importante e que ia ajudar a enfrentar com maior resiliência o futuro no que diz respeito às alterações climáticas. Está lá no relatório, como se sabe. E disse também que, efetivamente, estas questões tinham sempre um princípio, meio e fim.

E bastaria perceber o que é que aconteceu a nível nacional para também percebermos que nós não estamos assim tanto atrasados em relação à metodologia, por exemplo: a estratégia nacional apareceu em 2010 e depois teve a aprovação formal em 2015; teve um relatório intercalar em 2016; teve um lançamento da reforma nacional de adaptação em 2017; teve um relatório intercalar em 2018; vai ter uma revisão formal da estratégia em 2020; e depois terá o relatório final, que será o plano de avaliação, em 2020. E, portanto, nós, quando falamos aqui em termos temporais, que nós começamos em 2011 e temos esse espaço de tempo, obviamente que isso tem a ver com uma situação que é construtiva em termos de um processo de construção e dá para fazer essas reavaliações que o próprio plano permite. Portanto, aqui, não nos parece que haja atraso.

Deputado João Vasco Costa (PS): Muito bem!

O Orador: Uma primeira questão que eu gostaria de dizer, de aqui deixar claro. Depois, também gostaria de dizer que este plano pode ter e tem pessoas que carrearam, com a sua autoridade, uma visão um pouco diferente de algumas críticas que podem ter surgido aqui. O Professor Viriato Soromenho-Marques, que é também uma autoridade nessa área, referindo-se a um trabalho mais exaustivo do Professor Filipe Santos, que é a maior autoridade de climatologia

em Portugal, numa entrevista que deu ao Correio dos Açores, veio dizer, e com a sua autoridade, que, de facto, os Açores, independentemente de irem sentir no futuro essas alterações climáticas com menos intensidade que o continente, de acordo com, de facto, aquilo que ele também estudou, disse que o PRAC parece ir no sentido correto, incluindo no seu âmbito praticamente todas as áreas relevantes de política pública. Por isso, há aqui também visões que me parece importante carrear para esta fase do debate.

Depois, em matéria mais concreta, eu gostaria de dizer o seguinte: este plano já conta e inscreve, e bem, o Plano de Gestão dos Riscos das Inundações da Região Autónoma dos Açores, que foi aprovado nesta Casa, o Plano da Gestão da Região Hidrográfica dos Açores, que foi aprovado aqui, o Plano de Riscos Geológicos, que está em vigor na Região Autónoma dos Açores, e por isso é efetivamente um plano integrador em termos de políticas sectoriais. Mas, como plano, merece e deve estar à discussão e tem períodos de aperfeiçoamento com as suas revisões.

Mas gostaria também de fazer aqui algumas lembranças que me parecem importantes: vi (qual é que era?) o programa eleitoral do PSD para as próximas eleições, nomeadamente, porque agora também faz parte das questões transversais aos partidos, em matéria de alterações climáticas. E, por exemplo, numa das alíneas da redução das emissões de CO₂ e da promoção de energias renováveis, o programa eleitoral do PSD apresenta uma meta para o País, para 2020, da ordem dos 31%. E até diz que houve uma baixa, e houve uma baixa, de 2017 para 2018, em matéria de uso de energias renováveis. Ora, os Açores não têm 31%! Neste momento, já têm 39% de uso de energias renováveis em matéria dessas emissões!

Mais, gostaria também aqui de dizer que na utilização da energia da biomassa, que é uma coisa que o programa eleitoral do PSD considera importante, e é, nos

Açores também já há duas centrais de biomassa – na Terceira e no Pico – que contribuem importantemente para essa situação.

Portanto, este plano é também o resultado da realidade e do contexto dos Açores, que, como foi aqui dito pelo Governo Regional, é um contexto que, felizmente, nós estamos em tempo e a tempo de continuar a fazer as coisas bem feitas.

Foi aqui também dito que na Graciosa havia o projeto Gracióllica, que tinha uma inovação fundamental em matéria de estruturas e instalação e de armazenamento.

Em relação à eficiência energética, nós sabemos também que temos o Programa de Eficiência Energética da Administração Pública Regional; temos um outro de incentivo regional – o ProEnergia –, que também concorre para esta problemática da baixa economia do carbono ou da economia hipocarbónica; temos, felizmente, também em curso a elaboração da Estratégia Açoriana para a Energia 2030; temos também a implementação da mobilidade elétrica como um projeto importante que concorre para as alterações e para a mitigação das alterações climáticas, o aviso saiu agora recentemente, em 28 de maio, e esse projeto decorre até 31 de dezembro; temos, em matéria de fiscalidade verde e de produção de economia circular. Eu estou-me cingindo aos pontos considerados importantes no programa eleitoral do PSD para as eleições deste ano e estou a dar respostas açorianas a essas situações que são prioritárias nesse programa eleitoral.

Deputado José San-Bento (PS): Muito bem!

O Orador: E, por isso, é para dizer também que mesmo ao nível da questão do uso dos plásticos, que é uma coisa que esse programa eleitoral dá grande relevância, nós passamos da utilização de 352 sacos plásticos por cada habitante para, com as medidas aprovadas aqui, 63 sacos plásticos por habitante. Em matéria de toneladas entradas de plástico na Região, passamos de 562,2

toneladas para 100,1 toneladas anuais. Portanto, há aqui também mais uma medida importante de combate e mitigação às alterações climáticas que fazem parte do contexto da Região Autónoma dos Açores e que devem ser valorizadas mais do que os pormenores.

Gostaria também ainda de continuar a dizer que, sob o ponto de vista da economia verde e da utilização das florestas, há, de facto, aqui, um caminho importante, não só com os 60 hectares que a Direção-geral do Ambiente já comprou para haver atraso nas eutrofizações e das situações ligadas à questão das lagoas, como também em toda a política florestal dos Açores que, por si própria, é um fator importante em termos de mitigação das alterações climáticas.

E gostaria de dizer também que nos Açores a reciclagem é também um exemplo a nível nacional, porque, enquanto nos Açores são 37,7 quilogramas por habitante, no continente são 63 quilos que efetivamente as pessoas produzem.

Por isso e sem parar o debate aqui, porque provavelmente haverá mais debate, o Grupo Parlamentar do PS reconhece nesta proposta que o Governo, como todas as organizações e nós próprios na nossa vida, não temos todas as respostas, mas sabemos que com este plano podemos continuar a trabalhar com as empresas e com as pessoas e podemos continuar a seguir caminhos que mitigam as alterações climáticas e que, de algum modo, continuam a pôr os Açores numa agenda positiva em matéria de alterações climáticas.

Muito obrigado.

Vozes dos Deputados da bancada do PS: Muito bem!

(Aplausos dos Deputados da bancada do PS e dos Membros do Governo)

Presidente: Obrigada, Sr. Deputado.

Sr. Deputado Paulo Mendes, tem a palavra.

(*) **Deputado Paulo Mendes** (*BE*): Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sra. Secretária, Srs. Membros do Governo:

Bem, estamos, hoje, aqui, a debater o Plano Regional para as Alterações Climáticas depois de uma longa permanência desta proposta na Comissão especializada para o efeito. Espero que tenha havido um debate profícuo também em Comissão. Infelizmente, eu não participei desse debate porque não tenho presença permanente nessa mesma Comissão. Claro que esse poderia não ser motivo, mas também devam compreender que o nosso Grupo Parlamentar é constituído tão e somente por dois Deputados, apesar de o colega António Lima ter participado, de certeza, em algumas dessas reuniões da Comissão.

Bem, o plano, em si, acaba por partir de um pressuposto que é correto: faz uma projeção para o futuro, que é aquela que é reconhecida por todos nós, pelo menos no que diz respeito aos Açores. Portanto, no futuro, haverá uma tendência para um aumento de ocorrência de eventos extremos a nível climático, sendo certo que haverá ainda maiores ocorrências de ventos fortes e tempestades e até mesmo furações. Não é que sejam eventos, infelizmente, que nos sejam novos, mas serão, infelizmente, cada vez mais frequentes.

No entanto, por outro lado, teremos também verões cada vez mais secos. E até, atualmente, até há muito pouco tempo...

Deputada Graça Silveira (*CDS-PP*): Não foi o exemplo deste ano!

O Orador: Sim, essa é a exceção. Mas o ano passado, o verão foi bastante seco, com consequências nefastas para vários setores da atividade económica e muito em particular para a agricultura.

Ora, sendo certo que se parte desta projeção, também é certo, e já foi aqui referido por alguns Srs. e até mesmo pela Sra. Deputada Catarina Furtado, o PRAC não considera que... perante a projeção deste cenário, a Região não terá os seus recursos hídricos em risco, porquanto bastará aplicar ou continuar a aplicar aqueles que são alguns planos que estão neste momento em vigor. E

aqui vou-me referir a alguns deles: o Plano Regional da Água, que, aliás, aquele que está em vigor é aquele que foi aprovado em 2003 e que deveria ter um prazo de vigência até 2013, um prazo de vigência, portanto, de 10 anos, é verdade que atualmente está em revisão, já se iniciou essa revisão; o Plano de Gestão da Região Hidrográfica dos Açores; e os Planos de Ordenamento de Bacias Hidrográficas das Lagoas. Ora, mas seria aconselhável, no futuro e perante esta projeção que é reconhecida pelo próprio plano, que estes planos fossem mais periodicamente revistos, que tivessem uma maior periodicidade na sua revisão. Gostaria de questionar a Sra. Secretária se essa maior periodicidade na revisão destes planos também está assumida e será uma realidade no futuro.

Vou aqui reafirmar aquelas que foram algumas das críticas apontadas pelo Professor Eduardo Azevedo, em Comissão, as quais eu tive conhecimento através da leitura do relatório da respetiva Comissão e que já foram aqui apontadas. E, de facto, o Professor Eduardo Azevedo tece uma série de críticas, sendo que uma delas, a principal, é que este plano não reflete, não expressa um verdadeiro e integral conhecimento da Região, até porque as medidas são demasiado genéricas, não considerando aquelas que são as diferentes realidades de ilha para ilha. E, claro, como isso não é considerado, também alguns aspetos locais não são abordados nas medidas previstas no plano. O Professor Eduardo Azevedo, no que diz respeito à orla costeira e aos riscos que possam vir a ocorrer na orla costeira, refere o exemplo das Lajes do Pico que não é identificada como uma zona de risco. Eu acrescentaria mais um, não sei se estarei a ser demasiado alarmista, mas parece-me que deveria ter sido considerado, que é o caso da Terceira. E quando estamos a falar em recursos hídricos, no futuro, quem sabe, os aquíferos da Praia da Vitória poderão ter de ser encerrados. Poderá ocorrer. Não sabemos, mas poderá ocorrer. E o plano deveria dar uma resposta a esta contingência eventual no futuro, sabendo que é claro que, perante o cenário atual, bastará à ilha Terceira contar com os

aquíferos do concelho de Angra do Heroísmo para abastecer de água toda a ilha. Isso é verdade. Mas, no futuro, será que essa será uma garantia, ou, antes pelo contrário, poderá colocar em risco aquele que é o abastecimento de água na ilha Terceira?

Passando dos recursos hídricos para os transportes, ora, o plano prevê, e ainda bem que assim o faz, uma restrição à utilização do automóvel. Em primeiro lugar, gostaria de saber quais as medidas previstas para contemplar estas restrições e que restrições são estas. Mas fico preocupado também porque estas restrições à utilização do automóvel particular devem ser acompanhadas, como é óbvio, de alternativas, porque também não podemos limitar a mobilidade das pessoas. As únicas alternativas que consigo identificar é o incremento da utilização da bicicleta, com o qual nós concordamos, mas que não é o suficiente, ...

Deputado Artur Lima (CDS-PP): Onde? Em Angra do Heroísmo, naquela calçada?

Deputada Graça Silveira (CDS-PP): No caso dos Açores é um desporto de alto risco!

O Orador: ... e a transição da mobilidade automóvel, portanto, do fornecimento ou do abastecimento de gasolina e gasóleo, para energias alternativas e sustentáveis como a energia elétrica.

Nós consideramos que é preciso ir mais além, era necessário, não só que os transportes coletivos terrestres façam esta transição dos combustíveis fósseis para o elétrico, como também é muito importante, se calhar mais importante do que esta transição, arranjar medidas de incentivo à utilização dos transportes públicos terrestres. E aqui refiro-me àquelas que são as medidas mais evidentes: primeiro, reduzir as tarifas; segundo, garantir que haja uma maior regularidade dos transportes coletivos terrestres com maior número de circuitos; e não haver

limitações na mobilidade das pessoas que queiram utilizar o transporte coletivo terrestre.

Deputada Graça Silveira (CDS-PP): O que é que isso quer dizer?

O Orador: E aqui refiro-me à transição do passe que atualmente existe e que é um passe que só garante uma mobilidade de trajeto, em vez de ser por zona. E aqui na Região faria todo o sentido que também fosse por zona.

Quanto aos resíduos, matéria que foi, aliás, referida pelo Sr. Deputado José Contente, que se concentrou naquilo que foi atingido pela Região, alcançado pela Região, mas não referiu aquilo que deveria ter sido alcançado. E em termos de reciclagem, e estamos a 1 ano de 2020, é certo que a Região não irá cumprir as metas de reciclagem até 2020. Essas metas seriam de atingir os 50% de resíduos reciclados e isso não irá acontecer certamente. E até mesmo por isso e se calhar porque o Sr. Deputado José Contente se concentrou unicamente naquilo que se conseguiu atingir e não no incumprimento da meta de um objetivo já para o ano que vem, é que este plano é omissivo quanto às metas da reciclagem, nem mesmo quanto à necessidade de se reduzir a sua produção. E essa é uma omissão grave e essa era uma informação, uma meta que deveria estar identificada no plano e que, pelo menos pelo que nós constatamos, não está. Se estivermos errados, então, Sra. Secretária, faça o favor de nos corrigir. Obrigado.

Presidente: Obrigada, Sr. Deputado.

Sr. Deputado Paulo Estêvão, tem a palavra.

(*) **Deputado Paulo Estêvão (PPM):** Sra. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Como sabem, o PPM é um partido ambientalista, o primeiro que surgiu na história da democracia portuguesa. Surgimos... muita gente dentro do nosso partido disse e diz que surgimos antes de tempo, quando o ambiente não era ainda tão valorizado, nas décadas de 70 e de 80. Mas o nosso fundador foi um

homem e é um homem genial, o Gonçalo Ribeiro Telles, foi o primeiro Secretário de Estado do Ambiente e teve a oportunidade de implementar medidas absolutamente fundamentais no âmbito da defesa do ambiente em Portugal, que na altura não eram valorizadas. E fundamentalmente teve um papel importante em 1975, mas, sobretudo, nos Governos AD, com o PSD, o CDS e o próprio PPM.

Devo dizer que nós somos um velho partido ambientalista, temos como objetivo político valorizar ainda mais a nossa virtude, a nossa condição de partido ambientalista, o primeiro dos partidos ambientalistas em Portugal. E devo dizer que as alterações climáticas são o grande objetivo do partido, nomeadamente, tendo em conta que temos representação parlamentar nos Açores e não temos na Assembleia da República, o partido está a tentar dar um contributo importante no âmbito do programa regional para as alterações climáticas. O nosso objetivo era que fosse possível, em setembro, apresentar um conjunto de iniciativas que fortalecessem o plano que está a ser elaborado nos Açores. Devo dizer que conto com a colaboração de vários ambientalistas do partido que estão a trabalhar estes documentos e sobretudo a fazer um estudo comparativo com outras regiões e países que também implementaram já ou estão a implementar os seus próprios projetos de alteração de combate às alterações climáticas. E estamos a fazer essa recolha de dados. Mas este é, de facto, um trabalho longo. Não nos é possível entregar estes dados no âmbito deste debate. Este debate surge cedo demais porque nos atrasamos. E, mais do que isso, a nossa ambição de apresentar resultados. Já verificamos que vamos precisar de mais alguns meses para concluir a nossa participação nesta matéria. Mas para mim é um orgulho ter o partido, os quadros do partido a estudar este plano no sentido de melhorá-lo substancialmente e dar o nosso contributo no futuro, ainda nesta legislatura.

Devo dizer também que, obviamente, a nossa votação é uma votação favorável ao documento que aqui é apresentado, tendo em conta que significa um avanço significativo. Claro que é possível melhorá-lo. Claro que é possível melhorar a coordenação. Claro que é possível ampliar a nossa ambição nesta matéria. Mas, de qualquer das formas, é um princípio e o próprio Governo reconhece que este é um documento que ficará em aberto, que pode ser melhorado constantemente. Aliás, tem mecanismos que permitem a sua melhoria e que permitem absorver os contributos que, daqui para a frente, a sociedade civil possa fazer.

Aliás, falando em sociedade civil, há uma coisa que também ficou patente: foi que esta é uma questão que interessa a nível nacional, a nível internacional, mas nos Açores a participação da sociedade civil foi residual. E, evidentemente, a culpa também não foi das entidades. Foi solicitado às diversas entidades da nossa sociedade civil que dessem um contributo nesta matéria e, portanto, essas entidades não o fizeram. Por isso esta é uma pecha, é uma pecha deste plano, mas é uma pecha, não do Governo, mas da nossa sociedade. Todos temos o dever de participar, todos temos o dever de dar um contributo e o contributo não foi um contributo muito importante nesta matéria do ponto de vista do empenho da sociedade civil açoriana nesta matéria, nomeadamente das entidades ambientalistas.

Devo dizer também e essa pergunta foi-me feita pelos alunos quando discutiram no Parlamento Jovem esta matéria, perguntaram: mas vale a pena, regiões que têm um peso demográfico tão pequeno e, portanto, a nossa Região não está a ter uma influência determinante no âmbito das alterações climáticas que possam vir a suceder? Bem, essa era a pergunta que os alunos me faziam: qual é a nossa responsabilidade? É claro que a nossa responsabilidade é muito pequena. Países como a China ou como os Estados Unidos ou como a Índia, que são países como uma demografia poderosa, com uma produção industrial enormíssima e com desperdícios tremendos, esse conjunto de países está a ter uma

interferência e está a ter uma projeção do ponto de vista das alterações climáticas muitíssimo superior. Ainda por cima se alguns deles, como os Estados Unidos ou a própria China, estão a ser governados por gente que não acredita no impacto das alterações climáticas, inclusivamente por políticos, como o Sr. Presidente Trump, que tomam decisões que significam uma quebra no compromisso, por exemplo dos Estados Unidos, no âmbito do combate às alterações climáticas. E, portanto, para países como os Estados Unidos, que estão a reverter algumas das suas políticas na área do ambiente, é evidente que estas decisões têm um impacto enorme. Por isso, que compromisso é que nós damos? Nós, foi isso que eu respondi aos alunos, damos o nosso grãozinho de areia, damos o nosso contributo. É muito importante que todos o façam. Esta batalha pode ganhar-se e estar a começar a ganhar-se. Não sei se ainda vamos a tempo. Espero, sou otimista nestas matérias, porque vejo um enorme empenho dos mais jovens da nossa sociedade nesta matéria, que é um empenho cada vez maior, uma preocupação cada vez maior, porque, afinal, o planeta fica para eles. E eles têm a perceção que é necessário fazer e é necessário um empenho muito grande nesta matéria. E sou otimista, o que eu vejo é cada vez mais gente preocupada com estes assuntos em muito países da Europa, em muitos países da América, em países africanos e asiáticos. Portanto, eu acredito que, também nas grandes potências industriais que estão a causar uma poluição enorme, a opinião pública acabe por se impor a governantes que estão a ter políticas e estão a implementar políticas absolutamente irresponsáveis na área do ambiente.

Nós sabemos que isto agora é uma corrida contra o tempo no sentido de tentar evitar os efeitos devastadores que estão a ocorrer. De qualquer das formas, é um compromisso de todos. E, evidentemente, também é um compromisso dos Açores. E nós temos o nosso próprio contributo a dar nesta matéria, inclusivamente sendo nós um santuário do ambiente no Oceano Atlântico.

Por isso, eu considero que este é um passo importante e tenho a certeza que vamos melhorar este plano. E da nossa parte, do PPM, não tendo sido possível fazer, o que posso dizer é que estamos a trabalhar nesta matéria e vamos dar o contributo também à sociedade civil açoriana, ao Governo dos Açores.

Presidente: Obrigada, Sr. Deputado.

Sra. Secretária Regional, tem a palavra.

(*) **Secretária Regional da Energia, Ambiente e Turismo** (*Marta Guerreiro*):

Sra. Presidente, Srs. Deputados, Sr. Membro do Governo:

No tempo que me resta gostaria de aflorar os principais tópicos, alguns deles que foram repetidos pelos grupos parlamentares.

O primeiro de todos, algo que será um pormenor, mas que gostava de vincar que tem a ver com os prazos associados à elaboração do PRAC.

Efetivamente foi a resolução do Conselho de Governo de 28 de maio de 2014 que despelotou a sua elaboração, mas prevendo como é obrigatório um procedimento de concurso público só foi assinado o contrato para a elaboração do PRAC em outubro de 2015.

Dar nota que esta elaboração terminou em julho de 2017 ao qual se seguiram as necessárias e obrigatórias consultas a entidades e elementos do CRADS, mas também discussão pública que terminou em novembro de 2017.

Este documento foi aprovado em Conselho de Governo no final do semestre seguinte, portanto, entregue nesta Casa há pouco mais de um ano atrás. É importante termos presente estes prazos quando analisamos ou criticamos a demora dos mesmos.

Depois, naturalmente no que diz respeito a algumas notas sobre falta de conhecimento ou falta de rigor. Relativamente a este programa todos devemos ter consciência que não há programas perfeitos e naturalmente todos têm alguma margem de melhoria, mas referências como esta carecem obviamente de uma sustentação que neste caso não existirá.

Gostava de dar nota de que relativamente a esta matéria e como referi na minha introdução, o PRAC foi elaborado pelas melhores universidades, centros de ciência, especialistas do país, incluindo da Universidade dos Açores.

Como já há pouco foi referido teve como consultor o principal climatologista nacional, o Prof. Filipe Duarte Santos, atual presidente do CNADS, que teve um contributo muito positivo para esta matéria.

É importante também nós percebermos que os estudos técnicos não podem ser discutidos de forma ligeira. Devem ser considerados pelos políticos nas suas decisões. A nós compete-nos fazer política, mas respeitar o trabalho técnico que está a ser feito e não é verdade que tenha ficado de fora a Universidade dos Açores no que diz respeito ao conhecimento da Região.

Relativamente, em concreto, às críticas alegadas aqui e recolhidas no relatório da comissão do Prof. Brito e Azevedo, enfim, com uma terminologia lançada, julgo eu, pelo PSD como erros de palmatória, deve ser vista com o seguinte enquadramento: a equipa técnica responsável pela elaboração deste programa envolveu diversos especialistas da Universidade dos Açores em temáticas como recursos hídricos, zonas costeiras, ordenamento do território, pescas, agricultura e florestas, destacando que a elaboração do programa não só foi acompanhada de forma contínua pelos diversos departamentos da administração regional diretamente relacionados com os setores em causa, como também beneficiou de um intenso programa de participação e envolvimento de outros departamentos da administração regional.

Refira-se, por exemplo, que a respeito da temática dos recursos hídricos, que é uma temática que também já foi levantada aqui dado, por exemplo, com o Prof. Brito e Azevedo, como uma daquelas onde é manifesto o desconhecimento da Região foi precisamente desenvolvida pelo seu colega, Prof. Vítor Gonçalves, do departamento de Biologia da Universidade dos Açores, investigador da CIBIO, e com extensa e diversa prática no domínio da investigação, do

planeamento, do ordenamento do território, especialmente relacionada, entre outras temáticas, com as massas de água superficiais nas diversas ilhas da Região Autónoma dos Açores.

Portanto, quando se faz críticas é preciso saber fundamentá-las para sermos rigorosos, especialmente em matérias bastante técnicas.

Ainda falando de recursos hídricos não se pode dizer com leviandade que é um erro dizer que o balanço hídrico da Região não é muito positivo, porque é em todas as ilhas. Há problemas efetivamente no caso da Graciosa e no caso do Pico de intrusão salina. Isso não tem a ver com o balanço hídrico. São questões diferentes que devem ser tratadas da forma técnica que as mesmas merecem.

Deputado Alonso Miguel (CDS-PP): Excedentário!

A Oradora: Relativamente a outra crítica que foi colocada aqui de termos medidas extemporâneas ou de estarmos a considerar neste programa várias medidas ao programa já em execução, pois eu acho que é das melhores críticas que podem ser feitas. Significa que não ficámos parados, estivemos sempre a trabalhar e, sim, claro, que este é um documento aglutinador e que tem em consideração a coerência da estratégia política do Governo.

Deputado João Vasco Costa (PS): Muito bem lembrado!

A Oradora: Relativamente a uma referência feita pelo PSD que seria de esperar um programa mais ambicioso, eu desafiava o PSD nesta matéria técnica a propor algo mais ambicioso, ...

Deputado Luís Maurício (PSD): Para ser chumbado!

A Oradora: ... porque fazer uma crítica desta dimensão sem dar nada, sem explicar de que ambição se trata num programa que foi discutido com os parceiros que tem esta base técnica, não tem qualquer sustentação no nosso entender.

Relativamente a cronogramas sobre estas medidas é importante não tratar estes assuntos com leviandade.

Deputada Graça Silveira (CDS-PP): Os senhores querem governar com o dinheiro do povo e com as ideias dos outros! Assim também eu!

A Oradora: Estamos a falar de matérias bastante complexas que se relacionam com diversos outros programas em muitos casos e, portanto, ter um cronograma para todos, dependendo muitos deles de estudos que têm ainda de ser lançados seria naturalmente para cumprir apenas um calendário ou um quadro num programa sem sentido. Seria leviano fazê-lo e temos de ser responsáveis naquilo que estamos a fazer aqui.

Da mesma matéria não estão identificados custos para todas as medidas, efetivamente não estão, porque muitas não só estão já em execução noutros programas, outras dependem de outros levantamentos e, portanto, também aqui seria leviano estar a estimar custos para ações que podem naturalmente ter desenrolares diferentes conforme os estudos que forem feitos.

Depois, relativamente às questões levantadas pelo Bloco de Esquerda gostava de referir que é preciso considerar que no que diz respeito aos nossos planos em vigor os mesmos estão a ser revistos. Gostava de focar o facto do plano das bacias hidrográficas das Sete Cidades e das Furnas ter sido revisto recentemente, o facto do plano da orla costeira de São Jorge e da Terceira estarem mesmo a terminar as suas revisões. Está neste momento em concurso público o plano de ordenamento da orla costeira de São Miguel, o plano regional da água, também como já referido. Todos esses programas estão a ser revistos nos seus calendários, muitos deles com a prata da casa, outros com a contratação de equipas externas, mas essa é naturalmente uma grande preocupação que temos e que vamos continuar a trabalhar para que os mesmos continuem a ser revistos na medida das necessidades que temos, como é óbvio.

Relativamente às referências feitas sobre os recursos hídricos e as questões dos transportes elas são tratadas naturalmente nos seus planos setoriais, não obstante também confluírem para a questão das alterações climáticas, fazendo

uma referência, como não poderia deixar de fazer, no que diz respeito às questões da Terceira elas não resultam das alterações climáticas. Estamos a falar de um contexto bastante diferente e que naturalmente não é visado aqui.

A referência feita em termos de resíduos não merece a concordância da parte do Governo, não há nada que aponte para que não se cumpram as medidas que estão previstas, ou melhor, os objetivos que estão previstos no que diz respeito à reciclagem de embalagens de acordo com as metas definidas.

Finalmente, como referido, de acordo com o seu artigo 7.º este programa terá o seu acompanhamento que permitirá perceber alguns ajustes que podem ou não ser necessários fazer. Temos todos que ter consciência que nestas matérias as alterações tecnológicas serão cruciais, os comportamentos de todos nós também e este aspeto é fundamental: este combate é de todos, todos somos responsáveis pelo mesmo. Portanto, a conjugação daquilo que se espera que sejam as alterações tecnológicas neste setor, as mudanças de opções de consumo de todos nós, teremos, acreditamos, impactos significativos nesta matéria e também acreditamos que os mesmos serão positivos.

Muito obrigada.

Vozes dos Deputados da bancada do PS e dos Membros do Governo: Muito bem! Muito bem!

Presidente: Obrigada, Sra. Secretária Regional.

Tem a palavra o Sr. Deputado Alonso Miguel.

(*) **Deputado Alonso Miguel (CDS-PP):** Muito obrigado, Sra. Presidente.

Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Eu estranho a intervenção do Sr. Deputado ...

Deputada Graça Silva (PS): José Contente!

O Orador: ... José Contente, porque começa por dizer que vai rebater algumas das questões que eu levantei e estranho também a intervenção da Sra. Secretária que me parece que às vezes tem alguma dificuldade em lidar com a crítica.

Deputado Carlos Silva (PS): O senhor disse que não havia Universidade dos Açores. Tinha!

O Orador: Eu comecei por fazer uma avaliação global do diploma, reconheci a importância deste instrumento, que é de facto um instrumento muito importante e depois fiz uma avaliação dos aspetos que nos parecem menos positivos e que este diploma tem limitações, tem.

Mais! Quando faço aqui a resenha histórica eu não estou a inventar. A elaboração é determinada pela resolução de Conselho de Governo 93/2014 de 28 de maio.

A previsão dos 18 meses para a sua conclusão não é feita por mim, é feita pelo Governo Regional socialista, que lhe antecedeu. Não é feita por mim. Não tem que me justificar a mim que houve relatórios intercalares e que se esperaram pela aprovação de outros diplomas para aprovar este. A previsão foi feita pelo Governo Regional e nós questionámos apenas a demora na entrega do diploma, pura e simplesmente isso.

Deputada Graça Silveira (CDS-PP): Não gosta de ser contrariada!

Deputado João Vasco Costa (PS): Quais factos?!

O Orador: Em relação ao Sr. Deputado José Contente. Diz que o Sr. Prof. Brito de Azevedo (meu ilustre professor e aliás a quem devo parte dos dados de entrada na minha tese de doutoramento, a quem fico muito agradecido e a quem reconheço toda a idoneidade nesta matéria) interveio que era um primeiro passo bastante importante para a Região. Eu também disse isso. Não percebo onde é que rebateu o que eu disse. Eu disse isto também. Diz que a “Região fica melhor servida com um plano do que sem nenhum instrumento.” Obrigado. Sim, claro. Também disse isto. Portanto, não estou a perceber o que é que rebate na minha intervenção.

Depois, o Prof. Brito de Azevedo em relação às críticas e em relação ...

Sra. Secretária, é muito diferente haver um balanço positivo do que a Região ser excedentária e a Região ter um balanço positivo não quer dizer que todas as ilhas tenham um balanço positivo excedentário e isso até pode ser verdade em algumas ilhas e em alguns períodos, não para todas. Não senhora!

Depois, se nós reconhecemos a idoneidade do Prof. Brito de Azevedo para umas coisas pelo que conseguiu e como fez, então também devemos reconhecer para as outras e ele de facto diz que são erros crassos. A terminologia não é minha, é dele.

Portanto, a Estratégia Regional para as Alterações Climáticas diz assim: “Nas ilhas o sucesso da adaptação aos desafios das mudanças climáticas só será verdadeiramente conseguido não só através de um reconhecimento detalhado do seu ambiente, mas também a partir da interpretação das relações culturais entre o homem insular e o meio em que habita.”

Portanto, este nível de detalhe não está explanado neste diploma de forma nenhuma. Portanto, eu não entendo quais são as críticas que eu fiz a este diploma que a Sra. Secretária levanta. São factos.

Em relação à atualização: “Ah, é um bom sinal, quer dizer que nós não ficámos parados.”

Sra. Secretária, é uma questão de fazer a atualização do diploma, porque quando diz que vai implementar uma coisa que já está feita, parece-me um bocadinho falacioso. Estes dois exemplos que eu dei são de coisas que estão concluídas, portanto, se me vai dizer que vai utilizar as medidas implementadas neste diploma para criar uma outra coisa muito bem, coisas criadas julgo que a pertinência é nenhuma.

Muito obrigado.

Presidente: Obrigada, Sr. Deputado.

Sr. Deputado José Contente tem a palavra.

(*) **Deputado José Contente** (PS): Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sra. e Srs. Membros do Governo:

Eu gostava só de dizer uma palavrinha muito rápida ao Sr. Deputado Alonso Miguel, por quem tenho grande estima, que começou por dizer que o Sr. Deputado José Contente vai começar a dizer que eu estou a fazer campanha. Eu quero dizer-lhe que eu não lhe disse isso. Não lhe disse que está a fazer campanha. Acho que até está a fazer uma boa campanha a favor do combate às alterações climáticas e nesse sentido eu posso dizer que fez uma boa campanha. Por isso, não houve nenhuma crítica da minha parte.

O que eu fiz foi factualmente também ler a outra visão do Prof. Brito de Azevedo, por quem nós temos consideração os dois, mas nós também sabemos que todos os trabalhos, mesmo científicos ... Nós não estamos aqui, de facto já foi dito, a discutir a metodologia do trabalho científico, isso é para outros locais, nós estamos de facto a discutir aqui a política mais ou menos importante sob o ponto de vista das grandes alterações, porque se fossemos discutir a metodologia científica do trabalho já tínhamos que passar para outros locais como aqueles que são especialistas de outras áreas bem o sabem que podem fazê-lo nessa matéria. E sabemos também outra coisa, o Sr. Deputado sabe tão bem como eu, que os trabalhos mesmo científicos todos eles têm limitações e acrescentam só um degrau à questão da investigação que é feita.

De qualquer modo o que eu penso que nós todos estamos de acordo é que de facto há aqui um passo importante que foi dado. Gostaria de dizer de dizer ao Sr. Deputado que falou nos resíduos que a Região acho que está no bom caminho, porque a Região em matéria de reciclagem, e ainda que não seja só uma responsabilidade do Governo, é também das câmaras, já conseguiu 63 kgs/por habitante, a média nacional é 37,7 kgs, portanto, nós estamos numa caminhada que nos parece que tem de continuar e que tem de envolver mais algumas autarquias do que outras, que algumas conseguem mais do que outras,

nós sabemos isso e até provavelmente são as autarquias mais pequenas que dão exemplo melhor, mas isso é outra discussão que não é hoje para aqui, mas efetivamente este plano tem grandes virtualidades.

Só mais uma questão que também foi falada. A questão do IPMA e da intervenção que o IPMA fez e falou no Atlas Climatológico e nas séries longas em termos de climatologia há uma coisa que é preciso ver, é que enquanto o Prof. Dr. Brito Azevedo começou logo por dizer e bem que tinha concluído este concurso e queria que considerassem isso nas afirmações dele numa atitude correta e sensata, o senhor técnico do IPMA não disse que por acaso também tinha participado na elaboração desse Atlas Climatológico e, portanto, falou com um bocadinho somenos de propriedade do que o Prof. Dr. Brito Azevedo. É um pequeno pormenor para percebermos que mesmo nesses fóruns científicos há atitudes e comportamentos diferentes.

Fica só este simples registo.

Presidente: Obrigada, Sr. Deputado.

A Mesa de momento não tem inscrições.

Pergunto se há mais inscrições.

Não havendo, vamos passar à votação na generalidade do diploma.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam façam o favor de se manter como estão.

Secretário: A proposta apresentada foi aprovada por unanimidade.

Presidente: Entramos agora no debate e votação na especialidade.

Pergunto se há inscrições.

Não há. Também não foram apresentadas propostas de alteração.

Eu pergunto se posso colocar à votação conjunta os oito artigos que compõem este diploma.

Não havendo oposição estão à votação então os artigos que compõem a estrutura da proposta de DLR.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam façam o favor de se manter como estão.

Secretário: Os artigos anunciados foram aprovados por unanimidade.

Presidente: Votação final global.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam façam o favor de se manter como estão.

Secretário: A proposta apresentada foi aprovada por unanimidade.

Presidente: Encerrámos assim o ponto 12 da nossa Agenda. Passamos para o ponto 13: **Relatório sobre o pedido de autorização e levantamento de impedimento legal para que o deputado Bruno Filipe de Freitas Belo possa prestar depoimento, na qualidade de testemunha.**

O relatório foi distribuído por todos. Julgo não haver inscrições.

Não havendo vamos passar à votação.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam façam o favor de se manter como estão.

Secretário: A proposta foi aprovada por unanimidade.

Presidente: Passamos ao último ponto da nossa Agenda: **Eleição dos Representantes da Assembleia Legislativa da Região Autónoma dos Açores no Conselho da Diáspora Açoriana.**

Rege esta matéria o Decreto Legislativo Regional n.º 18/2019/A, de 5 de agosto e os artigos 173.º a 175.º do nosso Regimento.

A Mesa rececionou uma lista com a indicação nominativa de três representantes da nossa Assembleia para este conselho, cumprindo assim o disposto no n.º 1, do artigo 4.º do DLR que referi.

Eu vou pedir que sejam distribuídos os boletins de voto.

(Neste momento, foram distribuídos os boletins de voto)

Presidente: Penso que já foram distribuídos todos os boletins de voto.

Eu pedia agora a vossa atenção. O Sr. Secretário da Mesa vai proceder à chamada para que possamos votar.

(Neste momento, procedeu-se à votação e respetiva contagem de votos)

Presidente: Sras. e Srs. Deputados, agradeço que ocupem os vossos lugares para anunciarmos os resultados da eleição destes nossos três colegas que irão representar a nossa Assembleia no Conselho da Diáspora.

Entraram na urna 52 votos.

Sr. Secretário, faça o favor de anunciar a votação.

Secretário: Com certeza, Sra. Presidente.

O Deputado José San-Bento foi eleito com 42 votos a favor, 7 votos contra e 3 abstenções.

A Deputada Elisa Sousa foi eleita com 46 votos a favor, 4 contra e 2 abstenções.

O Deputado Artur Lima foi eleito com 42 votos a favor, 5 não e 5 abstenções.

Presidente: A todos um bom trabalho.

(Aplausos da câmara)

Presidente: Não havendo mais pontos na nossa Agenda vou passar a ler a Proposta de Deliberação final: A Mesa da Assembleia Legislativa da Região Autónoma dos Açores propõe que a Assembleia declare findo o período legislativo de setembro.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam façam o favor de se manter como estão.

Secretário: A deliberação foi aprovada por unanimidade.

Presidente: Sras. e Srs. Deputados, muito obrigada a todos.

Um bom regresso a casa.

Eram 18 horas e 45 minutos.

(*) Texto não revisto pelo Orador.

Deputados que entraram durante a Sessão:

Partido Socialista (PS)

Francisco Manuel Coelho Lopes Cabral

Maria Isabel da Silveira Costa Rosa **Quinto**

Deputados que faltaram à Sessão:

Partido Socialista (PS)

Pedro Miguel Medeiros de **Moura**

Ricardo Bettencourt **Ramalho**

Partido Social Democrata (PSD)

João Luís Bruto da Costa Machado da Costa

Documentos entrados

1 – Projetos de Decreto-Lei:

Assunto: Nova versão à Audição n.º 139/XI-GR - Projeto de Decreto-Lei que transpõe diretivas de adaptação ao progresso técnico em matéria de espécies hortícolas e organismos prejudiciais aos vegetais e produtos vegetais - MAFDR - (Reg. DL 230/2019)

Proveniência: Presidência do Conselho de Ministros

Data de Entrada: 2019 – 09 – 09

Comissão: Economia

Data Limite de Parecer: 2019 – 09 – 17.

2 - Projetos de Decreto Legislativo Regional:

Assunto: [Cria a figura do Defensor do Animal na Região Autónoma dos Açores – n.º 43/XI](#)

Proveniência: PPM

Data de Entrada: 2019 – 09 – 11

Não admitido.

3 - Projetos de Resolução:

Assunto: [Recomenda que a administração regional e as empresas do setor público empresarial regional adotem mecanismos e formulem critérios contratuais que impossibilitem a celebração de contratos com empresas de segurança privada e de organização de serviços de autoproteção que possuam situações de incumprimento laboral em relação aos seus trabalhadores – n.º 160/XI](#)

Proveniência: PPM

Data de Entrada: 2019 – 09 – 09

Comissão: Política Geral

Data Limite de Parecer: 2019 – 10 – 11.

4 - Requerimentos:

Assunto: [Pavilhão da Escola Básica e Secundária de Santa Maria](#)

Autora: Elisa Sousa (PSD)

Data de Entrada: 2019 – 09 – 09

Referência: 54.03.01 – N.º 726/XI;

Assunto: [Operação Madrid -Terceira](#)

Autores: Mónica Seidi, César Toste, Luís Rendeiro e António Pedroso (PSD)

Data de Entrada: 2019 – 09 – 10

Referência: 54.03.03 – N.º 727/XI;

Assunto: [Subsídio de mobilidade](#)

Autores: António Lima e Paulo Mendes (BE)

Data de Entrada: 2019 – 09 – 11

Referência: 54.06.00 – N.º 728/XI.

5 - Respostas a Requerimentos:

Assunto: [Antigo Hospital da Terceira](#)

Proveniência: Governo

Data de Entrada: 2019 – 09 – 06

Referência: 54.04.03 – N.º 670/XI;

Assunto: [Proteção da orla costeira da Vila das Lajes](#)

Proveniência: Governo

Data de Entrada: 2019 – 09 – 06

Referência: 54.03.06 – N.º 673/XI;

Assunto: [São Jorge sem correspondente da RTP Açores](#)

Proveniência: Governo

Data de Entrada: 2019 – 09 – 06

Referência: 54.01.05 – N.º 680/XI;

Assunto: [Encargos globais do Gabinete de Apoio à Comunicação Social](#)

Proveniência: Governo

Data de Entrada: 2019 – 09 – 09

Referência: 54.07.00 – N.º 665/XI;

Assunto: [Zona costeira envolvente da Fábrica Santa Catarina em São Jorge](#)

Proveniência: Governo

Data de Entrada: 2019 – 09 – 09

Referência: 54.04.05 – N.º 675/XI;

Assunto: [Cumprimento das normas previstas no âmbito das medidas de controlo da população de animais de companhia e errantes](#)

Proveniência: Governo

Data de Entrada: 2019 – 09 – 09

Referência: 54.06.00 – N.º 679/XI;

Assunto: [Pessoal afeto ao Gabinete de Apoio à Comunicação Social do Governo Regional dos Açores](#)

Proveniência: Governo

Data de Entrada: 2019 – 09 – 09

Referência: 54.07.00 – N.º 724/XI;

Assunto: [Observatório do Atlântico](#)

Proveniência: Governo

Data de Entrada: 2019 – 09 – 11

Referência: 54.06.00 – N.º 627/XI.

6 - Comunicações/Informações:

Assunto: Ofício a retirar recurso para o Plenário sobre a transformação das perguntas escritas que integram o Requerimento n.º 665/XI - Encargos globais do Gabinete de Apoio à Comunicação Social, em perguntas orais

Proveniência: Paulo Estêvão, Deputado da Representação Parlamentar do PPM

Data de Entrada: 2019 – 09 – 09.

7 - Relatórios:

Assunto: [Relatório relativo ao artigo 103.º do Regimento da ALRAA - Ante-Período Legislativo de setembro de 2019](#)

Proveniência: Comissão de Assuntos Parlamentares, Ambiente e Trabalho

Data de Entrada: 2019 – 09 – 09;

Assunto: [Relatório relativo ao artigo 103.º do Regimento da ALRAA - Ante-Período Legislativo de setembro de 2019](#)

Proveniência: Comissão de Política Geral

Data de Entrada: 2019 – 09 – 09;

Assunto: [Audição n.º 136/XI-GR - Projeto de Decreto-Lei que concretiza o quadro de transferência de competências para os órgãos municipais e das entidades intermunicipais no domínio da ação social - MAI - Reg. DL357/2018](#)

Proveniência: Comissão de Política Geral

Data de Entrada: 2019 – 09 – 06;

Assunto: [Audição n.º 252/XI-AR - Projeto de Lei 1241/XIII \(PCP\) - Elimina as desigualdades na atribuição do suplemento de fixação ao pessoal do Corpo da Guarda Prisional em funções nas regiões autónomas](#)

Proveniência: Comissão de Política Geral

Data de Entrada: 2019 – 09 – 06;

Assunto: [Audição n.º 255/XI-AR - Proposta de Lei n.º 208/XIII \(ALRAM\) - Primeira alteração ao Decreto-Lei n.º 124/2018, de 28 de dezembro, que clarifica as regras aplicáveis à comparticipação de medicamentos e dispositivos médicos pelo sistema de proteção social dos trabalhadores em funções públicas](#)

Proveniência: Comissão de Política Geral

Data de Entrada: 2019 – 09 – 06;

Assunto: [Relatório relativo ao artigo 103.º do Regimento da ALRAA - Ante-Período Legislativo de setembro de 2019](#)

Proveniência: Comissão de Assuntos Sociais

Data de Entrada: 2019 – 09 – 09;

Assunto: [Relatório da audição da Gestora Pública Indigitada para a Presidência do Conselho de Administração do Hospital do Divino Espírito Santo, E.P.E.R.](#)

Proveniência: Comissão de Assuntos Sociais

Data de Entrada: 2019 – 09 – 12;

Assunto: [Relatório da audição do Gestor Público Indigitado para a Presidência do Conselho de Administração do Hospital da Horta, E.P.E.R.](#)

Proveniência: Comissão de Assuntos Sociais

Data de Entrada: 2019 – 09 – 12;

Assunto: [Relatório relativo ao artigo 103.º do Regimento da ALRAA - Ante-Período Legislativo de setembro de 2019](#)

Proveniência: Comissão de Economia

Data de Entrada: 2019 – 09 – 09;

Assunto: [Audição n.º 134/XI-GR - Projeto de Decreto-Lei que regula os ramos do sector cooperativo - MTSSS - \(Reg. DL 296/2019\)](#)

Proveniência: Comissão de Economia

Data de Entrada: 2019 – 09 – 10.

Transcrição efetuada pelos serviços de Redação.